

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

Carlos Magno como Símbolo de Civilização: Uma Análise da Historiografia de François Guizot e Jules Michelet e sua Influência na Construção do Discurso Civilizatório Europeu (século XIX)

Erick Patrick Magalhães da Silva

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Carlos Magno como Símbolo de Civilização: Uma Análise da Historiografia de François Guizot e Jules Michelet e sua Influência na Construção do Discurso Civilizatório Europeu
(século XIX)

ERICK PATRICK MAGALHÃES DA SILVA

Sob a orientação do professor
Dr. Marcelo Santiago Berriel

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre(a), no Curso
de Pós-Graduação em História, Área de
Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ
(novembro 2024)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c Silva, Erick Patrick Magalhães da, 11/06/1996-
Carlos Magno como Símbolo de Civilização: Uma
Análise da Historiografia de François Guizot e Jules
Michelet e sua Influência na Construção do Discurso
Civilizatório Europeu (século XIX) / Erick Patrick
Magalhães da Silva. - Rio de Janeiro, 2024.
133 f.

Orientador: Marcelo Santiago Berriel.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em
História, 2024.

1. Carlos Magno. 2. Jules Michelet. 3. François
Guizot. 4. Discurso Civilizatório. 5. Civilização. I.
Berriel, Marcelo Santiago , 1975-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de pós-graduação em História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO N° 10 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.001005/2025-49

Seropédica-RJ, 09 de janeiro de 2025.

Nome do(a) discente: ERICK PATRICK MAGALHÃES DA SILVA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO , área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 10 de dezembro de 2024

Banca Examinadora:

Dr. RENAN MARQUES BIRRO, UPE Examinador Externo à Instituição

Dr. CLINIO DE OLIVEIRA AMARAL, UFRRJ Examinador Interno

Dr. MARCELO SANTIAGO BERRIEL, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 09/01/2025 14:41)

CLINIO DE OLIVEIRA AMARAL
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGHist (12.28.01.00.00.00.74)
Matrícula: 1715783

(Assinado digitalmente em 09/01/2025 13:22)

MARCELO SANTIAGO BERRIEL
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGH (12.28.01.00.00.00.03)
Matrícula: 1581640

(Assinado digitalmente em 29/01/2025 15:57)

RENAN MARQUES BIRRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 109.365.227-63

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **10**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/01/2025** e o código de verificação: **73943b8182**

AGRADECIMENTOS

Em O Senhor dos Anéis, acompanhamos a jornada de Frodo, Sam e da Sociedade do Anel, unidos por um propósito comum: destruir o "Um Anel" e pôr fim à ameaça de Sauron sobre a Terra Média. Dois pequenos hobbits recebem a missão de levar o "Um Anel" até a Montanha da Perdição em Mordor, o centro do domínio de Sauron, para eliminar de vez o poder maligno que ameaça o mundo. Tolkien nos revela, de forma cuidadosa, o valor de uma missão que, embora árdua, não precisa ser solitária. A caminhada de Frodo e Sam é marcada por uma amizade inquebrantável. Nos momentos de maior incerteza, Sam se torna mais que um amigo. Ele é a força que sustenta Frodo até o fim.

Nesta longa jornada que foi a dissertação de mestrado, muitas pessoas, com paciência e generosidade, me compreenderam e cooperaram, e sem elas jamais teria chegado até aqui. Em primeiro lugar, agradeço a Cristo, que me sustentou ao longo deste caminho e nunca me deixou só. Minha gratidão vai também à minha Sam, minha esposa Marcelle, que esteve ao meu lado durante esta fase desafiadora, me apoiando em cada momento e sendo minha maior incentivadora. Agradeço ainda à minha sogra e à Vó Nete, cujo carinho e orações me trouxeram consolo nos dias mais difíceis.

Agradeço a Inez Francisca da Silva, minha mãe, sem a qual eu jamais seria quem sou. Tenho imenso orgulho de ter como mãe uma mulher tão admirável, que sempre lutou para cuidar de nós e transbordou amor em cada gesto. Expresso também minha gratidão à minha segunda mãe, Ioneida, minha avó. Embora ela não esteja mais entre nós, seu legado de cuidado e amor permanece como uma preciosa herança. Essas duas mulheres abdicaram de grande parte de suas vidas para cuidar de nossa família, e é com muito orgulho que pertenço a esta família, que, mesmo com poucos recursos, sempre foi rica em amor. Minha gratidão também vai ao meu irmão e grande amigo, Pablo, que sempre foi um dos meus maiores incentivadores, me motivando e encorajando em cada passo.

Agradeço à UFRRJ, em especial ao Programa de Pós-Graduação em História, e a todos os mestres que contribuíram para minha formação ao longo do mestrado. Minha gratidão vai, em particular, ao meu orientador, Professor Marcelo Santiago Berriel, por todo o suporte e paciência ao longo desta jornada. Agradeço também à banca de qualificação, composta pelos professores Marcelo Santiago Berriel, Clínio de Oliveira Amaral e Renan Marques Brito. A leitura atenta e as sugestões da banca foram fundamentais para que eu encontrasse novos

caminhos para minha pesquisa, que, acredito, se tornaram mais relevantes e atuais para o debate historiográfico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o papel de Carlos Magno no discurso civilizatório historiográfico e político. O imperador dos francos foi cooptado para afirmar identidades nacionais transnacionais, influenciando a historiografia europeia. Três historiadores são fundamentais para esta análise: Eginhardo (*Vita Karoli*), François Guizot (*Histoire générale de la civilisation en Europe*) e Jules Michelet (*Histoire de France*). Eginhardo criou uma imagem idealizada de Carlos Magno, reverberada no século XIX, época de intensos debates sobre civilização. Historiadores como Guizot e Michelet aplicaram esse conceito ao período medieval, destacando Carlos Magno em suas obras. O estudo examina como sua imagem foi construída e usada como símbolo de civilização e comprehende a formulação do conceito na historiografia. Elevado a um patamar autoritativo, o conceito fortaleceu discursos europeus dos séculos XX e XXI, em vertentes nacionalista e supranacionalista. A primeira defende pureza étnica, enquanto a segunda utiliza a Idade Média para legitimar uma identidade europeia unificada, com Carlos Magno como símbolo, evidenciado pelo Prêmio Carlos Magno. A pesquisa também discute como o discurso civilizatório do século XIX reverberou em discursos políticos posteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Eginhardo; François Guizot; Jules Michelet; Carlos Magno; historiografia; civilização; discurso civilizatório.

ABSTRACT

This research investigates the role of Charlemagne in the historiographical and political civilizational discourse. The emperor of the Franks was co-opted to affirm transnational national identities, influencing European historiography. Three historians are fundamental to this analysis: Einhard (*Vita Karoli*), François Guizot (*Histoire générale de la civilisation en Europe*), and Jules Michelet (*Histoire de France*). Einhard created an idealized image of Charlemagne, which resonated in the 19th century, a time of intense debates on civilization. Historians like Guizot and Michelet applied this concept to the medieval period, highlighting Charlemagne in their works. The study examines how his image was constructed and used as a symbol of civilization, and it explores the formulation of the concept in historiography. Elevated to an authoritative status, the concept strengthened European discourses in the 20th and 21st centuries, in both nationalist and supranationalist strands. The former advocates for ethnic purity, while the latter uses the Middle Ages to legitimize a unified European identity, with Charlemagne as a symbol, as evidenced by the Charlemagne Prize. The research also discusses how the 19th-century civilizational discourse echoed in later political discourses.

KEYWORDS: Einhard; François Guizot; Jules Michelet; Charlemagne; historiography; civilization; civilizational discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A VITA KAROLI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDIFICAÇÃO DE UM SÍMBOLO DE CIVILIZAÇÃO.....	14
1.1 <i>MEI KAROLI, EXCELLENTISSIMI ET MERITO FAMOSISSIMI REGIS.....</i>	14
1.2 <i>VITA KAROLI</i> : ENTRE A BIOGRAFIA E A HISTORIOGRAFIA	21
1.3 O PROPÓSITO DA <i>VITA KAROLI</i>	28
1.4 A INFLUÊNCIA DE SUETÔNIO EM EGINHARDO: MODELO PARA CONSTRUÇÃO DE UM <i>IMPERATOR</i>	34
2 CARLOS MAGNO CONTRA A BARBÁRIE EM <i>HISTOIRE DE FRANCE</i> ...	44
2.1 A CONTINUIDADE NO ROMANTISMO DE JULES MICHELET	44
2.2 CARLOS MAGNO E O CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO	50
2.3 O SALOMÃO DOS FRANCOS	56
2.4 ROMANIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO EM CARLOS MAGNO	61
3 O PAPEL CIVILIZADOR DE CARLOS MAGNO EM <i>HISTOIRE GÉNÉRALE DE LA CIVILISATION EN EUROPE</i>	67
3.1 MONSIEUR GUIZOT: UM INTELECTUAL ENTRE A LIBERDADE E A ORDEM.....	67
3.2 O CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO EUROPEIA EM GUIZOT	71
3.3 O PAPEL DE CARLOS MAGNO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO EUROPEIA: DISCURSO CIVILIZATÓRIO EM GUIZOT	76
3.4 O RETORNO A MONARQUIA: A FIGURA DO MONARCA CIVILIZADO EM CARLOS MAGNO.	81
4 CARLOS MAGNO E DISCURSO CIVILIZATÓRIO	91
4.1 DISCURSO CIVILIZATÓRIO: PERSPECTIVA NACIONALISTA.....	91
4.2 DISCURSO CIVILIZATÓRIO: PERSPECTIVA SUPRANACIONALISTA	100
4.3 O PRÊMIO CARLOS MAGNO E A NARRATIVA DE UNIDADE EUROPEIA	105
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	123
FONTES PRIMÁRIAS	123
OBRAS CITADAS E CONSULTADAS	123

INTRODUÇÃO

A História e sua escrita desenvolveram-se, no século XIX, como ferramentas isentas na construção do conhecimento, influenciadas principalmente pelo positivismo. Essa herança, transmitida à historiografia, conferiu-lhe um caráter autoritativo. O historiador foi legitimado como figura central e sua escrita adquiriu um peso científico, tornando os autores tradicionais difíceis de serem questionados. Novas pesquisas enfrentam desafios ao tentar romper com o panteão da História, especialmente na França, cuja historiografia exerceu grande influência sobre a brasileira. Grandes nomes da historiografia, como François Guizot e Jules Michelet, continuam a desfrutar de considerável prestígio. Esses historiadores ascenderam durante o que viria a ser conhecido como o "século da história". Foi no oitocentos que boa parte dos critérios historiográficos modernos foi moldada. Nesse contexto, a História, como campo de conhecimento, surge em estreita conexão com a formação das nações, sendo mobilizada como ferramenta para a construção de identidades nacionais. Pierre Nora (1978, p. 424, apud SANTOS, 2001, p.162) destaca: "A pesquisa da identidade de uma sociedade passava pelo sentimento nacional, portanto pela pesquisa de suas origens, pela história e pelo historiador". Nessa perspectiva, a história emerge como uma "ciência" voltada para a consolidação da nação.

A História, destacada pelo seu caráter de exaltação à nação, manteve-se como um instrumento de construção identitária. Na escola, justificamos que o conhecimento histórico permite identificar as amarras sociais e culturais que nos constituem, mas é essencial perguntar: que tipo de conhecimento histórico estamos realmente promovendo? A historiografia brasileira permanece fortemente colonizada pela influência francesa, especialmente no campo do medievalismo. Essa dependência torna-se ainda mais evidente com a predominância de autores como Jacques Le Goff e Marc Bloch, cujas obras moldaram boa parte da visão acadêmica nacional.

Embora esses historiadores tenham contribuído significativamente para o avanço da historiografia, é necessário lembrar que, no século XIX, essa disciplina cumpriu um papel profundamente continuista, voltado para a consolidação das identidades nacionais. E, já no século XX, essa narrativa de continuidade persiste, mantendo-se como um pilar em obras como "Raízes Medievais da Europa". Essa "historiografia dos grandes" é, em grande medida, responsável pela exclusão de sujeitos silenciados, que, na contemporaneidade, acabam sendo tratados apenas como objetos de estudo. Como bem destaca Maria da Glória de Oliveira (2022, p. 60), essa exclusão revela as limitações de uma tradição historiográfica que, ao privilegiar

figuras centrais, relegou à margem vozes e narrativas subalternas. Esse padrão reflete uma narrativa essencialmente eurocêntrica, que desconsidera a diversidade de perspectivas e experiências históricas.

Seríamos inocentes se não considerássemos que a historiografia e seus conceitos poderiam ser apropriados por discursos nacionalistas. O conceito de civilização, amplamente trabalhado por Le Goff e Michelet, revelou-se propício para líderes dos séculos XX e XXI, que o utilizaram como arma de exclusão, principalmente contra imigrantes e refugiados. Segundo a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), cerca de 120 milhões de pessoas estão distantes de seus lares. Além disso, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a cada minuto, pelo menos 20 pessoas são obrigadas a abandonar tudo e fugir de conflitos (BBC, 2024). O continente europeu figura como um dos maiores receptores de refugiados e imigrantes, atraindo críticas muitas vezes infundadas sobre o processo migratório. Uma dessas críticas diz respeito ao suposto descontrole no número de pessoas que entram no continente. No entanto, esse argumento não reflete a realidade: a maioria dos migrantes vai para a Europa com o objetivo de trabalhar ou para fins de reunificação familiar. Aqueles que ingressam de maneira irregular na União Europeia correspondem a uma pequena parcela do total. Em 2023, foram registrados aproximadamente 385 mil migrantes irregulares, enquanto mais de 3,7 milhões de pessoas utilizaram meios legais para migrar (Parlamento Europeu, 2024).

Para os ultranacionalistas, o estrangeiro aparece como uma ameaça aos valores, à cultura e à civilização ocidental. Essa perspectiva é destacada por Riccardo Marchi e Guido Bruno, que analisam como discursos nacionalistas transformam o "outro" em um inimigo simbólico, capaz de desestabilizar identidades culturais e sociais:

Paralelamente à dimensão nacional, a oposição à distribuição de contingentes de refugiados por toda a Europa apresenta uma dimensão continental, declinada pela extrema-direita em termos de identidade cultural ameaçada. Aqui a chegada maciça de refugiados é vista como mais um ponto de viragem para a islamização da Europa. A ideia da confrontação civilizacional entre o mundo cristão e o mundo islâmico faz com que a questão religiosa seja considerada central no imaginário das extrema-direitas atuais. Na verdade, essa família política, na sua maioria, registrou uma diminuição da influência do integralismo católico, cuja matriz contrarrevolucionária ainda jogava um papel de relevo nos anos 1960 (MARCHI; BRUNO, 2016, p.49).

O ano de 2024 foi, em parte, marcado pelos conflitos nacionalistas na Europa. Um exemplo contundente foram as eleições para o parlamento francês, nas quais a disputa acirrada resultou na vitória do bloco de esquerda Nova Frente Popular, com 182 assentos. A coalizão governista de centro, “Juntos”, ficou com 168 assentos, uma redução significativa em relação aos 250 que possuía anteriormente. As eleições também evidenciaram um crescimento expressivo da extrema-direita francesa: embora não tenha alcançado o resultado esperado, a *Rassemblement National* (RN) saltou de 88 para 143 assentos. Esse campo político ainda não possui força suficiente para governar um país como a França; contudo, seu crescimento nos últimos anos é inegável.

O discurso anti-imigração foi uma das grandes bandeiras da RN, e, em discurso, o presidente do partido, Jordan Bardella, defendeu políticas rigorosas contra imigrantes: “Está bem claro que estas eleições de 9 de junho são um referendo contra sermos submersos pelos migrantes” (CNN, 2024), declarou. A multidão de apoiadores respondeu: “Cabe ao povo francês decidir quem pode entrar no país e quem não pode. Conosco, a França protegerá suas fronteiras” (CNN, 2024). Simpatizantes da RN carregavam cartazes com os dizeres: “A França está de volta, a Europa volta à vida”. Esse “retorno” à França ou à Europa reflete uma tentativa ilusória de resgatar uma homogeneidade cultural e identitária que nunca existiu.

A França não está sozinha ao trilhar o caminho do nacionalismo exacerbado; observamos algo semelhante na Alemanha, Espanha, Portugal, entre outros países, que compartilham a rejeição ao imigrante. Segundo o INSEE, em 2022, o número de imigrantes vivendo na França superou os anos anteriores, chegando a 10%. A luta contra a imigração é uma bandeira que une nacionalistas ao redor do mundo. Políticos como Santiago Abascal, Viktor Orbán, Matteo Salvini e André Ventura têm em comum a defesa da preservação de supostos valores tradicionais que estariam ameaçados pela imigração em massa. A questão migratória é um dos grandes motores da ascensão do nacionalismo; contudo, há também fatores econômicos, como a previdência, que preocupam em Portugal e na França. A imigração está diretamente associada a questões econômicas, com um discurso que sustenta uma suposta ameaça de que os estrangeiros tirariam o emprego dos nativos. Assim, o discurso xenofóbico ganhou força e representação política em figuras como Marine Le Pen, Geert Wilders e outros líderes que carregam essa bandeira.

Fatores como a crise do euro de 2009 contribuíram para enfraquecer a União Europeia e as bandeiras transnacionais. O *Brexit* tornou-se um dos maiores símbolos desse enfraquecimento, já que a saída do Reino Unido da UE representou um duro golpe para defensores da unidade europeia, como Emmanuel Macron e Angela Merkel. Entre as principais

motivações para o Brexit esteve o controle das fronteiras britânicas, impulsionado pela crise migratória que atingiu seu auge entre 2014 e 2016. Desde então, a rejeição ao estrangeiro vem crescendo, algo ilustrado, por exemplo, pelo avanço do partido português "Chega", que em 2024 conquistou quase 20% dos votos. Na Alemanha, o partido de extrema-direita *Alternative für Deutschland* (AfD) obteve uma vitória histórica nas eleições regionais do estado da Turíngia, a primeira desse tipo para a extrema-direita desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Na Espanha, o partido Vox conseguiu triplicar sua base de eleitores nas eleições regionais de 2023. Na Itália, o nacionalismo também ascendeu ao poder com a primeira-ministra Giorgia Meloni, que lidera o partido *Fratelli d'Italia*. Fundado por Meloni, o partido tem raízes no Movimento Social Italiano, uma legenda que emergiu dos remanescentes do fascismo de Benito Mussolini. As políticas de Meloni são marcadas por um forte viés nacionalista, muitas vezes associadas a discursos com traços xenofóbicos.

O discurso nacionalista anti-imigração frequentemente assume um caráter civilizatório, em que o imigrante é representado como o "bárbaro" que põe em risco as tradições e a civilização ocidental. Esses discursos distorcem a História para sustentar suas posições, sendo o período medieval um dos mais invocados. Na Espanha, por exemplo, manifestações nacionalistas exibem símbolos medievais, como a figura de Rodrigo Díaz de Vivar, conhecido como "El Cid". Ele é apresentado como um herói cristão que enfrentou os muçulmanos durante a Reconquista, apesar de registros históricos indicarem que também atuou como mercenário a serviço de governantes muçulmanos. Em outra instância, o político francês Jean-Marie Le Pen evocou Clóvis, o primeiro rei cristão franco, como um símbolo da identidade nacional francesa. Esses exemplos demonstram como a Idade Média é utilizada como ferramenta de exclusão, evocando uma Europa idealizada que teria se consolidado nesse período. Sob essa perspectiva, tudo o que se desvia dessa construção é percebido como uma ameaça à suposta pureza histórica e cultural dessa Europa imaginada.

Os grupos nacionalistas europeus frequentemente resgatam e distorcem símbolos do passado em busca de uma suposta glorificação de valores tidos como superiores. Engana-se quem acredita que a historiografia esteja isenta desse contexto. Obras de autores renomados têm sido apropriadas por esses grupos, e textos que antes eram debatidos no âmbito acadêmico passaram a ser usados para disseminar xenofobia e racismo nas redes sociais. Nesse sentido, acredito que o papel do historiador não consiste em relegar obras consideradas ultrapassadas ao esquecimento, correndo o risco de serem resgatadas para fins questionáveis. Pelo contrário, é nossa responsabilidade trazer à tona as problemáticas inerentes a essas obras e discutir suas implicações no contexto atual.

Carlos Magno é uma das figuras históricas mais frequentemente evocadas em narrativas identitárias, seja por nacionalistas ou defensores de ideais supranacionais. Na historiografia do século XIX, o imperador é comumente retratado como um grande civilizador e formador da Europa, conforme apresentado pelos pensadores que serão analisados nesta pesquisa. No entanto, o objetivo aqui não é apenas explorar o Carlos Magno das conquistas militares, mas também examinar como alguns pensadores o enxergaram como um civilizador através de suas habilidades intelectuais.

Proponho, portanto, questionar as interpretações de estudiosos que escreveram sobre Carlos Magno. Entre eles, destacam-se o franco Eginhardo e os historiadores do século XIX Jules Michelet e François Guizot, que, por meio de suas obras historiográficas, se revelam como protagonistas dessa pesquisa. À exceção de Eginhardo, os demais são franceses, e é notável que esses acadêmicos buscam, na história da França e da Europa, uma linha de continuidade. Os franceses, ao desconsiderarem a etnografia da Alta Idade Média, postulam serem descendentes diretos dos francos e de Carlos Magno. Essas supostas raízes alimentam o sentimento de uma Europa homogênea, em que parte da população busca um passado linear, um momento em que existia um povo unificado que deu origem à grandiosa e pura nação francesa. No entanto, uma análise mais detalhada revela que a Europa medieval era muito mais heterogênea do que muitos desses historiadores reconhecem.

Os grupos ultranacionalistas não capturam a complexidade desse tipo de historiografia, pois, mesmo os menos extremistas, buscam suas raízes europeias na era medieval. Essa corrente já não se concentra exclusivamente em assuntos nacionais; ao contrário, busca abordagens transeuropeias, focando nas continuidades: desde Roma, passando pelo período medieval até os tempos modernos. Uma parcela significativa dos autores analisados neste estudo percebe a Europa sob uma ótica francesa, acreditando na formação cultural e política europeia a partir da influência da França.

Certamente, Carlos Magno representa uma figura crucial nesse paradigma supranacionalista europeu. O rei dos francos, frequentemente considerado francês em certos círculos de pensamento, é lembrado como um líder que transcendeu fronteiras e estabeleceu os fundamentos daquilo que hoje reconhecemos como a Europa, razão pela qual foi denominado *Pater Europae*. Ele se tornou um símbolo de uma Europa medieval redimida, católica e unificada. O movimento conhecido como Renascimento Carolíngio foi interpretado por alguns historiadores como um grande avivamento cultural. Carlos Magno é retratado como um monarca sábio, que recebeu instrução dos mais destacados mestres de seu império. Este é, no

entanto, o Carlos Magno da historiografia, desde a primeira obra que buscou retratá-lo, a famosa *Vita Karoli*.

Esta pesquisa está dividida em quatro partes, cada uma abordando um aspecto específico da representação da figura do imperador Carlos Magno. Na primeira parte, analisaremos a relevância da obra do biógrafo Eginhardo para a construção desse personagem, examinando sua relação com o imperador franco. O objetivo, neste ponto, é identificar aspectos cruciais da obra de Eginhardo, como o período em que foi escrita, sua motivação e o papel das referências da Antiguidade em sua narrativa. Grande parte do que conhecemos sobre Carlos Magno provém da *Vita Karoli*, na qual Eginhardo foi preciso ao escolher as informações que transmitiria a seus leitores, visando à preservação dessa figura régia. Eginhardo serviu de referência para diversos autores e permaneceu influente até o século XXI. Portanto, antes de analisarmos a visão dos historiadores oitocentistas sobre o papel civilizatório de Carlos Magno, é essencial primeiro examinar aquele que moldou esse personagem.

No segundo capítulo, analiso a luta de Carlos Magno contra a barbárie na *Histoire de France*, do historiador francês do século XIX, Jules Michelet. Antes de abordar diretamente a figura de Carlos Magno, identifico a necessidade de tratar dois pontos fundamentais na historiografia de Michelet. O primeiro é o romantismo, uma característica central de sua obra. Neste momento, examino como Michelet, considerado um historiador romântico, tenta se desvincular desse rótulo. Compreender o romantismo em Michelet é essencial para captar sua visão continuista da história da França, na qual Carlos Magno emerge como uma figura crucial. Outro ponto de grande relevância na obra de Michelet para esta pesquisa é o conceito de civilização. Podemos observar como Carlos Magno é retratado como um agente da civilização frente a um mundo ainda considerado "bárbaro".

No terceiro capítulo, analiso um dos historiadores que mais contribuíram para a disseminação do conceito de civilização: François Guizot. Guizot desempenhou diversos papéis interligados ao longo do século XIX, tanto como historiador quanto como estadista. A obra de Guizot a ser examinada é a palestra transcrita intitulada *Histoire Générale de la Civilisation en Europe*. Ao discutir a civilização europeia, Guizot se depara com a figura de Carlos Magno, apresentando-o como alguém que tentou domar a Europa, buscando implementar a civilização, embora sem sucesso. Guizot enfatiza o papel unificador que ele atribui à civilização. Em sua visão, a ordem está vinculada à civilização, pois esta depende daquela. Assim, Carlos Magno teria também o papel de levar ordem ao mundo bárbaro. Observamos, portanto, como o conceito de civilização em Guizot é tratado de maneira continuista, passando por um processo evolutivo.

Dentro das obras desses dois historiadores franceses, que compartilham a relação de aluno e professor, há um objetivo comum: escrever sobre a história da Europa e da França. No entanto, essas historiografias refletem uma pretensão evidente no século XIX: a construção de identidades nacionais. Por meio da História, esses intelectuais contribuem para a formação dessas “comunidades imaginadas”. O conceito de civilização, presente sobretudo em Guizot, adquire um caráter europeu, no qual o modelo civilizatório é a própria Europa, algo que também se manifesta nesse mesmo século com o imperialismo europeu nos continentes asiático e africano. Por isso, os segundo e terceiro capítulos desempenham papel crucial ao apontar os problemas crônicos do conceito de civilização e como ele é aplicado ao medievo de maneira anacrônica.

A última parte da pesquisa examina como o conceito de civilização sobreviveu ao século XIX e continua sendo utilizado até os dias atuais. Nesta fase, observamos a transformação do conceito de civilização em um discurso civilizatório. Tal discurso é frequentemente encontrado entre líderes europeus dos séculos XX e XXI, dividindo-se em diferentes perspectivas: nacionalista e supranacionalista. Na primeira perspectiva, o discurso civilizatório é empregado para ser usado contra o "bárbaro", representado pela figura do imigrante, sendo exemplos dessa visão figuras como Marine Le Pen, Matteo Salvini, André Ventura, entre outros. Já a perspectiva supranacionalista utiliza o discurso civilizatório para promover a unidade europeia, destacando-se aqui atores como Angela Merkel e Emmanuel Macron. O supranacionalismo europeu visa destacar uma herança comum entre os povos do continente (MOORE, 2002, p. 67).

Carlos Magno desempenha um papel significativo nessa visão transeuropeia, servindo como símbolo de uma unidade europeia idealizada. O Prêmio Carlos Magno, concedido desde 1950 pela cidade alemã de Aachen, homenageia indivíduos que, de alguma forma, tenham contribuído para a unidade europeia. O prêmio se apoia na imagem do imperador franco como alguém que teria conseguido unir a Europa. Nesta etapa, analiso os discursos dos laureados e o uso de Carlos Magno como símbolo de unidade europeia, destacando os problemas anacrônicos resultantes desse uso indevido.

Acredito que um dos principais objetivos desta pesquisa seja evidenciar os problemas decorrentes do uso inadequado da historiografia, seja a medieval de Eginhardo, que fundamentou o ideal de Carlos Magno tal como o conhecemos hoje, ou a historiografia oitocentista de Michelet e Guizot, que contribuíram para a construção do discurso civilizatório dos séculos XX e XXI. Por isso, esta pesquisa visa revisitar essas historiografias, procurando

evitar que sejam usadas de maneira inadequada, instrumentalizando personagens como Carlos Magno para sustentar um discurso civilizatório excludente.

1 A VITA KAROLI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDIFICAÇÃO DE UM SÍMBOLO DE CIVILIZAÇÃO

1.1 *Mei Karoli, excellentissimi et merito famosissimi regis*

Entre os homens associados a Carlos Magno, Eginhardo destaca-se como um dos mais proeminentes. Sua vida foi marcada por um serviço contínuo aos francos, atuando junto a Carlos Magno, Luís I e Lotário. Embora tenha produzido outras obras, sua contribuição mais notória é a biografia *Vita Karoli*, dedicada a Carlos Magno. Eginhardo não apenas se autodenomina servo, mas também se apresenta como amigo dos monarcas francos. A *Vita Karoli* é, sem dúvida, um modelo de historiografia propagandística. Contudo, a obra oferece valiosas informações sobre o autor, o processo de escrita e a construção do personagem central, o rei Carlos Magno.

Eginhardo, a meu ver, é um historiador e, como tal, elabora uma historiografia. O debate que questiona a historicidade de qualquer modalidade biográfica (aspecto que abordaremos adiante) não me convence a excluir Eginhardo da categoria de historiador. Defendo essa posição porque esta pesquisa busca estabelecer um diálogo com distintas tradições historiográficas. Embora Eginhardo se esforce para demonstrar que suas reminiscências foram suficientes para a composição da *Vita Karoli*, ele também recorreu a registros oficiais carolíngios. Em sua obra, apresenta eventos que de fato ocorreram, ainda que sua interpretação de muitos desses acontecimentos durante o reinado de Carlos Magno seja questionável. Autores do século XX, como Louis Halphen e Roger Collins, tendem a desacreditar Eginhardo nos momentos em que faltam evidências que corroborem suas narrativas. Thomas Noble, entretanto, argumenta que a seletividade do biógrafo franco deve ser compreendida como uma questão de interpretação. Noble conclui que a maioria dos relatos de Eginhardo encontra correspondência em outras fontes contemporâneas ao período carolíngio (NOBLE, 2009, p. 17).

Concordo que Noble esteja correto em grande parte de sua argumentação; contudo, não podemos ignorar que a interpretação de Eginhardo favorece explicitamente a dinastia carolíngia. Essa parcialidade é evidente em diversos momentos, como na desvalorização da dinastia merovíngia. Embora *Vita Karoli* tenha valor histórico e contenha informações relevantes, considero que a obra seja mais útil como um quadro ou retrato idealizado do que como uma biografia *stricto sensu*.

Assim, ao contemplarmos uma obra que retrata personagens, como a *Mona Lisa* de Da Vinci ou o *American Gothic* de Grant Wood, devemos nos atentar mais às particularidades do artista do que à identificação precisa dos sujeitos retratados. Da mesma forma, buscar na obra de Eginhardo a exatidão de um rei franco que viveu nos séculos VIII e IX nos trará pouco proveito. No entanto, ao considerarmos Eginhardo como um pintor que molda sua obra de acordo com sua imaginação, podemos nos distanciar de uma busca infrutífera pela verdadeira essência de Carlos Magno. Em vez disso, podemos reconhecer sua habilidade em conferir vivacidade ao retratar o imperador (SMITH, 2003, p. 56). Sob essa perspectiva, é possível aprofundar a compreensão de uma historiografia que resistiu ao tempo, ecoando especialmente no século XIX, como será discutido nos capítulos seguintes.

A *Vita Karoli* não será proveitosa para nós apenas como uma simples biografia de Carlos Magno; o texto ganha maior relevância quando nos debruçamos sobre a escrita e o autor. Um dos maiores orgulhos de Eginhardo foi haver servido a Carlos Magno; suas primeiras palavras refletem a profunda admiração que o biógrafo nutria pelo imperador. Ele prestou serviço ao longo de três gerações carolíngias, começando com Carlos Magno, seguido por Luís, o Piedoso, e, por último, Lotário. Outros homens que também dedicaram seu serviço aos reis francos, como Alcuíno de York¹, enaltecem o biógrafo por sua fidelidade e dedicação ao reino. Não podemos desconsiderar que as palavras de Eginhardo sobre a dinastia carolíngia têm peso e significado. Portanto, é seguro afirmar que o biógrafo é, de fato, um homem devotado a Carlos Magno.

Eginhardo disserta de forma sucinta sobre sua própria vida, sendo as principais informações acerca de sua pessoa extraídas de obras produzidas após seu falecimento e o de seu senhor, Carlos Magno. Podemos considerar que as fontes primárias sobre Eginhardo provêm de autores que mantinham afinidades com o governo carolíngio, destacando-se entre elas as de Valfrido Estrabão e Rabano Mauro. Mauro, em particular, redigiu um epitáfio² que oferece algumas informações sobre Eginhardo, enquanto Estrabão, ao organizar a *Vita*³, anexou

¹ A conexão entre Alcuíno de York e Eginhardo parece ser uma relação de proximidade. Sem dúvida, Eginhardo estabeleceu um contato significativo com o monge anglo-saxão durante sua permanência na corte. Eginhardo reconhece o mérito de Alcuíno como mentor em sua obra *Vita Karoli*.

² Te pido a ti, que entras en este templo, que no desdeñes saber qué guarda este lugar y qué recuerda al conservarlo. Aquí, en este túmulo, yace enterrado un hombre insigne al que su padre había dado el nombre de Einhardo. De mente sagaz, conducta honrada y expresión elocuente, con su arte benefició a muchos. El rey Carlos lo acogió en su propia corte; gracias a él también llevó a cabo muchas obras. Así, ejerciendo dignamente su cargo, buscó en Roma los cuerpos de estos santos y los trajo aquí, para que ayuden a muchos con sus ruegos y sus facultades curativas y a su alma le concedan el reino de los cielos. Cristo Dios, Salvador, Rey y Creador de los hombres, concédele piadosamente descanso eterno más allá de las estrellas (RIQUER, 1999, p. 15)

³ A este opúsculo, eu, Estrabón, dei os títulos e dividi em capítulos que me pareceram apropriados para tornar mais claro e fácil o acesso a cada assunto específico no caso de alguém desejar consultar algo que lhe interesse (RIQUER, 1999, p.52-53).

detalhes sobre o biógrafo ao texto. Ambos proferiram efusivas loas a Eginhardo. Contudo, não podemos ignorar que ambos possuíam vínculos estreitos com a dinastia carolíngia, o que suscita questionamentos sobre suas motivações ao enaltecer um dos mais fervorosos defensores da linhagem carolíngia.

A *Vita Karoli*, de fato, fornece poucas informações sobre o próprio autor. Limitamo-nos a algumas escassas referências no prólogo, que delineiam a interação de Eginhardo com a dinastia carolíngia. Nesse contexto, destacam-se breves relatos encontrados na Vida de Carlos Magno. Além disso, mais de cinquenta missivas são atribuídas a Eginhardo, datando a partir de 823, conforme documentado pela filóloga Riquer. Por outro lado, o historiador estadunidense Thomas Noble (2009, p. 19) sustenta a existência de mais de sessenta epístolas. Também é atribuído a Eginhardo o poema hagiográfico intitulado *Rythmus de passione Christi martyrum Marcellini et Petri* (RIQUER, 1999, p. 15). Segundo a perspectiva de Noble, há ainda um tratado substancial intitulado *The Translation and Miracles of the Blessed Martyrs Marcellinus and Peter*.

Há consenso entre grande parte dos historiadores quanto à década de nascimento de Eginhardo, com a historiografia tendendo a situá-lo nos anos 70 do século VIII. Contudo, a controvérsia surge quando se tenta determinar o ano exato de seu nascimento. Por ignorância ou conveniência, Estrabão não fornece a data de nascimento de Eginhardo. Thomas Noble (2009, p. 7) e Alejandra de Riquer (1999, p. 7) indicam o ano de 870, enquanto Minjie Su (2018, p. 62), embora não precise a data com exatidão, estima que o nascimento do biógrafo tenha ocorrido entre 870 e 875.

Natural da região da Francônia Oriental, Eginhardo provém de uma linhagem nobre que investiu significativamente em sua educação. Os relatos de Estrabão indicam que Eginhardo iniciou seus estudos no mosteiro de Fulda, onde foi discípulo do abade Baugulf. Noble destaca o papel crucial do abade como intermediário entre Eginhardo e Carlos Magno:

When he was still a boy, Einhard's parents sent him to the monastery of Fulda, but he never professed as a monk. In the early 790s Abbot Baugulf, who was by no means alone in functioning as a kind of talent scout for Charlemagne, sent Einhard to the court, less on account of his nobility than his intelligence. Einhard remained there until Charlemagne's death, in January of 814 (NOBLE, 2000, p.7).

Nesta perspectiva, Baugulf encaminha Eginhardo à corte devido à perspicácia do biógrafo. Enviado nos primórdios da década de 790, presume-se que tenha permanecido na

corte até o ocaso do reinado de Carlos Magno. Existe, ainda, a possibilidade de Alcuíno de York ter recomendado Eginhardo à corte, o que o teria levado ao recinto entre 791 e 792 (SU, 2018, p. 62). Esta conjectura é plausível devido ao estreito vínculo entre Eginhardo e Alcuíno de York, sendo este um dos raros sujeitos que residiu na corte carolíngia e é mencionado na *Vita Karoli*. Smith (2003, p. 62) também acredita que as habilidades eruditas de Eginhardo o conduziram à corte: “*Then, at some point between, Abbot Baugulf sent him to court as a young man whose exceptional intellectual gifts were well suited to royal service.*” A hipótese de Noble está notavelmente alinhada com os relatos de Estrabão:

Luego, por su excepcional capacidad e inteligencia —que ya entonces daba grandes muestras de la sabiduría que más tarde le distinguió—, y no tanto por su nobleza —que en cualquier caso era insigne—, fue enviado por Baugolfo, abad del citado monasterio², al palacio de Carlos; pues, de todos los reyes, era éste el que con más afán se dedicaba a buscar hombres sabios y a proporcionarles los medios para que pudieran cultivar la filosofía a su gusto (ESTRABÃO, 1999, p.51, tradução de RIQUER).

O encontro entre Eginhardo e Carlos Magno teria sido mera casualidade? Se confiarmos nos relatos de Estrabão, podemos considerar que o imperador buscava jovens que se destacassem pelo empenho nos estudos literários. Segundo Riquer (1999, p. 8), Carlos Magno acolhia na corte aqueles que se destacavam em seus estudos, tornando-se seu patrono, responsável por prover-lhes sustento material e formação espiritual. Estrabão afirmou que o imperador era o príncipe mais dedicado a encontrar homens eruditos, e Eginhardo não foi exceção. Jean Favier (2008, p. 416) é um dos historiadores que mais exalta o talento de Eginhardo para as letras. Segundo o medievalista francês, ele possuía um vasto conhecimento da cultura romana, o que despertou a atenção não apenas de Baugulf, mas principalmente de Carlos Magno.

O encontro entre Carlos Magno e Eginhardo permitiu a este alcançar posições desafiadoras de destaque na corte. Eginhardo sente-se grato ao imperador, conforme suas próprias palavras:

Existía también otra causa no irracional, según pienso, que por sí misma podría haber bastado para obligarme a escribir esto: el gasto que supuso mi manutención y la perpetua amistad, después que comencé a frecuentar su corte, con mi protector en persona y sus hijos. Con ella me ató a sí de tal modo y me hizo su deudor, tanto durante

su vida como después de su muerte, que con razón parecería y podría ser considerado un ingrato si, olvidando los beneficios de que me hizo objeto, dejara pasar en silencio las celeberrimas e ilustrísimas hazañas del hombre que más merece mi aprecio y permitiera que su vida quedara sin poner por escrito y privada de la debida alabanza, como si nunca hubiese vivido. (EGINHARDO, 2016, p. 1, tradução de CASTIELLA⁴).

Eginhardo, em sua biografia de Carlos Magno, destaca a amizade que mantinha com o imperador e sua família. Na corte carolíngia, ele teria sido uma espécie de protegido do soberano, relação que teria despertado no autor um sentimento de dívida para com seu protetor. Nesse contexto, a *Vita Karoli* é frequentemente considerada uma expressão de sua gratidão a Carlos Magno. Eginhardo (2016, p. 1, tradução de CASTIELLA) também afirma que não desejava que os inigualáveis feitos de seu senhor fossem relegados ao esquecimento. Essa perspectiva é corroborada por historiadores como Paulo Knaus, que interpreta a *Vita Karoli* como uma "historiografia de gratidão" (2006, p. 143). Segundo Knaus, o autor franco aderiu a uma "ética de gratidão ao rei" (2006, p. 142). Esse sentimento de reconhecimento permeou, segundo ele, toda a concepção da obra, influenciando a forma como Carlos Magno foi retratado.

O epitáfio redigido por Rabano Mauro destaca que Eginhardo era um homem perspicaz e eloquente, além de enfatizar que o rei Carlos o acolheu em sua corte, onde realizou inúmeras obras. Foi nesse ambiente que Eginhardo passou uma parte significativa de sua vida, convivendo com jovens nobres cujas famílias os haviam recomendado ao imperador franco para formação e convivência. Apesar de ser apreciado por muitos, como sustenta Noble (2009, p. 7), Eginhardo também enfrentou desafios na corte. Devido à sua baixa estatura, era frequentemente alvo de zombarias e apelidado de *Nardus*⁵. Para animar seu pupilo, Alcuíno escreveu um poema encorajador, enquanto Teodulfo de Orléans⁶ compôs versos que faziam referência à sua estatura⁷. Conforme Riquer (1999, p. 11), embora o poema de Teodulfo tenha um tom cômico,

⁴ A tradução foi realizada por Pablo J. Castiella, do latim para o português, sob o título *Vida de Carlomagno*, publicada em 2016. Destaca-se pela fidelidade ao material original, uma vez que foi feita diretamente do latim, sem intermediários em outros idiomas. Castiella adota uma organização interessante ao apresentar o texto latino lado a lado com a tradução, facilitando a análise da obra por parte do leitor. Além disso, insere comentários pertinentes que ajudam a contextualizar a obra de Eginhardo.

⁵ *Nardus*: alcunha poética de Eginhardo, poeta do círculo carolíngio que viveu entre 770 e 814. presenti: grafia medieval de praesenti. Já era comum à época carolíngia, embora ainda não de forma absoluta, grafar o ditongo ae com um simples e. No entanto, a grafia aglutinada não significa necessariamente que se pronunciasse apenas a vogal média (1996, p.79-81, apud SCHMIDT, 2018, p.130).

⁶ *El autor, de origen godo y procedencia probablemente hispánica, se refugió en la Septimanía huyendo quizás de la dominación árabe de forma que hacia el 780 se encontraba en la corte de Carlomagno. En el 798 fue nombrado obispo de Orléans y recibió la administración de las abadías de Saint Benoît-sur-Loire, Saint-Aignan d'Orléans, Saint-Mesmin de Micy y Saint-Lifard de Meung* (SEMPERANA, 2003, p.1).

⁷ *Corra Nárdulo aquí y allá en incansante movimiento, como una hormiga tu pie va y viene sin parar. Su pequeña casa está habitada por un gran huésped, grandes cosas honran los antros de un pecho pequeño». Asimismo,*

ele também ressalta as qualidades do biógrafo franco. Por outro lado, Valfrido Estrabão relatou que a pequena estatura de Eginhardo o fazia parecer insignificante. Esses relatos refletem tanto os desafios quanto as qualidades de Eginhardo na corte, evidenciando a complexidade das relações interpessoais e culturais no ambiente carolíngio.

A relação de Eginhardo com a dinastia carolíngia não se limitou a Carlos Magno; ele também manteve laços estreitos com os descendentes do monarca, em especial Luís, o Piedoso. Essa convivência teve início na juventude de Eginhardo, quando ele começou a integrar a corte carolíngia, e foi fortalecida durante seus primeiros anos no palácio. Eginhardo e outros membros da corte, incluindo jovens da família carolíngia, participaram do programa de educação promovido no palácio de Aix-la-Chapelle sob a supervisão de Alcuíno de York. Esse ambiente de formação erudita e política foi essencial para consolidar as relações entre Eginhardo e a família real. Embora *Vita Karoli* ofereça poucas informações sobre os herdeiros do reino franco, concentrando-se quase exclusivamente na figura de Carlos Magno, ela também reflete a relação de Eginhardo com Luís, o Piedoso. O biógrafo descreveu a assembleia convocada por Carlos Magno para discutir o futuro do reino, na qual o monarca defendeu o direito de Luís como único herdeiro do império franco. Esse episódio foi usado por Eginhardo para destacar a legitimidade de Luís, consolidando sua posição como sucessor legítimo de Carlos Magno e perpetuando a narrativa de continuidade dinástica.

Alguns historiadores e pesquisadores, como Riquer (1999, p. 13), argumentam que Eginhardo foi um destacado partidário de Luís I, desempenhando um papel ativo nas relações políticas do reino durante o governo do sucessor de Carlos Magno. Jean Favier (2004, p. 250) reforça essa visão, afirmando que Eginhardo teria ocupado a posição de secretário do novo imperador logo após o falecimento de Carlos Magno. Tereza Queiroz e Zilda Iokoi (2003, p. 44), por sua vez, alegam que ele já exercia essa função antes mesmo da ascensão de Luís, o Piedoso. No entanto, essa interpretação não é unânime. Outros pesquisadores, como Minjie Su, Smith e Noble, rejeitam a hipótese de que Eginhardo já desempenhasse tal papel antes do reinado de Luís. Minjie Su (2018, p. 61), em particular, apresenta uma visão mais crítica, apontando para um Eginhardo preocupado com os distúrbios que marcaram o governo do Piedoso. Segundo Su, o biógrafo não demonstrava uma devoção irrestrita ao sucessor de Carlos Magno, mas sim mantinha reservas e críticas em relação à sua condução do império. Essa

Walafredo Estrabón, en una composición inserta en un poema suyo y que lleva precisamente por título (RIQUER, 1999, p.11).

divergência entre os historiadores reflete a complexidade das relações entre Eginhardo e a dinastia carolíngia, evidenciando como seu papel político e pessoal esteve sujeito às dinâmicas.

As informações sobre a participação de Eginhardo na política do império franco são escassas e frequentemente limitadas a fontes indiretas. Um exemplo destacado nos anais do império carolíngio é o encontro entre o papa Leão III e Eginhardo, o confidente real, no qual o bispo de Roma recebeu a promulgação da lei de Thionville⁸ (RIQUER, 1999, p.8). Esse episódio sugere a proximidade de Eginhardo com decisões governamentais de grande relevância. Outro momento em que Eginhardo aparece associado a eventos políticos é descrito no poema *In honorem Hludowici*, escrito por Ermoldo Nigellus entre 826 e 829, durante o reinado de Luís, o Piedoso. Segundo Nigellus, após o falecimento de Pepino e Carlos⁹, Eginhardo teria defendido, na assembleia de Aix-la-Chapelle, em 813, o direito de Luís suceder a Carlos Magno como único herdeiro do império. No entanto, a *Vita Karoli*, escrita por Eginhardo, não faz menção a essa suposta participação, o que levanta dúvidas sobre a veracidade do relato. Apesar da ausência de evidências conclusivas, *In honorem Hludowici* oferece um valioso vislumbre sobre a imagem de Eginhardo na corte, apresentando-o como um defensor ativo da legitimidade de Luís. Contudo, é necessário considerar que o poema, sendo uma obra de louvor ao imperador, pode ter exagerado ou idealizado o papel de Eginhardo para engrandecer o reinado de Luís.

A relação de Eginhardo com a dinastia carolíngia não se limita a Carlos Magno ou a seu filho Luís, o Piedoso. O biógrafo também esteve próximo da terceira geração da família, tendo desempenhado funções administrativas durante o reinado de Lotário, um dos netos de Carlos Magno e herdeiro do reino franco. Embora algumas fontes sugiram que ele atuou como tutor de Lotário, essa informação carece de confirmação histórica. No entanto, é certo que Eginhardo ocupou um lugar destacado na corte carolíngia, participando das decisões políticas e administrativas que moldaram o império. Dessa forma, podemos observar que Eginhardo desfrutou de vínculos estreitos com três gerações carolíngias:

Ingressa na política no reinado de Luiz, o Piedoso; foi secretário e amigo pessoal de Carlos Magno até a morte deste em 814, e posteriormente conselheiro de seu filho

⁸ A lei visava regularizar a divisão do império entre os descendentes de Carlos Magno.

⁹ No que diz respeito ao falecimento dos filhos do rei, temos o seguinte relato de Eginhardo: “De todos estos, sólo perdió dos hijos y una hija antes de morir él mismo: Carlos, el mayor de edad; Pipino, al que había hecho rey de Italia; y Rotruda, que era la mayor de sus hijas y había sido prometida en matrimonio a Constantino, emperador de los griegos. (EGINHARDO, 2016, p.19, tradução de CASTIELLA)

Lotário. O conflito entre Luiz, o Piedoso e seus filhos o leva a prudentemente se afastar da política, em 828. É neste momento de sua vida que decide escrever uma biografia de Carlos Magno” (QUEIROZ; IOKOI, 2003, p. 44).

Entre os anos de 815 e 818, é possível que Eginhardo já acumulasse os cargos de secretário de Luís I e tutor de seu herdeiro, Lotário. Nesse período, Lotário foi oficialmente reconhecido como legítimo herdeiro do império, enquanto seus irmãos, Pepino e Luís, receberam, respectivamente, os territórios da Aquitânia e da Baviera. Até o ano de 829, Eginhardo continuava a exercer um papel político proeminente na corte carolíngia. Contudo, em 829, o nascimento de Carlos, filho do segundo casamento de Luís, resultou em uma nova partilha do império franco. Lotário, profundamente insatisfeito com a ameaça à sua posição como único herdeiro, aliou-se aos irmãos Pepino e Luís, formando um exército para se insurgir contra o pai. Diante do conflito, Eginhardo optou por uma posição de neutralidade, buscando conciliar os principais envolvidos e mantendo relações cordiais com ambas as facções. Em 830, com o eclodir da rebelião, Eginhardo decidiu afastar-se definitivamente da corte franca. Junto de sua esposa, retirou-se da vida política e deixou de desempenhar um papel ativo nos eventos que marcaram os anos finais do reinado de Luís I.

Mesmo diante de tais adversidades, Eginhardo permaneceu bem avaliado pelos monarcas francos. Após sua retirada da corte, ele recebeu duas propriedades no leste da Francia. Nessa concessão, Luís I, o doador dos bens, reconheceu a fidelidade de Eginhardo ao império (SMITH, 2003, p. 57). Aos olhos de seu rei, de alguns de seus pares e dele mesmo, o biógrafo era identificado por sua lealdade a Carlos Magno. No entanto, Eginhardo não era apenas um cortesão dedicado à escrita; ele presenciou tanto o auge quanto o declínio dos reis carolíngios. Embora a gratidão tenha sido um motivo plausível para a criação da *Vita Karoli*, a obra transcende esse sentimento. Como fiel servidor de Carlos Magno, Eginhardo, em meio ao momento de maior aflição do império, forjou seu personagem: o protagonista de sua obra mais significativa, reverenciado tanto pelo autor quanto pela posteridade.

1.2 *Vita Karoli*: entre a biografia e a historiografia

A biografia como fonte suscita muitos debates relevantes, especialmente sobre sua classificação: trata-se de um gênero literário ou historiográfico? Antes de discutir sua

classificação, é essencial entender o que constitui uma biografia. O historiador Uiran Gebara da Silva apresenta sua perspectiva: “[...] poderíamos, então, definir a escrita biográfica enquanto gênero caracterizado pela narrativa da vida e descrição do caráter de um indivíduo” (SILVA, 2008, p. 74). Benito Bisso Schmidt segue uma abordagem semelhante ao definir a biografia como “[...] a narração da vida de um indivíduo”. Embora a biografia se caracterize pela narrativa de vidas individuais, a historiografia envolve outros elementos cruciais que vão além da narrativa, como a análise crítica e o uso de fontes diversas. Nesse sentido, é possível ponderar sobre o papel da narrativa na historiografia e sua relação com outros fatores essenciais ao trabalho do historiador.

José Lafuente (2002, p. 20) ressalta que, por um longo período, a biografia não apenas integrava a história, mas também se configurava como a própria narrativa histórica. Dessa forma, o sujeito monopolizava a trama histórica. No século X, por exemplo, um leitor não buscava uma análise crítica sobre a vida de Carlos Magno; inexistia qualquer debate sobre os desafios da biografia ou seu emprego na historiografia. Para os leitores, tratava-se de contemplar a saga de um homem eminente que lhes servia como modelo paradigmático. Esse padrão se manteve durante a era medieval, quando biografias se voltavam frequentemente para figuras notáveis. Não apenas Eginhardo optou por documentar a vida de uma personalidade relevante, mas também se destacam outros autores, como Beda, o Venerável, Jean Froissart e o autor anônimo da *Vita Hludovici*. Cada um deles, em contextos distintos, contribuiu para consolidar a biografia como parte fundamental da escrita histórica medieval.

Por muito tempo, a biografia foi marginalizada pela maioria dos historiadores, especialmente devido à sua ênfase em um único sujeito, algo considerado incompatível com uma perspectiva democrática da história (SCHMIDT, 2012, p. 187). As correntes estruturalistas da escrita histórica demonstravam pouco interesse por obras que pareciam limitadas à análise de figuras proeminentes¹⁰. No marxismo clássico, por exemplo, o gênero biográfico recebeu pouca valorização, sendo muitas vezes descartado como um enfoque individualista que negligenciava as dinâmicas sociais mais amplas (SCHMIDT, 2012, p. 190). Além disso, a biografia apresentava problemas metodológicos que muitos historiadores consideravam difíceis de ignorar, como aponta Luzia Silva:

¹⁰ A biografia tem adquirido maior relevância entre os círculos marxistas, como evidenciado pelo significativo “Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual”, escrito pelo historiador húngaro Tamás Krausz.

A biografia, recursivamente, provoca incômodo entre historiadores mais cépticos, que a criticam apontando seus problemas para o discurso historiográfico. As críticas recorrentes à biografia histórica englobam, principalmente, três aspectos desse estilo narrativo, classificados como negativos. Um primeiro seria a proximidade da biografia com a literatura que a afastaria de um compromisso com a verdade. Em segundo lugar, a associação da biografia – em decorrência de sua aplicabilidade à exaltação de heróis – à história política tradicional, focada na figura do grande homem. O terceiro aspecto remonta à crença de que as biografias levariam à valorização de análises individuais em detrimento de análises coletivas (SILVA, 2013, p.266)

A biografia como gênero histórico não era uma preocupação para os leitores do século IX, sendo anacrônico supor tal debate, já que essa discussão só se consolidou na década de 1970 (ROMANI, 2016, p. 6). Para os contemporâneos, a *Vita Karoli* representava uma fonte fidedigna de informação, valorizada principalmente pelo conteúdo textual e pelas informações contidas sobre Carlos Magno. O interesse dos leitores não recaía sobre a figura de Eginhardo, visto que, na Idade Média, os autores eram amplamente percebidos como transmissores de informações, e não como sujeitos de interesse biográfico. Não havia entre os leitores da *Vita* um conhecimento sobre os textos que influenciaram o biógrafo franco ou curiosidade acerca de sua formação, seus mestres ou suas motivações. Essas questões, que hoje instigam os historiadores contemporâneos, não preocupavam o público medieval, cujo interesse preponderante residia no próprio monarca franco e na exaltação de suas qualidades.

Questionar a classificação da biografia não é suficiente para solucionar nosso problema, uma vez que a biografia em questão não é uma obra moderna. Trata-se de uma biografia produzida na Alta Idade Média, que, muitas vezes, foge aos padrões dos escritos do século IX, como o caráter hagiográfico e a influência monástica predominantes na época. Para evitar anacronismos, não podemos aplicar os critérios utilizados na análise de uma biografia contemporânea. A *Vida de Carlos Magno* é uma obra de seu tempo e reflete os valores específicos da época medieval. Contudo, emula características da Antiguidade latina em diversos aspectos, como o uso de uma estrutura narrativa inspirada em autores clássicos. Não se trata meramente de alguns pormenores, mas da totalidade de sua composição, que é, em grande parte, influenciada por obras da Antiguidade, como as *Vidas dos Doze Césares* de Suetônio.

É comum que, dada a natureza de uma *Vita* redigida durante o período medieval, a Vida de Carlos Magno seja equivocadamente confundida com uma hagiografia. Contudo, todas as evidências apontam que Eginhardo não se deixou influenciar por seus contemporâneos ao redigir sua *Vita*. Apesar de ter produzido obras hagiográficas, ele não empregou características

típicas desse gênero na biografia dedicada a Carlos Magno, como relatos de milagres ou a exaltação de virtudes espirituais. Sua principal fonte de inspiração reside na Antiguidade Latina, especialmente em *Vida dos Doze Césares*, de Caio Tranquilo Suetônio¹¹, cujo estilo narrativo e atenção aos aspectos pessoais dos biografados são evidentes na obra de Eginhardo. Muitos historiadores que estudaram Eginhardo, como Noble, Jean Favier, Minji Su e Elena Pagola, identificam em Suetônio a principal influência sobre a *Vita Karoli*. Essa relação é amplamente aceita na historiografia, reforçando que a biografia de Carlos Magno, embora inserida no contexto medieval, dialoga diretamente com tradições da Antiguidade.

Para compreender as diferenças entre o uso do gênero biográfico ao longo do tempo, devemos analisar como os antigos concebiam a biografia. Há uma discrepância notável entre a forma como o gênero era entendido na Antiguidade e como é empregado na contemporaneidade:

Dentre as tradições antigas de escrita que costumam ser identificadas, pela bibliografia especializada, com o termo “biografia”, pode-se destacar: o bios (ou de *Vita sua*, em latim) que, como será destacado adiante, exibe diferenças consideráveis em relação à noção moderna de biografia; o encomium, forma de discurso escrito com certas proximidades e importantes distâncias em relação ao bios; as hypomnemata, que estariam para a autobiografia assim como o bios está para a biografia (SILVA, 2008 p.69).

A reconstrução de uma personalidade constitui o objetivo do *bios*. A tradição biográfica greco-romana buscava delinear o caráter do biografado, muitas vezes apresentando-o como um modelo de conduta moral (SILVA, 2008, p. 77). Conforme Benito Bisso Schmidt (2012, p. 188), na Antiguidade, a biografia desempenhava o papel de *Historia Magistra Vitae*¹², funcionando como uma mestra da vida ao ensinar lições morais por meio das ações de grandes figuras. Desse modo, o biógrafo se distanciava do historiador, pois podia se afastar da verdade factual e usar a imaginação para destacar virtudes ou vícios exemplares. Essa característica é evidente nas biografias latinas, como as de Suetônio, onde encontramos exemplos de condutas admiradas ou censuráveis, sendo que, em alguns casos, os vícios dos príncipes eram deliberadamente expostos. Mary Del Priore discute como a biografia romana foi influenciada pela tradição grega, que destacava valores éticos e morais, e como isso moldou o gênero

¹¹ Principal referência em relação à estrutura do texto.

¹² O papel da História mestra da vida iluminar o futuro através dos exemplos do passado.

literário na Roma Antiga. Essa análise é relevante para nós, uma vez que a biografia romana exerceu influência direta sobre a obra de Eginhardo, que incorporou elementos da tradição clássica ao redigir a *Vita Karoli*:

O modelo grego inspirou profundamente os historiadores romanos: Tito Lívio, do seu lado, encheu seus textos com discursos imaginários para destacar a psicologia de personagens evocados. Da mesma forma, Tácito pintou os imperadores do primeiro século, tentando penetrar sua mentalidade. Todos esses historiadores pertencem à história das literaturas grega e latina. Por quê? Pois seu esforço de elucidação e interpretação dos fatos não obstruiu jamais o desenvolvimento da narrativa. O discurso, nesses casos, não tinha função de prova explicativa. Era, sim, um procedimento retórico ligado a um acontecimento histórico mais amplo (PRIORE, 2009, p.7).

Por buscar um caráter moral, Schmidt (2012, p. 188) argumenta que tanto a biografia antiga quanto a medieval se distinguem da história. A controvérsia se intensifica ao abordar a problemática da biografia como pura literatura. Afinal, na Antiguidade e no período medieval, um biógrafo baseava-se apenas em sua memória? Caso a resposta seja afirmativa, seria correto dizer que não há nenhuma historicidade na biografia? Giovanni Levi (1996, p. 168) sustenta que a biografia aproxima a historiografia de questionamentos e técnicas próprias da literatura, explorando a subjetividade e as singularidades humanas. Nesse sentido, o gênero literário estaria desvinculado de muitos entraves impostos pela escrita da história, como, por exemplo, a exigência de um documento. No entanto, é importante lembrar que, ainda que o gênero biográfico pré-moderno não apresentasse o rigor documental característico da historiografia contemporânea, alguns biógrafos, como Eginhardo, demonstravam uma preocupação limitada com fontes e tradições orais. Isso evidencia que o gênero, mesmo em seus primórdios, buscava equilibrar elementos narrativos e históricos, embora privilegiasse a construção de modelos morais sobre a precisão factual.

Um dos grandes dilemas da biografia reside em conceber a vida como uma trajetória linear, ou seja, conforme Pierre Bourdieu, em definir a existência como uma narrativa coerente, repleta de significados e direcionamentos. O sociólogo francês conclui que aderir a esse tipo de interpretação é conformar-se a uma "ilusão retórica" (1996, p. 185). É improvável compreender uma existência em sua totalidade ou acreditar na ideia de uma coerência sequencial subjacente. Ignorar as estruturas sociais e históricas que se desdobraram ao longo da trajetória do biografado significa desconsiderar fatores essenciais que moldaram sua vida (BOURDIEU, 1996, p. 190). Além disso, há o sujeito por trás da escrita; todo biógrafo traz consigo suas

experiências, valores e concepções, que influenciam inevitavelmente a construção narrativa. Desconsiderar a formação desse sujeito revela um desdém pela complexidade do gênero biográfico, que exige atenção tanto à vida narrada quanto ao narrador que a interpreta.

Podemos observar a discrepância entre Pierre Bourdieu e Giovanni Levi em suas abordagens do gênero biográfico:

Levi nos diz que a biografia constitui a passagem privilegiada pela qual os questionamentos e as técnicas próprias da literatura são postas à historiografia, mas, também, deixa bem claro as diferentes exigências existentes para romancistas, sociólogos e historiadores. Situa-se numa, na perspectiva diferente daquele compreendida por Pierre Bourdieu, crítico do gênero, para quem o biógrafo que tenta ordenar e dar coerência à história de vida do biografado, tentação comum ao meio para tornar a biografia uma leitura mais aceitável, produz uma criação artificial de sentido que ele chama de ilusão biográfica, fato que tornaria as biografias desprovidas de valor científico (ROMANI 2016, p.6-7)

Quando discutimos uma biografia, quem estabelece o que é mais relevante a ser retratado na obra, senão o próprio biógrafo? É ele quem determina as virtudes e falhas a serem retratadas; é ele quem molda o personagem de acordo com sua vontade; ele decide quais eventos serão registrados. O biógrafo também é um sujeito, influenciado por sua formação e pela cultura dominante. A escrita de uma biografia não se limita à vida de um sujeito específico, mas é acompanhada por uma narrativa imersa nos valores do autor. A biografia, portanto, não é apenas um retrato de uma única vida, mas também um reflexo do contexto social, político e cultural do momento em que foi escrita. O gênero biográfico, com suas normas e convenções, não é imparcial; ele reflete, de fato, o contexto e a época do autor, que, mesmo buscando objetividade, não consegue escapar das influências do seu tempo.

Ao estabelecer um diálogo com as ideias de Giovanni Levi e considerar as críticas de Pierre Bourdieu ao gênero biográfico, argumento que a compreensão da *Vida de Carlos Magno* deve ser contextualizada, levando em conta as circunstâncias históricas de seu período. Isso permitirá uma análise mais profunda do conjunto de fatores que influenciaram a obra. Entre os múltiplos elementos que enriquecem a leitura da biografia do rei franco, destacam-se, de forma particular: a relação pessoal entre Carlos Magno e Eginhardo, a crise sucessória envolvendo Luís I e seus descendentes (particularmente a divisão do império entre seus filhos), a interação dos carolíngios com a Igreja, o conflito político com o império oriental e a sólida formação latina de Eginhardo, que permeia sua narrativa.

Observar as características literárias presentes na *Vida de Carlos Magno* nos proporcionará percepções que uma abordagem estritamente historicista pode negligenciar. Se considerarmos que a biografia visa estabelecer um modelo ideal, podemos identificar, na construção do personagem, a intenção do autor em atender às expectativas de sua época. Essas expectativas, que refletem os valores da nobreza e da Igreja medieval, estão inseridas na criação do caráter de Carlos Magno. A partir dessa construção, podemos discernir os padrões de comportamento e as ideais morais e políticas do período, o que permite analisar a biografia de dentro para fora, compreendendo-a não apenas como uma narrativa sobre a vida de um rei, mas também como um reflexo dos valores e objetivos de seu tempo.

Eginhardo não é um inventor. O protagonista que ele concebeu interagiu com muitos daqueles que se tornariam futuros leitores da *Vita Karoli*. As guerras, eventos e assembleias realmente ocorreram; Eginhardo compartilhou sua existência com Carlos Magno, sendo um testemunho vivo de muitos dos eventos que descreveu. Ele não é um contador de fábulas, nem se dedica a dissertar sobre a vida de um personagem imaginário criado de sua mente. Muitos dos eventos narrados na *Vita Karoli* foram presenciados pelos contemporâneos do biógrafo, de modo que diversos dos primeiros leitores da obra estavam lendo relatos de acontecimentos que eles mesmos vivenciaram.

Não podemos desconsiderar que é Eginhardo quem dá a tonalidade aos eventos relatados. O escriba, como portador da pena, seleciona cuidadosamente as palavras, favorecendo aqueles que lhe interessam e prejudicando os que desaprova. Os reis merovíngios, por exemplo, foram tratados como irrelevantes, o que evidencia como Eginhardo ajustava a narrativa de acordo com suas preferências pessoais e a visão da corte carolíngia. No caso da rainha Fastrada¹³, ela foi responsabilizada por conspirações contra o rei, sendo sua suposta crueldade apontada como o catalisador dessas conspirações. Assim, embora a *Vita Karoli* tenha seu peso como um documento histórico para os leitores de sua época, constituindo-se como uma fonte valiosa de informações até os dias atuais, ela também revela a habilidade de seu autor no manejo das palavras, manipulando a narrativa para atender aos interesses da corte. Apesar de os eventos serem testemunhados, a interpretação de Eginhardo sobre esses acontecimentos sempre favoreceu os interesses de seus senhores carolíngios. Compete ao historiador do século

¹³ Se cree, sin embargo, que de estas conspiraciones la causa y origen fue la crueldad de la reina Fastrada; y en ambas se conspiró contra el rey porque, consintiendo la残酷 de su esposa, parecía haberse salido de forma exorbitante de la acostumbrada mansedumbre y benignidad de su índole. Por lo demás, durante todo el tiempo en que vivió, lo hizo, en su casa o fuera de ella, con gran amor y favor por parte de todos, al punto de que nunca nadie le hizo el más mínimo reproche de残酷 injusta (EGINHARDO, 2016, p. 21, tradução de CASTIELLA).

XXI discernir as nuances literárias e históricas na redação da *Vita Karoli*, promovendo uma análise mais aprofundada da obra e de seu autor.

1.3 O propósito da *Vita Karoli*

Conforme discutimos previamente, o pesquisador atento deve examinar as diversas camadas de um texto biográfico e interpretá-lo sem negligenciar os questionamentos inerentes ao gênero. Uma análise fundamentada deve abranger tanto os aspectos históricos quanto os literários de uma produção biográfica. Examinar a parte literária da *Vita Karoli* implica estudar sua narrativa, as influências presentes no texto e o idioma escolhido pelo autor ao redigir sua obra. No que tange aos fatores históricos, é crucial considerar as questões do império, como a formação e as tensões políticas do império carolíngio, a interação entre Eginhardo e os carolíngios, a formação do biógrafo e as motivações subjacentes à criação de uma obra que mantém relevância até os dias atuais. Ao integrar esses aspectos, podemos não apenas contextualizar a obra, mas também destacar como os elementos literários e históricos se entrelaçam para formar a riqueza da *Vita Karoli*.

Por que Eginhardo decidiu escrever uma biografia sobre o imperador Carlos Magno? Por que essa obra surgiu após o falecimento de Carlos Magno? Antes, devemos investigar as motivações do autor. Eginhardo, em suas próprias palavras, justifica de maneira enfática os motivos para a criação de sua obra mais importante:

Y juzgué preferible dejar a la memoria de la posteridad lo mismo ya confiado a las letras por otros antes que permitir que cayeran en las tinieblas del olvido la ilustrísima vida del mejor y más grande rey de todos los de su época y sus egregios actos, casi inimitables por los hombres de los tiempos que corren. Existía también otra causa no irracional, según pienso, que por sí misma podría haber bastado para obligarme a escribir esto: el gasto que supuso mi manutención y la perpetua amistad, después que comencé a frecuentar su corte, con mi protector en persona y sus hijos. Con ella me ató a mí de tal modo y me hizo su deudor, tanto durante su vida como después de su muerte, que con razón parecería y podría ser considerado un ingrato si, olvidando los beneficios de que me hizo objeto, dejara pasar en silencio las celeberrimas e ilustrísimas hazañas del hombre que más merece mi aprecio y permitiera que su vida quedara sin poner por escrito y privada de la debida alabanza, como si nunca hubiese vivido (EGINHARDO, 2016, p. 1, tradução de CASTIELLA).

Eginhardo aponta dois motivos principais que o levaram a escrever a *Vita Karoli*: o primeiro é que Carlos Magno, a quem o biógrafo considera o maior rei de seu tempo, não fosse esquecido; o segundo, um sentimento de amizade entre Eginhardo e os príncipes carolíngios. Quanto ao primeiro motivo, podemos destacar que, por tudo o que vivenciou, ele via como um dever retratar os feitos de seu senhor. Na perspectiva de Eginhardo, seria inadmissível permitir que a história de Carlos Magno caísse no esquecimento. Como testemunha, amigo e confidente do monarca, ele sentia-se responsável por relatar o que considerava as grandes realizações de seu querido rei e senhor. Contudo, devemos questionar os reais motivos de Eginhardo. Embora os motivos apresentados por Eginhardo pareçam claros e bem-intencionados, é fundamental que investiguemos com mais profundidade as possíveis influências que o levaram a elaborar a biografia de Carlos Magno da maneira como o fez.

Há apenas um puro sentimento de lealdade impulsionando sua escrita? Se a resposta for afirmativa, a *Vita Karoli* poderia ser caracterizada como um panegírico? Seriam a gratidão e a devoção suficientes para compor um panegírico? Originário da antiguidade greco-romana, o panegírico é um tipo de discurso encomiástico¹⁴ que exalta as virtudes e realizações de um indivíduo ou grupo. No caso de Eginhardo e sua obra *Vida de Carlos Magno*, a gratidão e a devoção são elementos centrais que influenciam a forma como o imperador franco é retratado. No entanto, é crucial avaliar se esses sentimentos são suficientes para compor um panegírico completo e abrangente. Como destacam as pesquisadoras Leni Leite e Luiza Carvalho (2018, p. 3), durante o reinado de Augusto, os escritores latinos promoveram o panegírico, gênero que desempenhava um papel importante no Império Romano, ajudando a criar uma imagem idealizada e pacífica da sociedade e do governante. O panegírico visava divulgar a figura do príncipe e fazer com que os cidadãos aceitassem a imagem de um soberano magnânimo. Essa perspectiva também é compartilhada por Rosati (2006, apud LEITE; CARVALHO, 2018, p. 3), que destaca o papel dos panegíricos na construção da imagem de um governante temido e protetor em todo o Império Romano. Embora o panegírico tenha esse papel importante na antiguidade, a questão que se coloca no caso da *Vita Karoli* é: até que ponto a gratidão e a

¹⁴ De forma resumida, assim Aristóteles discorre acerca do elogio: a) a finalidade do epidítico era a virtude ou o vício, o belo ou o vergonhoso: na chave do elogio, o epidítico busca o belo, que merece louvor porque é agradável e é “preferível por si mesmo”, e a virtude, que é a capacidade de fazer o bem e preservar as coisas boas independente das adversidades (Rh., 1366a); b) as virtudes mais notáveis são a justiça, a coragem, a temperança, a sabedoria e todas aquelas que são mais úteis às outras pessoas do que àquele que fala; c) o que é virtuoso é necessariamente belo, assim como o contrário, e também as coisas que visam mais honras do que bens materiais ou que buscam o bem alheio antes do individual (1366b); d) se um elogio é composto a partir das ações conscientes de um homem honesto, é preciso que o orador destaque o número de ações virtuosas que teve; e) o elogio é feito a partir da amplificação das virtudes (1368a)” (LEITE; CARVALHO, 2018, p.3)

devoção de Eginhardo podem ser suficientes para qualificar a obra como um verdadeiro panegírico?

A *Vida de Carlos Magno* pode ser considerada um panegírico? Quiroz e Iokoi (2003, p.45) afirmam que a biografia do imperador carolíngio se enquadra nesse gênero. No entanto, restringir a obra de Eginhardo a um panegírico seria reduzi-la às informações presentes em suas primeiras páginas, onde há uma nítida exaltação da imagem do imperador, que fundamenta toda a escrita da obra. Ao longo da *Vita*, contudo, deparamo-nos com um retrato de Carlos Magno, ainda que enaltecido, com algumas imperfeições. Embora o texto apresente características de panegírico, com uma clara exaltação de Carlos Magno, ele também revela nuances mais complexas sobre o imperador, o que impede que a biografia se limite a um simples louvor.

Sobre o panegírico, Rosati (2006, apud LEITE; CARVALHO, 2018, p. 3-4) afirma: "Os panegíricos ajudavam a criar a imagem de uma sociedade harmônica, idealizada e pacífica, e de um governante protetor, mas temido por todo o império". No entanto, ao analisar a obra de Eginhardo, podemos observar que o retrato da sociedade não é tão concorde como descrito. Encontramos um imperador temido e protetor, porém, a realidade da sociedade é bastante desarmônica, com uma série de guerras e conflitos sociopolíticos entre os povos subjugados pelo império franco. Isso demonstra que há um líder buscando estabelecer sua dominância e controlar as rebeliões. Portanto, é improvável que Eginhardo tenha buscado representar uma sociedade totalmente harmônica, pois o texto revela um império frequentemente marcado por rebeliões e insubordinações.

O Carlos Magno retratado por Eginhardo ainda é um monarca falível, e episódios de relevância são narrados na *Vita* para evidenciar a fragilidade do rei: as especulações que circulavam na corte a respeito do comportamento das filhas de Carlos Magno¹⁵, a revolta de seu filho Pepino¹⁶ e as dificuldades do monarca com a leitura. É válido destacar que, mesmo as imperfeições apresentadas na obra, foram tratadas de forma comedida, sem alarde excessivo, uma vez que sempre havia uma justificativa para cada uma dessas limitações. A redação de um

¹⁵ As filhas de Carlos Magno jamais contraíram matrimônio, tal circunstância ocasionou inúmeros rumores na corte. É incontestável que elas mantinham amantes, sendo que o imperador inviabilizava qualquer perspectiva de casamento para suas filhas, julgando menos prejudicialvê-las envolvidas em relacionamentos considerados impróprios para a época (FAVIER, 2005, p.142).

¹⁶ Sobre a conspiração de Pepino, o corcunda, temos a seguinte relato na *Vita*: "De una concubina había tenido un hijo, de nombre Pipino, a quien no he mencionado entre los demás, de bella apariencia, aunque giboso19. Aprovechando el hecho de que su padre, en guerra con los hunos, pasaba el invierno en Baviera, simuló una enfermedad para conspirar contra él con algunos de los principales frances que le habían seducido con vanas promesas de hacerle ceñir la corona. Después de descubrir el fraude y de condenar a los conjurados, Carlos le concedió recibir la tonsura en el convento de Prüm, ya que su hijo había expresado el deseo de consagrarse a la vida religiosa" (EGINHARDO, 2016, p.2, tradução de CASTIELLA)

panegírico seria uma excelente expressão de gratidão a Carlos Magno; contudo, há indícios de que não foi apenas a gratidão que motivou nosso biógrafo. Portanto, considero que seja inadequado classificar a *Vita Karoli* como um panegírico. Embora possa ser erroneamente confundida com esse gênero, uma análise minuciosa revelará que, em diversos aspectos, ela se distingue de uma obra meramente elogiosa, pois, ao invés de se limitar ao louvor, buscou preservar um personagem histórico com todas as suas complexidades.

A historiografia debate sobre as motivações de Eginhardo. Destaco, neste primeiro momento, Chenghan Liu (2022, p.891), que alegou três prováveis motivos que levaram à criação da *Vita Karoli*; sendo o primeiro relembrar a memória de Carlos Magno e os dias que, segundo Eginhardo, representariam o apogeu do império carolíngio. Eginhardo teria observado que o Rei Luís, o Pio, não conseguiu manter a estabilidade no reino. O segundo motivo seria uma tentativa de refutar críticas feitas a Carlos Magno durante o reinado de Luís I. O terceiro, ao qual Liu crê que seja o mais provável, seria apresentar Carlos Magno como um modelo a ser seguido por reis e cortesãos, sendo a *Vita Karoli* uma ferramenta para educar os futuros governantes. Noble (2000, p.13) argumenta que a *Vita Karoli* é resultado da insatisfação de Eginhardo com os eventos ocorridos no final dos anos 820, sugerindo também que Eginhardo estava tentando conter críticas ao reinado de Carlos Magno. Noble também aponta para a possibilidade de a *Vita* ter uma função didática na educação de uma nova geração. Ambos os pesquisadores seguem caminhos semelhantes; entre os motivos apresentados, destaco principalmente as críticas a Carlos Magno e a instabilidade do governo de Luís. Leonardo Carrera Airola argumenta sobre o propósito propagandista de Eginhardo ao elaborar a biografia sobre a vida de Carlos Magno:

En conclusión, el propósito de Eginhardo para escribir la *Vida de Carlomagno* era de carácter eminentemente propagandístico, al ofrecer la imagen de un rey ideal y de un modelo de gobierno digno de recordar e imitar, quizás en virtud de la crisis por la que atravesaba el reino tras su muerte –la obra, entonces, también se puede ver como un homenaje póstumo a su memoria–, lo que podía provocar una discontinuidad radical para la *Renovatio*, echando por tierra la gloria que alcanzó el imperio bajo su mandato (AIROLA, 2017, p.15)

Para compreendermos as motivações de Eginhardo, é essencial que possamos identificar ou nos aproximar o máximo possível do período em que a obra foi escrita. Esse é um ponto controverso entre os estudiosos da *Vita Karoli*. Há um quase consenso de que toda a obra foi escrita após o falecimento de Carlos Magno, o que nos leva a concluir que o texto foi composto

durante o reinado de Luís I. Eginhardo omite informações importantes sobre a produção de sua obra; em primeiro lugar, ele não se identifica como o autor da *Vita Karoli*, e, em segundo lugar, não há menções ao momento em que escreveu o texto. Valfrido Estrabão, autor do prefácio e organizador da *Vita Karoli*¹⁷, revela a autoria do texto, mas não fornece as datas de sua composição.

A maioria dos estudiosos concorda que a *Vita Karoli* foi escrita após 817, uma vez que Eginhardo menciona uma rebelião dos Abotrits eslavos ocorrida neste ano. Além disso, não poderia ter sido escrita após 830, pois há uma carta de Lopus de Ferrières desse ano que indica que a obra foi produzida em um momento anterior (NOBLE, 2009, p.8). Su (2018, p.62) adota uma abordagem diferente, sugerindo que Eginhardo iniciou a escrita da obra imediatamente após o falecimento de Carlos Magno, ou seja, em 814, e a teria concluído antes de 830. Esse ponto de vista enfraqueceria a hipótese de uma *Vita* elaborada para defender o legado de Carlos Magno de um governo caótico de Luís I, uma vez que Eginhardo teria começado a obra antes das crises que afetaram o governo de Luís. Já Chenghan Liu (2022, p.887) argumenta que a *Vita Karoli* foi redigida em meados da década de 820, durante a permanência de Eginhardo no mosteiro de Seligenstadt. Nesse contexto, estaríamos nos referindo a um período em que Eginhardo estava mais comprometido com a vida religiosa¹⁸ (SMITH, 2003, p.68)¹⁹.

Thomas Noble teoriza sobre as possíveis datas da redação da *Vita Karoli*. O historiador estadunidense levanta questionamentos pertinentes acerca do endereçamento da biografia produzida em homenagem a Carlos Magno. Noble (2009, p. 11) argumenta que, em um de seus manuscritos, a *Vita Karoli* foi entregue ao bibliotecário de Luís, Gerward, que teria sido o destinatário da obra e a preparou para apresentá-la ao rei. Gerward teria recebido a obra no ano de 828, o que constitui uma forte evidência de que a *Vita Karoli* foi escrita nesse período. Além disso, no final da década de 820, surgem relatos críticos a Carlos Magno, incluindo visões nas quais o imperador é retratado no inferno ou no purgatório (SU, 2018, p. 89). Eginhardo, portanto, estaria interessado em conter tais críticas a seu senhor. Noble (12-13) utiliza esse argumento como mais uma evidência de que a *Vita Karoli* foi escrita entre 828 e 829.

¹⁷ Estrabão foi importante e foi responsável por dividir o texto em capítulos; assim, o próprio Estrabão indica sua participação na organização da *Vita Karoli*.

¹⁸ The final decade of Einhard's life (830-40) has sometimes been construed either as a political retirement or a religious conversion. □□ Let us see what Einhard himself says. He opens the Translation and Miracles looking back to his days in permanent service at court: 'When I was resident at the palace and occupied with the business of the world, I used to give much thought to the leisure I would one day enjoy.(SMITH, 2003, p.68)

¹⁹ É relevante salientar que, embora Smith enfatize que a vida de Eginhardo floresceu a partir da década de 830, existe a possibilidade de ter sido na década anterior, pois não há uma confirmação exata da data em que Eginhardo passou a dedicar-se à vida clerical, embora saibamos que isso ocorreu quando ele ingressou no monastério. A data precisa não pode ser determinada com exatidão.

Minjie Su retrata um Eginhardo que escreve em tempos de crise, contrastando com historiadores mais tradicionais, como Jean Favier. Enquanto Favier destaca os laços de Eginhardo com Luís I (2004, p. 250), reforçando a ideia de um Eginhardo disposto a servir à dinastia carolíngia, Su apresenta um biógrafo insatisfeito com o reinado de Luís I, não o considerando digno de suceder a Carlos Magno. Para Su, a *Vita* seria uma resposta ao problemático reinado de Luís I (SU, 2018, p. 86). Na visão de Su (2018, p. 87), o nostálgico Eginhardo não enxergava no governo de Luís a mesma alegria e felicidade que existiam durante o reinado de Carlos Magno. Assim, a *Vita* também teria o propósito de advertir Luís. De acordo com Su (2018, p. 93), a *Vita Karoli* resultaria da indignação de Eginhardo diante do desastroso reinado de Luís I, com o objetivo de criticar Luís e estabelecer o ideal de um bom governante por meio do retrato de Carlos Magno.

Sabemos que muitos dos desafios enfrentados por Luís I são consequências diretas do governo de Carlos Magno. Assim como Luís, Carlos Magno também lidou com a rebelião de um de seus filhos. Além disso, é sabido que não havia uma estabilidade absoluta durante o reinado de Carlos Magno. Eginhardo compartilhava dessa percepção? Embora Su argumente que o biógrafo acreditava que seu senhor havia superado esses obstáculos, não há registros escritos por Eginhardo que confirmem esse ponto de vista. Contudo, com base na *Vita Karoli*, podemos considerar essa afirmação uma conjectura plausível.

Com base no que discutimos anteriormente, acredito que o retrato de Carlos Magno criado por Eginhardo serviu para evocar o que, para o biógrafo, foram os tempos gloriosos do reinado de Carlos Magno. Em meio a um período de turbulência política, Eginhardo escreve sobre um líder exemplar para todos os membros da corte. Diante das críticas da década de 820, ele resgata a imagem do homem virtuoso que, em sua visão, Carlos Magno representava, enfatizando que ele era o maior monarca de seu tempo. Dessa forma, a *Vita Karoli* desempenharia o papel de destacar Carlos Magno em comparação a qualquer outro líder de sua era, enfatizando que ele não poderia ser equiparado nem mesmo a seu próprio filho. Em um momento de instabilidade no império carolíngio, Eginhardo traz à tona a figura daquele que, segundo sua visão, foi o verdadeiro construtor do império. No entanto, para cumprir seu propósito, ele buscou inspiração em obras às quais teve acesso desde seus primeiros dias no mosteiro de Fulda, referindo-se especificamente a textos da antiguidade latina.

1.4 A Influência de Suetônio em Eginhardo: modelo para construção de um *Imperator*

Escrever sobre uma figura proeminente da Idade Média, especialmente da Alta Idade Média, era uma tarefa desafiadora. Não há uma abundância de obras dedicadas ao registro da história dos monarcas. Há casos de obras que buscam retratar a história de um povo, como exemplificado pelas *Crônicas Anglo-saxãs*. Contudo, narrativas que se concentram em um único sujeito, excluindo as hagiografias, são raras. Entre os franceses, temos o exemplo de Gregório de Tours, que, em sua *Historia Francorum*, concentrou-se em ressaltar as habilidades de Clóvis como guerreiro (FREITAS, 2000, p. 207). Eginhardo provavelmente teve acesso aos textos de Gregório de Tours, pois demonstra conhecimento da história dos reis merovíngios, conforme destacado pelo próprio biógrafo no início de sua obra:

La familia de los merovingios, de la cual los frances acostumbraban elegir sus reyes duró, según se considera, hasta el rey Childerico², quien, por orden del pontífice romano Esteban, fue depuesto, tonsurado y relegado a un monasterio³. Pero aunque pueda parecer que acabó con él, sin embargo hacía ya tiempo que carecía de todo vigor y no se distinguía por nada más que por esa vacía palabra «rey». Pues las riquezas y el poderío del reino se hallaban en manos de los prefectos de palacio, que eran llamados mayordomos o intendentes de la casa y a quienes correspondía el poder supremo (EGINHARDO, 2016, p. 3, tradução de CASTIELLA).

Eginhardo poderia redigir uma espécie de Crônicas Carolíngias, com o intuito de abordar os antecessores e descendentes de Carlos Magno. No entanto, optou por se concentrar exclusivamente em Carlos Magno, seguindo o modelo da *Vita*, uma prática comum na época medieval para as hagiografias. Para compreendermos os motivos que levaram Eginardo a redigir uma *Vita*, precisamos revisitar sua formação desde os tempos de Fulda. Em Fulda, o biógrafo recebeu grande parte de sua educação, sendo enviado para lá por seus pais com esse propósito. Ele passou sua juventude em Fulda, sem tomar votos como monge. Permaneceu lá até ser convocado para a corte de Carlos Magno. É plausível que Eginardo tenha tido seu primeiro contato com obras clássicas durante seu período no monastério, uma vez que havia um manuscrito da *De Vita Caesarum* disponível (SU, 2018, p. 64).

Além dos modelos hagiográficos, Eginardo também poderia se basear nos exemplos dos reis hebreus bíblicos do Antigo Testamento. Carlos Magno, por sua vez, tinha grande estima pelo rei Davi, a ponto de o apelido do monarca franco na corte ser o nome do rei hebreu.

Segundo os relatos bíblicos, Davi²⁰ era considerado um homem conforme o coração de Deus, incumbido de proteger os hebreus e vencer os inimigos do povo escolhido por Ele. Outro personagem notável é o filho de Davi, o rei Salomão, que, conforme descrito no livro de I Reis, solicitou sabedoria a Deus, tornando-se assim o monarca mais sábio de sua época. Carlos Magno, assim como esses reis hebreus, foi ungido como líder por uma autoridade religiosa; enquanto os hebreus eram escolhidos por profetas, o franco recebeu o favor do papa. Embora existam semelhanças entre esses cenários, nosso biógrafo optou por não utilizar os reis bíblicos como modelo para a construção de seu personagem.

Foi na Antiguidade Latina que Eginardo encontrou sua principal inspiração para moldar o caráter de seu imperador. Considerável parte da historiografia afirma que sua principal fonte de inspiração foi *De Vita Caesarum*, de Suetônio. No entanto, há aqueles que possuem uma visão diferente ou parcialmente distinta. Por exemplo, Rosamond McKitterick acredita que Eginardo faz uso de *Agricola*, de Tácito (NOBLE, 2003, p. 15). Além disso, há outros autores que defendem o uso de Marco Túlio Cícero. Conforme Lyu (2022, p. 888), Cícero está presente na *Vita Karoli* através de certos princípios organizacionais derivados das técnicas retóricas. Elena Torregaray Pagola destaca a distinção entre o uso de Cícero e o de Suetônio na obra de Eginardo:

La selección de ambos autores latinos demuestra algo más que las preferencias estilísticas de Eginardo y es que podemos considerar que nos encontramos ante un proceso histórico de compartimentación y selección de los autores clásicos, impulsado por el tipo de recuperación de la cultura clásica, y en el que cada uno de los maestros antiguos está destinado a cumplir una función específica, es decir, que el modelo de Cicerón conviene a la expresión literaria y Suetonio proporciona el arquetipo biográfico (PAGOLA, 2001-2001, p.434).

Portanto, Cícero desempenha um papel importante no arcabouço literário da *Vita Karoli*. Cícero é uma referência crucial para Eginardo, como evidenciado desde as primeiras páginas, onde ele reverencia Cícero: “Para escribir y explicarla hubiera sido preciso no mi pobre ingenio, que de débil y pobre es casi inexistente, sino la elocuencia ciceroniana” (EGINARDO, 2016, p. 3, tradução de CASTIELLA). No entanto, como discutirei a seguir, e como defendido por Pagola, Suetônio fornece a Eginardo o arquétipo biográfico. Acredito que, em Suetônio, o

²⁰ O rei bíblico foi retratado como um grande guerreiro. Além de ter derrotado o gigante Golias, os relatos contidos no livro de I Samuel também afirmam que Davi venceu os filisteus.

biógrafo franco não encontra apenas um modelo de estrutura biográfica, mas também características nos Césares que podem ser atribuídas a seu Carlos Magno.

O que havia em Suetônio que levou Eginhardo a olhar para o historiador romano com tamanha determinação ao se apropriar da biografia dos Césares? Como vimos anteriormente, em Fulda, onde já havia manuscritos da obra de Suetônio, Eginhardo provavelmente teve acesso a essa escrita, o que o levou a conhecer a obra do historiador romano. Noble, por sua vez, destaca os elementos que, em sua visão, motivaram Eginhardo a utilizar Suetônio como fonte:

Because Suetonius sought to reveal character more than to tell a story, he provided Einhard with a model for writing biography instead of history. Suetonius crafted his imperial portraits with reference to one or another of the classical virtues. Einhard adapted this feature of Suetonius's work as well, so as to portray a Charles who measured up to classical, and secular, standards of conduct and excellence (NOBLE, 2009, p. 15)

Portanto, Suetônio ofereceria um modelo organizacional ao estruturar sua obra em duas partes: a primeira, focada na vida política, e a segunda, no caráter. Eginhardo, por sua vez, divide a obra em três seções: guerras, caráter e administração. Minjie Su (2018, p. 64) argumenta de maneira distinta, em contraposição a Noble, sustentando que a escolha por Suetônio foi inteiramente pessoal. Já Elena Pagola (2001-2002, p. 439) interpreta que o biógrafo optou pelo modelo suetoniano por razões políticas, visando criar uma biografia que elevasse Carlos Magno à posição de César, possibilitando, assim, equiparar o imperador franco aos imperadores romanos (RIQUER, 1999, p. 26).

Creio que teríamos problemas em atribuir a escolha por Suetônio apenas a uma opção puramente pessoal (refiro-me a uma questão de gosto). Caso estivéssemos falando apenas da estrutura da obra, ou mesmo da linguagem, poderíamos seguir por esse caminho. No entanto, o biógrafo incorpora características que Suetônio atribui aos Césares e as transfere para Carlos Magno. Defendo que Eginhardo estava plenamente ciente da necessidade de diferenciar Carlos Magno e colocá-lo acima de outros príncipes de seu tempo. Por isso, a *Vita* diminui alguns dos rivais de Carlos Magno, como os merovíngios e o Império do Oriente, que poderia ser um adversário poderoso (MENDONÇA, 1985, p. 52) e que nunca aceitou muito bem sua coroação pelas mãos do papa Estêvão II em 800, conforme as palavras do biógrafo:

Sin embargo, como estos sintieran fuertes sospechas de él por haber tomado el título de emperador, como si quisiera arrancarles el imperio, concluyó con ellos un solidísimo tratado, para que no quedara entre las partes ninguna ocasión de agravio¹⁶. En efecto, el poderío de los francos resultaba siempre sospechoso a romanos y griegos, y de ello proviene el dicho griego: «Si tienes al franco como amigo, no lo tienes como vecino.» (EGINHARDO, 2016, p. 18, tradução de CASTIELLA)

Embora faça referência a Cícero, Eginhardo não cita Suetônio, talvez porque este historiador não fosse tão conhecido no período carolíngio (NOBLE, 2003, p. 15), o que teria evitado comparações já naquela época. Assim, Eginhardo, devido à sua formação latina desde os tempos do mosteiro de Fulda, passando pelo período em que esteve no palácio e foi aluno de Alcuíno de York, demonstrava um grande entusiasmo pela cultura latina. Alcuíno de York, que exercia grande influência nos assuntos relacionados à educação no reino (SIBIM, 2008, p. 93), foi uma figura importante nesse contexto. Devido à sua formação e experiência, e com o objetivo de criar um imperador exemplar que pudesse servir de modelo em um período difícil para o império, Eginhardo escreveu sobre Carlos Magno à maneira de Suetônio, pois via que Carlos Magno era digno de ser chamado *Imperator*. Portanto, se aceitarmos que admoestar ou mesmo criticar Luís é um dos objetivos da *Vita Karoli*, a opção por Suetônio seria lógica, visto que Luís estaria aquém do que Carlos Magno foi, e Eginhardo estaria incitando seus leitores a contemplar Carlos Magno e reverenciá-lo como um exemplo de governante robusto que não perderia o controle, ao contrário de seu filho (SU, 2018, p. 87).

Acerca da estrutura da *De Vita Caesarum*, Alejandra de Rique disserta:

Pero conviene observar primero la influencia de la estructura de las biografías suetonianas en la *Vita Karoli*. Las vidas de los Césares presentan, más o menos, un esquema similar: tratan aspectos comunes en todas ellas y, además, suelen ofrecerlos siguiendo un orden parecido. Así, acostumbran a empezar hablando de la familia y antepasados del emperador en cuestión, después narran su nacimiento, infancia y adolescencia. Seguidamente, pasan a la vida oficial, insistiendo en la actividad militar y la política exterior y se detienen después en las obras públicas que se realizaron bajo su mandato. A continuación, las biografías tratan el retrato físico y psicológico del emperador así como su vida privada y costumbres. Acaban generalmente con la muerte del emperador, los presagios que la anunciaron y los funerales (RIQUER, 1999, p.26).

Muito do que observamos na estrutura da *Vita Karoli* é resultado do contato de seu autor com a *De Vita Caesarum*. Noble (2003, p. 15) destaca que o biógrafo adaptou o trabalho de Suetônio para que seu Carlos Magno fosse apresentado com padrões clássicos e seculares de

conduta. Algumas características que podemos destacar como exemplo são o relato de sinais antes da morte de Carlos Magno, uma situação também presente na obra de Suetônio, e a caracterização mais pessoal do personagem retratado, típica também de Suetônio. Em relação às diferenças entre as duas obras, podemos mencionar a omissão da infância e dos vícios de Carlos Magno.

Todos os pesquisadores mencionados concentram-se principalmente na semelhança estrutural entre as duas obras; no entanto, há um aspecto que merece atenção: as virtudes dos Césares atribuídas a Carlos Magno. Não pretendo enfatizar apenas as virtudes relacionadas à guerra ou à liderança, pois não são essas as únicas características que definem um imperador. Portanto, acredito que Eginhardo tenha incorporado as virtudes destacadas por Suetônio, que historiadores do século XIX, como Michelet e Guizot, interpretaram como aspectos de um homem civilizado e, como líder, responsável por civilizar os bárbaros.

Podemos começar destacando a eloquência atribuída a Carlos Magno: "*Tenía la palabra fácil y exuberante y podía expresar com muchísima claridad lo que deseaba*" e "*Era tan fácil de palabra y elocuente que podía llegar a parecer un tanto burlón y cáustico*" (EGINHARDO, 2016, p. 25, tradução de CASTIELLA). A eloquência era uma importante virtude, essencial para todo príncipe romano. Cícero, outro referencial para Eginhardo, assegura a importância da eloquência na vida política e jurídica (SANTOS, 2018, p. 95). O biógrafo franco, como convededor de Cícero, provavelmente compreendia a relevância que este atribuía aos governantes que dominassem a arte da eloquência. Ao observar que vários imperadores dominavam a arte da oratória, Eginhardo logo se apropriou dos elogios que Suetônio atribui aos seus Césares. O domínio da eloquência nunca é visto de maneira desfavorável por Suetônio; ele sempre busca exaltar tal virtude.

Vejamos como a eloquência é frequentemente citada, seja em tom elogioso ou crítico, na ausência de domínio desta disciplina: Júlio César (SUETÔNIO, 2012, p. 35) era excepcionalmente habilidoso na arte da eloquência, dedicando-se ao estudo dessa disciplina desde a juventude; por outro lado, Tibério é criticado por se mostrar confuso (SUETÔNIO, 2012, p. 138). O general romano Germânico foi elogiado por sua maestria no trato com a eloquência (SUETÔNIO, 2012, p. 143). Portanto, vemos que Suetônio atribui o domínio da eloquência a príncipes.

Outra virtude presente na obra de Suetônio e encontrada na *Vita Karoli* são as Sete Artes Liberais, que já eram populares na Alta Idade Média e, consequentemente, entre os carolíngios. As artes liberais tornaram-se importantes instrumentos para uma boa interpretação do texto bíblico. Alcuíno de York encontrou nas escrituras a inspiração para a difusão dessas artes

(SIBIM, 2008, p. 42). O livro de Provérbios serviu de base para a apropriação das artes liberais, pois lá encontram-se as sete colunas da sabedoria que, segundo a narrativa bíblica, edificaram sua casa sobre sete colunas. Pensadores medievais, como Alcuíno, associaram essa passagem bíblica com as artes liberais, e cada coluna representava uma das disciplinas reunidas no *Trivium* e no *Quadrivium*. No *Trivium*, encontram-se a retórica, a dialética e a gramática, enquanto no *Quadrivium* reúnem-se a música, a aritmética, a geometria e a astronomia. Alcuíno foi um dos grandes defensores do ensino das artes liberais; segundo Priscila Sibim (2008, p. 42), ele se apropriou das artes com a intenção de usá-las como instrumento de evangelização. Alcuíno admirava a cultura clássica, aprendeu com Egberto, seu mestre, que as sete artes eram de origem divina (GILSON, 1995, p. 228) e compreendeu que elas foram cruciais para que Santo Agostinho decifrasse os mistérios da Trindade.

Quando falamos das Sete Artes Liberais, referimo-nos a campos do conhecimento que variaram ao longo do tempo; as artes da Antiguidade, ao chegarem no período medieval, passaram por mudanças significativas. As artes de origem pagã, durante o período medieval, foram cristianizadas e adaptadas para propósitos favoráveis à emergente cristandade, conforme defendido por importantes nomes do cristianismo, como o bispo Agostinho de Hipona:

De acordo com o Mestre de Hipona, o centro da aprendizagem é a Sagrada Escritura e para ela se volta todo o interesse que possam merecer as artes liberais, as línguas e as ciências, enquanto o termo filosofia se conserva para designar principalmente a concepção cristã da vida na acepção consagrada pelos Santos Padres e adotada pelos autores monásticos De acordo com o Mestre de Hipona, o centro da aprendizagem é a Sagrada Escritura e para ela se volta todo o interesse que possam merecer as artes liberais, as línguas e as ciências, enquanto o termo filosofia se conserva para designar principalmente a concepção cristã da vida na acepção consagrada pelos Santos Padres e adotada pelos autores monásticos. (NUNES, 1979, p.74).

O propósito de Eginhardo, conforme vimos anteriormente, não está vinculado a questões sagradas. Ao destacar a habilidade de Carlos Magno com as Sete Artes, ele não está considerando apenas as artes já cristianizadas. Logo, sob essa influência, Eginhardo estaria ciente de que: "Todo líder político é um orador; portanto, deve ser instruído primeiramente em todas as artes não servis e dignas de um homem livre" (GILSON, 1992, p. 205). Portanto, mais uma vez, ele se apropria de Suetônio para forjar um imperador forte, com capacidade para unificar o império (AIROLA, 2017, p. 12).

Carlos Magno, retratado cuidadosamente por Eginhardo, é apresentado como um profundo conhecedor das artes liberais, dedicando-se ao estudo delas e sendo discípulo de

mestres como Alcuíno de York e Pedro de Pisa. De maneira semelhante, Júlio César também era um estudante das artes liberais. Ambos compartilham, ainda, o apoio aos que ensinam as Sete Artes Liberais. Vejamos, primeiramente, o relato sobre Júlio César: "Concedeu o direito de cidadania aos praticantes de medicina e aos professores das artes liberais em Roma, a fim de atrair outros para a cidade e tornar sua permanência mais agradável" (Suetônio, p. 30). Agora, vejamos um relato similar sob a perspectiva de Eginhardo:

Cultivó con gran afán las artes liberales y, lleno de veneración por los sabios que las enseñaban, los trataba con los máximos honores. Durante su estudio de la gramática escuchó las lecciones de Pedro de Pisa, el diácono, ya anciano; en las demás disciplinas tuvo por preceptor a Alcuino, llamado Albino, también diácono, hombre de estirpe sajona procedente de Gran Bretaña y el varón más sabio de su época. Junto a él dedicó mucho tiempo y esfuerzo al aprendizaje de la retórica y la dialéctica, pero sobre todo de la astronomía. Aprendía el arte del cálculo y examinaba con gran curiosidad y sagaz atención el curso de los astros. (EGINHARDO, 2016, p. 24, tradução de CASTIELLA)

Carlos Magno e Júlio César buscam valorizar os mestres das artes liberais, conforme relatado por seus biógrafos. Júlio César não é o único dos césares de Suetônio que valorizou as sete artes; Nero as estudou desde a infância (SUETÔNIO, 2012, p. 231). Já Flávio Vespasiano é tratado como protetor das artes (SUETÔNIO, 2012, p. 275). Poderíamos considerar essas semelhanças como meras coincidências; no entanto, ao examinarmos a obra como um todo e ao considerarmos outras semelhanças, perceberemos que a quantidade de similaridades entre as obras não se limita à adaptação de virtudes de um imperador romano para um rei franco. Acerca da retórica, Calígula recebeu elogios por organizar um concurso dessa arte (SUETÔNIO, 2012, p. 152). A obra *De Vita Caesarum* é categórica ao separar os elogios das críticas a Calígula; após tecer louvores ao entusiasmo deste imperador pela eloquência, temos o seguinte relato: "Até aqui falei de um príncipe. Quero falar agora de um monstro" (SUETÔNIO, 2012, p. 152).

Podemos destacar também o apreço do imperador franco pelo latim e sua habilidade intermediária no grego, conforme retratado na *Vita*. São essas e outras características presentes em Carlos Magno que parecem ser uma tentativa, por parte de Eginhardo, de emular um César suetoniano. Não estou sugerindo que Carlos Magno não se dedicou às artes liberais; acredito que sua famosa dificuldade com a escrita pode ter dificultado seu estudo do *Trivium* e do *Quadrivium*. Aprender latim e grego também não era uma tarefa simples. Creio que Eginhardo, através desse relato, tenha grandemente realçado as virtudes de Carlos Magno. Não penso que

seja falso; como observamos, o autor tem um histórico de enaltecer seu personagem e diminuir seus adversários.

Carlos Magno, o primeiro europeu, o pai da Europa, aquele que traz ordem à barbárie deixada após o declínio de Roma, o modelo de rei cristão, o mais sábio dos reis; podemos certamente afirmar que muitos desses mitos, que a historiografia, principalmente a oitocentista, reverberou e, em alguns casos, grupos no presente, resultam de uma continuidade do modelo criado por Eginhardo. A *Vita Karoli* cria um rei modelo: um homem extremamente sábio e estudioso, um cristão exemplar que não deixa de demonstrar piedade, um pai amoroso que se preocupa com seus filhos, um governante que extermina seus inimigos e traz paz ao império. Carlos Magno combate os bárbaros e constrói a bela civilização europeia.

É este Carlos civilizador que ganha destaque na historiografia oitocentista, enquanto o Carlos mantenedor da unidade europeia é bastante presente no século XX. Ambas as visões resultam da visão política de sua época e têm em comum a perpetuação de parte do caráter do personagem criado por Eginhardo. Carlos Magno é augusto e, como tal, tem o direito de travar suas guerras contra os bárbaros, sendo estas consideradas justas:

Todas las guerras descritas tenían, según Egmhardo, un carácter justo, el célebre bellum iustas, atribuido ricamente a Carlomagno, como nuevo augusto, en la mano de Augusijustum, que había sostenido ideológicamente la actividad militar. En principio, Suetonio nos dice: "Nec ulli genti sine iustis et necessariis causis dedas, ...". Carlomagno piensa, la justificación que Eginhardo nos proporciona de las guerras del emperador descansa en el hecho de que eran campañas militares justas. Pero si observamos la nueva campaña militar del monarca carolingio, en la forma en que Egmhardo describe las acciones contra los bretones, los eslavos, los húngaros, los daneses, sucesivamente, contra los onoguros, el autor nos ofrece una razón que muestra al rey prácticamente forzado a emprender una nueva guerra contra los pueblos antes sometidos. En ningún caso, el rey emprende una guerra si no son las presiones del enemigo el que lo fuerzan a emprenderla. (PAGOLA, 2002, p.438).

O Carlos Magno de Eginhardo pode livremente travar guerras contra povos bárbaros, considerando-as justas. Todavia, o conceito antigo de bárbaro já não tem validade aqui, uma vez que, no período em que Eginhardo escreveu a *Vita*, o conceito de bárbaro como não-romano ou não-grego já estava defasado. Segundo Cruz (2008, p. 4), houve uma germanização dos romanos e uma romanização dos germânicos. Mesmo no início do império, já se observava uma mudança étnica em curso, mas foi após o fim do império que o conceito de bárbaro passou a ser reinterpretado. Assim, o bárbaro deixou de ser o não-romano e passou a ser o infiel; o bárbaro não é mais aquele que não possui a *politeia*, mas sim aquele que não possui a *religio*

(CRUZ, 2008, p. 4). Como imperador, Carlos Magno deveria subjugar os bárbaros à sua vontade e dominá-los como uma demonstração de sua força:

Por último, sometió a todos los pueblos bárbaros y feroces que, establecidos entre los ríos Rin y Vístula, el océano y el Danubio, muy semejantes por su lengua pero absolutamente distintos por costumbres y forma de vida, habitan en Germania, al punto de convertirlos en tributarios: son los principales de ellos los velátabos, los sorabos, los abodritas, los bohemos; y contra éstos libró combates. En cuanto a los restantes, en número mucho mayor, aceptó su espontánea rendición (EGINHARDO, 2016, p. 15, tradução de CASTIELLA).

O caso dos bascos é um exemplo de como Eginhardo coloca os francos em uma posição de superioridade moral. A derrota acachapante sofrida pelos francos nos Pirineus levou Eginhardo a justificar tal humilhação com a alegação de traição por parte dos bascos²¹. Pagola (2001-2002, p. 441) argumenta que essa representação retrata os bascos como bárbaros traiçoeiros que precisam ser domados, enquanto os francos são apresentados como um povo refinado, liderado por um rei igualmente refinado. Eginhardo recorre a adjetivos da antiguidade para descrever os "bárbaros" enfrentados por Carlos Magno. No entanto, acredito que a intenção de Eginhardo não seja apenas exaltar os francos como um todo. Ele mesmo é franco e, no início de sua obra, se autodenomina bárbaro devido à sua falta de fluência na língua romana. Seu objetivo não é glorificar os francos em geral; pelo contrário, ele busca enaltecer Carlos Magno. É evidente que ele se descreve como bárbaro devido à sua dificuldade com o latim, enquanto exalta Carlos Magno por seu domínio da língua. Sua intenção não é glorificar o povo franco, mas sim seu rei.

²¹ Mientras combatía contra los sajones asiduamente y casi sin interrupción, tras disponer guarniciones en lugares convenientes de sus confines, atacó Hispania con el mayor aparato bélico que le era posible. Atravesado el obstáculo de los Pirineos, recibida la sumisión de todos los castillos y plazas fuertes que encontraba en su camino, regresó con su ejército incólume, salvo que le tocó en suerte, en el retorno, experimentar algo de la perfidia vasca⁷. Pues como el ejército marchaba desplegado en largas filas, según lo exigía la estrechez del lugar, los vascos, tendiendo una emboscada en la parte más elevada de la montaña —pues se trata de un sitio ideal para tender emboscadas a causa del espesor de los bosques que abundan allí—, se precipitaron a la hondonada y, atacando a la retaguardia que portaba la impedimenta y a quienes cubrían la marcha del grueso del ejército y acudían en socorro de la retaguardia, trabaron combate con ellos hasta matar al último hombre; luego, apoderándose de los bagajes, protegidos por la noche que caía, se dispersaron con la mayor rapidez em diversas direcciones. Ayudaban en esto a los vascos lo ligero de las armas y la naturaleza del terreno en que se desarrollaba el hecho; por el contrario, los francos luchaban en inferioridad de condiciones debido a lo pesado de sus armas y la desventaja de su situación en el terreno. En esta batalla resultaron muertos Egiardo, senescal real, el conde de palacio Anselmo y Rolando, duque de la marca de Bretaña, junto con otros muchos. Y esta derrota no pudo ser vengada de inmediato, dado que el enemigo, una vez perpetrado el golpe, se dispersó de tal modo que no se pudo saber en modo alguno en qué parte del mundo se le podía encontrar (EGINHARDO, 2016, p.9, tradução de CASTIELLA).

O rei delineado na obra de Eginhardo é uma síntese de suas memórias, como afirmado pelo próprio autor, além de ser embasado em documentos oficiais e na obra *De Vita Caesarum*, que, em concordância com Minjie Su, acredito ter sido uma de suas principais fontes. Após um estudo aprofundado de Suetônio, Eginhardo extraiu características dos doze césares para criar um modelo de governante ideal. Dentre as várias virtudes que ele incorporou, como o domínio das Sete Artes Liberais, a eloquência e o conhecimento de grego e latim, destacam-se aquelas que contribuem para a formação de um príncipe capaz e sábio, digno de um César. Carlos Magno, conforme retratado por Eginhardo, torna-se assim um símbolo de civilização e unidade, conforme representado em parte da historiografia oitocentista. No século XX, essa imagem perpetuada por Eginhardo continua a representar a ideia de unidade europeia. Nos próximos capítulos, veremos como a historiografia francesa continuou a perpetuar essa imagem de Carlos Magno como um símbolo de civilização e unidade, uma construção criada por um biógrafo com o objetivo de preservar e difundir uma visão exaltada de seu soberano.

2 CARLOS MAGNO CONTRA A BARBÁRIE EM *HISTOIRE DE FRANCE*

2.1 A continuidade no romantismo de Jules Michelet

A França do século XIX foi palco de acalorados debates historiográficos. Entre os temas que dominaram as discussões, o romantismo se destacou. O romantismo, na historiografia, segundo Jacob Guinsburg (1979, p. 14), surge como uma reação a um modelo teocêntrico que concebia a História como um ciclo de revelação do poder divino por meio de seus atos de vontade. Nessa ótica, o romantismo emerge como um antagonista de uma narrativa histórica cíclica que inclui uma gênese e culmina no juízo final. Desde o século XVIII, o romantismo também se posicionou contra a História Clássica, que enfatizava o protagonismo de personagens ilustres. Embora Guinsburg destaque que, nessa abordagem historiográfica, os grandes homens perdem relevância, eles ainda mantêm considerável importância, especialmente no contexto da formação de questões nacionais, como veremos nas obras de Michelet e Guizot.

Michelet nasceu no final do século XVIII, mais precisamente em 1798, e testemunhou sua tão amada França atravessar adversidades. Jules Michelet era oriundo de uma família protestante; seu pai, mestre-impressor, e sua mãe, de origem camponesa. Adquiriu experiência no ofício de impressão ao trabalhar com seu pai. Seu progenitor optou por enviá-lo à escola, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pela família. Com a ascensão da chamada "Monarquia de Julho", Abel-François Villemain e François Guizot, ambos professores de Michelet, foram alçados ao poder. Michelet conseguiu assumir novos cargos, atuando no Arquivo Nacional e como professor suplente de Guizot na Faculdade de Letras de Paris. Em 1824, tornou-se professor de História. Em 1831, iniciou a escrita de sua maior obra, que ocupou trinta anos de sua vida: a *Histoire de France*.

Ele presenciou a transformação que ocorreu na França entre o final do século XVIII e o início do século XIX (GORDON, 2020, p. 51). Republicano, anticlerical e fervoroso entusiasta da Revolução²², essas são algumas das características que podemos atribuir a Michelet. Apesar

²² No final de sua carreira, Michelet expressou, no segundo prefácio de *Histoire de la Révolution Française*, um sentimento de desilusão com os rumos da Revolução. Embora tenha sido profundamente envolvido com o evento e tenha escrito uma obra dedicada a ele, ele lamentou que a Revolução tivesse sido "restringida, mutilada e decapitada."

de ser crítico da Igreja e da monarquia, não hesitou, quando necessário, em recorrer a essas instituições para fortalecer a imagem da França.

Como um romântico não declarado, surge a figura do historiador Jules Michelet, um dos expoentes mais notáveis do romantismo. Ele foi chamado de "poeta da História", embora tenha rejeitado essa alcunha, pois seus críticos viam na historiografia de Michelet uma falta de confiabilidade histórica. O historiador francês estava preocupado com a distinção entre História e Literatura:

O escritor, ocupado em aumentar os efeitos, em destacar as coisas, quase sempre adora surpreender, arrebatar seu leitor, fazendo-o exclamar: ‘Ah!’ Sua felicidade é transformar um fato natural em milagre. No sentido inverso o historiador tem por missão especial explicar o que parece milagroso, envolvê-lo com precedentes, com as circunstâncias que o produziram, devolvê-lo à natureza (MICHELET, 1869, p.23, apud TEIXEIRA, 2023, p.621).

Michelet, pelo menos conforme suas próprias palavras, não desejava ultrapassar a fronteira que separa a historiografia da literatura, por isso recusa ser rotulado como romancista. No entanto, sua obra apresenta diversos elementos literários. Maria Gamboli Teixeira explora as críticas de Michelet ao romantismo, destacando que, em uma de suas palestras, o historiador francês critica severamente o gênero. Teixeira conclui afirmando que "Em certa medida, sua historiografia se propõe como um antídoto contra o romance, mesmo em seus momentos mais formalmente românicos" (TEIXEIRA, 2011, p. 621). Nessa perspectiva, observamos que Michelet emprega elementos do romantismo, mas procura evitar ser categorizado como um romântico. É possível que Michelet busque se afastar desse gênero para garantir que suas obras sejam reconhecidas como historiografia.

Embora tenha defendido sua obra como historiografia e não tenha deixado de se considerar um historiador, o trabalho de Jules Michelet atraiu a atenção de críticos da linguagem, como o escritor francês Roland Barthes (DOS SANTOS, 2001, p. 165). A linguagem utilizada por Michelet transcende métodos; sua prosa poética está imbuída de um profundo sentimento pela nação, buscando dar vida à França em sua obra. Conforme Teixeira (2011, p. 42), Michelet ousou não temer a difícil tarefa de entrelaçar história com literatura. Como observado no capítulo anterior, o debate sobre a relação entre História e literatura é profundamente complexo; os aspectos literários na escrita da História, no entanto, não transformam o historiador em um puro escritor. Escrever História vai além de uma simples

inspiração; quando um historiador como Jules Michelet coloca a nação no cerne de sua obra, abordando-a de maneira apaixonada, ele gera o que considero um processo de continuidade romântica.

Essa continuidade romântica é evidenciada em uma das obras mais célebres de Jules Michelet, a "*Histoire de France*"²³. Composta por dezessete tomos, essa obra constitui a narrativa mais abrangente criada por Jules Michelet. O autor inicia sua obra na Gália Romana e a conclui na Revolução Francesa. Na *Histoire de France*, encontramos uma construção coesa da história de uma nação, que perpassa pela Alta Idade Média, um período frequentemente utilizado para a construção de identidades nacionais, prática não exclusiva dos franceses, mas sim adotada com frequência por eles. Acerca da utilização da história antiga e medieval da Europa, o historiador estadunidense Patrick J. Geary adverte sobre a importância de uma análise criteriosa do uso do período medieval para fins considerados nacionalistas, por líderes que buscavam identidade neste período:

Um historiador dedicado a estudar a Alta Idade Média, ao examinar esse problema em primeira mão, escutar a retórica dos líderes nacionalistas e ler os trabalhos acadêmicos produzidos por historiadores oficiais ou semioficiais, ficaria surpreso ao perceber a importância da interpretação do período entre os anos 400 e 1000 para esse debate. De uma hora para outra, a história antiga da Europa é tudo menos acadêmica: a interpretação do período que compreende o declínio do Império Romano e as invasões bárbaras se tornou o sustentáculo do discurso político na maior Parte da Europa (GARY, 2005, p.17).

Nessa interpretação que remonta à antiguidade e atravessa o medievo, Michelet encontra coesão para moldar a nação. No contexto do romantismo, segundo a perspectiva de Guinsburg, tudo se torna "história" e a história se transforma em "realidade", o que suscita um interesse pelos aspectos peculiares de um povo, como sua cultura e instituições, bem como seu caráter nacional. Portanto, mesmo que não seja explicitamente adepto do romantismo, Michelet se apoia no movimento romântico para construir sua narrativa histórica (SCHREINER, 2001, p.

²³ A *Histoire de France* pode ser lida, na sugestão de Guy Bourdé e Hervé Martin (1983, p.115-136), em dois níveis e com apreciações opostas. Num nível de leitura, pelos seus traços, tratar-se-ia "de um monumento de ideologia pequeno-burguesa". Um simples reagrupamento lexical, em torno da palavra França, faria saltar de imediato: "luzes", "alma", "pessoa", "filha de sua liberdade", "fez a França", etc. Porém, a obra é também a expressão de uma relação vital entre o autor e seu trabalho. Em torno do termo central "livro" se reagrupam: "vida", "lentidão", "método", "forma", "cor", "harmônico", "único evento", "me Crou", etc. A sua leitura da nação é apaixonada e atravessada por essa dimensão pessoal, individualizada, onde a sua biografia se confunde com a da França, que ele toma como pessoa.

4). Desse modo, conforme suas palavras, ele percebe a França como "Alma e Pessoa" (TEIXEIRA, 2011, p. 31). Enquanto pessoa, a França atravessou sua infância e adquiriu maturidade até alcançar o período da revolução, quando atingiu a maturidade plena.

Schreiner (2001, p. 4) argumenta que o movimento romântico procurou nas profundezas do passado medieval as raízes primordiais do povo, na busca por forjar uma identidade nacional. Michelet delineia uma linha contínua que tenta rastrear as origens da nação francesa por meio de uma leitura continuista. O historiador russo Alexander Gordon (2020, p. 51) relata que Michelet valoriza a tradição de sua pátria, uma tradição ligada ao período medieval. Michelet, assim como alguns de seus contemporâneos historiadores, encara o medievo como um terreno fértil, enxergando a Idade Média como uma ferramenta para fortalecer suas ideias contemporâneas (MOORE, 2002, p. 1). Há uma tentativa de buscar essa raiz medieval em um tempo em que ainda não se concebia a ideia de uma França unificada. Portanto, em consonância com os ideais do Romantismo.

Jules Michelet se compromete a traçar uma linha de continuidade, razão pela qual o título de sua obra não é "A História dos Povos Francos"²⁴; entretanto, ele tenta, de maneira anacrônica, forjar sua "*Histoire de France*", ou seja, vemos na obra de Michelet uma unidade irreal ao tratar os povos francos como unitários. Não apenas os francos de Clóvis, ou mesmo os francos de Carlos Magno; dizer o contrário é atribuir a esses povos uma unidade que não existia. Por isso, concordo com o historiador brasileiro Afonso Carlos Marques dos Santos, que afirma que “Ao escrevê-la, Michelet estava interferindo na própria construção imaginária do país, buscando o seu passado num tempo o mais recuado possível e nele assentando alguns dos marcos identificativos fundamentais da comunidade imaginária dos franceses.” (SANTOS, 2001, p. 172).

Mesmo tendo rotulado a Idade Média como uma era peculiar e monstruosa, Michelet não deixou de explorar o período para a construção do imaginário francês, um imaginário que recorre à Idade Média para criar uma França que sempre foi França. Entender os francos como meramente franceses simplifica a complexidade desse povo, que habitava territórios que hoje não são considerados parte do território francês²⁵. Patrick J. Geary (2005, p. 24) alerta sobre a importância de compreendermos o quanto os povos europeus sempre foram fluidos, complexos e dinâmicos. É crucial reconhecer que entre os francos há uma diversidade, e atualmente, é cada

²⁴ Havia povos francos em diversos territórios que hoje não fazem parte do território francês. A Austrásia, por exemplo, abrangia os territórios da Alemanha, Bélgica e Países Baixos, ou seja, áreas que não integram diretamente a narrativa histórica francesa.

²⁵ A Austrásia.

vez mais comum a busca por uma Idade Média homogeneizada. As recentes crises migratórias na Europa têm alimentado discursos que procuram na Europa medieval uma herança que justifique a defesa do *status quo*. O que tais grupos nacionalistas defendem é uma nação coesa em termos raciais e culturais.

A França de Michelet é, sobretudo, o resultado de uma herança de alguns povos em determinado período. Ele destaca uma miscigenação étnica que forneceu elementos para a formação da nação por meio de uma fusão, conforme ele próprio enfatiza:

Tal foi o acúmulo de raças na nossa Gália. Raças sobre raças, povos sobre povos: Galos, Kymri, Bolgos, Iberos de outra parte, Gregos de ainda outra, Romanos, os Germanos vem por último. Isto dito, isso diz o que é a França? quase tudo ainda está a ser dito. A França se fez, ela própria, desses elementos dos quais toda outra mistura podia resultar. Os mesmos princípios químicos compõem o óleo e o açúcar. Os princípios dados, tudo não está dado: resta o mistério da existência própria e especial. Quão mais deve-se ter em conta quando se trata de uma mistura viva e ativa como uma nação; de uma miscigenação suscetível de se trabalhar, de se modificar? Esse trabalho, essas modificações sucessivas, pelas quais nossa pátria vai se transformando, é o objeto da história da França (MICHELET, 2013, p.28).

Pereira (2022, p. 18) sugere que, ao escrever sobre a história da França, Michelet estava em sintonia com os ideais da Monarquia de Julho, possibilitando a reinterpretiação da história com a nação como referência e alinhando o discurso historiográfico com os problemas de sua época, o que poderia resultar em anacronismos. Embora Michelet busque um discurso de miscigenação para a história da França, essa miscigenação é retratada como estagnada no tempo, permanecendo em grande parte na Idade Média, especialmente na Alta Idade Média.

O período conhecido como Alta Idade Média é frequentemente caracterizado, para fins nacionalistas, como a formação dos povos europeus. Patrick J. Geary (2005, p.19) alega que nenhum outro período foi tão "obscurecido pela academia chauvinista", o que muitas vezes pode resultar em visões de uma formação dos povos europeus fechados em si mesmos, onde, de maneira coerente e coesa, povos germânicos (francos, alamanos, visigodos, ostrogodos, etc.) deram origem à Europa que conhecemos hoje, encerrando o processo de migração e excluindo a contribuição de outros povos.

O que interessava aos românticos, ou àqueles com uma inclinação ao romantismo, como Jules Michelet, no período medieval, era uma suposta cultura integrada e uma sociedade unificada (Schreiner, 2001, p.17). Assim, buscavam fundamentar os pilares da nação em um tempo em que os povos europeus supostamente compartilhavam valores mais similares. No

entanto, essa visão só seria válida se a Europa estivesse completamente fechada durante esse período, como se todos os povos necessários para formar as nações europeias já estivessem presentes no continente desde a Alta Idade Média, o que é improvável.

A formação das atuais populações europeias não é resultado de uma única onda migratória ocorrida na Alta Idade Média; podemos falar em várias ondas migratórias (Geary, 2005, p.20). O problema, muitas vezes, reside em estabelecer uma formação e um povo como fechados em um único período, ignorando a constante mudança que ocorre na formação de um povo. Ao limitarmos a formação dos povos europeus à Alta Idade Média, excluímos uma variedade de possibilidades e impedimos a incorporação de novas nuances à identidade de um povo. Isso torna qualquer tipo de processo migratório para o continente europeu ilegítimo, e assim, as migrações posteriores ao período medieval seriam consideradas invasões (Geary, 2005, p.23).

Os primeiros volumes da *Histoire de France* foram publicados em um momento de mudanças significativas, com as revoluções liberais e as "Três Gloriosas" influenciando o discurso sobre a nação naquele período. Teóricos da Monarquia de Julho, como Guizot, entendem que a Revolução de 1830 completa a de 1789, sendo a Monarquia de Julho a última etapa. Esta monarquia, parlamentar, veio para instaurar ordem e consenso entre a Revolução e o Antigo Regime. Assim, tornou-se necessária uma historiografia que compreendesse este novo processo de conciliação entre monarquia e Revolução. Buscaram-se alternativas para conectar a tradição monárquica e revolucionária. O “Boletim da Sociedade de História da França”, lançado em 1834, tinha como objetivo publicar documentos menos conhecidos que abordam a história da França. Michelet desempenhou um papel importante neste movimento de resgate, pois foi membro do Comitê Histórico, criado em 1848 pelo Ministério da Educação Pública e dos Cultos. O comitê tinha a incumbência de publicar os monumentos escritos da história da França (Pereira, 2020, p.20). Michelet, assim como seu antigo professor François Guizot, estava alinhado na busca por uma história francesa coesa.

Os tomos da *Histoire de France* que mais nos interessam foram publicados em 1833, durante o período da Monarquia de Julho (PEREIRA, 2022, p. 15). É nesse momento que Michelet conclui os dois primeiros tomos de sua obra, buscando resgatar a identidade da nação no passado medieval. Apesar de ser contrário à monarquia, já que era um fervoroso republicano, Michelet utilizou e explorou essa instituição para forjar a nação. Ele atribuiu valores de seu tempo a homens que não necessariamente os possuíam, destacando-se o modo como Michelet atribuiu a Carlos Magno ideais oitocentistas.

2.2 Carlos Magno e o conceito de civilização

O debate sobre o conceito de civilização ganhou destaque no século XIX, no qual se buscava combater o que era considerado incivilizado. Desde a Antiguidade, o homem bárbaro tem sido apresentado na historiografia como a antítese do sujeito civilizado. Antes de aprofundarmos a discussão sobre o que caracteriza a barbárie, é essencial compreender o significado de civilização. Sobre essa questão, o professor André Nunes de Azevedo oferece uma análise valiosa, que será explorada ao longo do texto:

O termo "civilisation", precursor da palavra portuguesa "civilização", assim como os outros termos que lhe deram origem na Língua Francesa, descende do Latim, estando relacionado à palavra "civilitas". Esta, por sua vez, refere-se às qualidades de uma alma nobre e espiritualmente elevada. Pode ser entendido também como a arte de governar a cidade.¹ No entanto, pela conotação que a palavra assumiu no século XVIII, ocasião de seu surgimento, ela parece identificar-se mais com o adjetivo latino "civilis" que, pela sua proximidade com a congênere "civilitas", indica um ser cultivado, polido, afável, cortês e refinado, ou seja, o oposto do rústico, do campesino. Assim, "civilis" remete mais à manifestação procedural que se espera de uma pessoa de espírito elevado do que a posse mesma desta nobreza de espírito, mais propriamente conotada pela palavra "civilitas" (NUNES, 2004, p.1)

O conceito de civilização passou por transformações ao longo dos séculos, adquirindo diferentes significados conforme o contexto histórico. Para este estudo, interessa-nos compreender o significado do termo na língua francesa do século XIX. Muitos elementos evidentes no século XVIII, como a associação entre civilização e educação, ainda estavam presentes no século XIX. Como afirma Nunes, o homem civilizado do século XVIII era caracterizado pela educação e refinamento. Norbert Elias (1994, p. 54) observa que o termo "*civilisé*" era amplamente utilizado pelos membros da corte francesa. Os nobres o empregavam para reforçar sua própria polidez e distinção social. Elias argumenta que o conceito de civilização refletia a autoimagem das elites europeias, que se viam como superiores aos outros devido à sua educação e refinamento. Esse sentimento de superioridade era evidenciado pela polidez dos europeus, em contraste com os modos que consideravam primitivos nos demais povos.

Essa busca pelo ideal de civilização não se limita às fronteiras europeias, pois esse termo revela que o Ocidente se enxerga como "[...] agente privilegiado de um desenvolvimento

histórico que levaria a um mundo sempre melhor, governado pela razão e seu impulso de expansão" (NUNES, 2004, p. 4). No século XIX, a civilização está profundamente ligada ao progresso, e esses dois ideais tornam-se inseparáveis. Civilizar passa a significar progredir: uma sociedade que aspira ao progresso deve buscar a civilização, promovendo avanços constantes em ciência, tecnologia e cultura. Esse entendimento tem suas raízes no século XVIII, quando valores morais e intelectuais passaram a fazer parte das discussões sobre civilização, ampliando o escopo do termo.

A sociedade europeia do período percebia sua suposta superioridade em relação aos povos não europeus com base na ausência de civilização. Ser europeu, portanto, era sinônimo de civilidade, uma ideia refletida em diversas esferas culturais. Na música, por exemplo, a música clássica, representada por compositores como Mozart e Beethoven, era vista como a mais elevada expressão artística, apropriada para aqueles no ápice da civilização. Nas ciências, a produção europeia era considerada líder e exemplar, reforçando a visão da Europa como o centro do mundo "civilizado".

A ideia de civilização está ligada a julgamentos de valor (NUNES, 2004, p. 6). Para que exista o civilizado, é necessário que exista também o incivilizado ou o bárbaro. Cabia aos europeus a missão de civilizar os povos que, aos seus olhos, eram considerados bárbaros, como evidenciado no imperialismo nos continentes africano e asiático. Patrick J. Geary argumenta que os europeus aprenderam a enxergar os outros através das óticas da antiguidade clássica, onde os povos eram divididos em dois tipos: os que seguiam normas legais e os que eram determinados pela ascendência e pelos costumes. Essa divisão já antecipava uma discussão importante: o conflito entre civilizado e bárbaro (GEARY, 2005, p. 58). Portanto, o confronto com o bárbaro representava uma missão de disseminar os valores que os europeus consideravam superiores, a fim de demonstrar uma suposta superioridade que lhes permitiria civilizar essas sociedades. Para isso, não hesitavam em utilizar a força e a dominação, impondo seus valores aos povos considerados não europeus.

Enfrentar a barbárie significava estabelecer os alicerces da civilização. As grandes nações europeias se apresentaram como protagonistas da civilização, incumbidas de disseminar o que havia de mais avançado para regiões consideradas incultas. Essa perspectiva eurocêntrica se manifestou através do imperialismo²⁶ no século XIX, no qual territórios na África e na Ásia

²⁶ Jeferson Souza da Silva e Thiago Cedrez Silva oferecem uma análise concisa sobre o fenômeno da dominação imperialista europeia e sua finalidade nos continentes asiático e africano da seguinte maneira: "No século XIX, testemunhamos o surgimento de uma corrida das potências europeias em busca de novas colônias nos continentes africano e asiático, um processo extremamente reconhecido como o "imperialismo". O imperialismo, também chamado de neocolonialismo, distingue-se do colonialismo do século XVI, pois se

foram subjugados sob a justificativa de civilizar e promover o progresso nessas áreas, resultando no desmembramento de diversas comunidades e na promoção dos interesses políticos e econômicos das nações europeias (SILVA; SILVA, 2023, p. 72).

Na França, segundo a perspectiva de Elias (1994, p. 52), o conceito de civilização era algo que a burguesia buscava preservar. Esta classe entendia que a civilização havia sido estabelecida pela aristocracia, e os burgueses viam a necessidade de aprimorar esse conceito. A associação do conceito de civilização à aristocracia é evidente na historiografia do século XIX, especialmente em governantes que desempenhavam o papel de "civilizar" outros povos. Portanto, no século XIX, o papel de enfrentar a barbárie foi atribuído também a figuras históricas anteriores. Na figura de Carlos Magno, encontrado em obras como "*Histoire de France*" e "*Histoire de la Civilisation en Europe*", vemos um homem que desempenhou uma missão proeminente no século XIX: a de levar a civilização aos povos bárbaros de seu império. Esse conceito foi moldado principalmente nos séculos XVIII e XIX. Assim, valores extremamente apreciados no século XIX foram atribuídos a Carlos Magno e seus francos.

A polidez dos francos é um dos aspectos destacados por Jules Michelet em sua obra "*Histoire de France*". Essa polidez é retratada como um dos motivos que tornam o reino dos francos atraente, pois não-francos buscavam frequentar a corte carolíngia. A polidez, nesse contexto, era empregada para enfatizar aspectos relacionados à educação. Ao afirmar que estrangeiros buscavam aprimorar-se na polidez franca, Michelet indica a civilidade existente entre os francos. Conforme discutido anteriormente, civilizar envolve julgar valores; ao abordar essa questão e destacar a polidez, Michelet ressalta a superioridade dos francos em relação aos outros povos ao seu redor. Michelet argumenta que "[...] essas tribos, altivas e livres, se apegaram às suas antigas crenças por causa do ódio e da inveja que os Francos lhes inspiravam" (MICHELET, 2013, p. 68). Esse sentimento de desconfiança atribuído aos inimigos dos francos não é exclusivo de Michelet. Em Eginhardo, também encontramos um relato semelhante, embora o biógrafo franco se refira aos bizantinos:

desenvolveu no contexto do capitalismo industrial e financeiro. Esse cenário desencadeou uma intensa competição entre as grandes potências europeias, com o objetivo de garantir o acesso a matérias primas e conquistar novos mercados consumidores para a produção industrial excedente. Nesse sentido, a expansão para novos territórios era vista como uma oportunidade para fomentar o desenvolvimento de suas economias industriais e consolidar seu domínio sobre outras nações no cenário global. Isso envolve investimentos em diversas regiões, além de contribuir para a redistribuição da população excedente da Europa (SILVA; SILVA, 2023, p.66).

Sin embargo, como estos sintieran fuertes sospechas de él por haber tomado el título de emperador, como si quisiera arrancarles el imperio, concluyó con ellos un solidísimo tratado, para que no quedara entre las partes ninguna ocasión de agravio¹⁶. En efecto, el poderío de los francos resultaba siempre sospechoso a romanos y griegos, y de ello proviene el dicho griego: “Si tienes al franco como amigo, no lo tienes como vecino.” (EGINHARDO, 2016, p.18, tradução de CASTIELLA).

As suspeitas de ambos os autores estão relacionadas à suposta proeminência franca sobre seus adversários. Neste ponto, é possível observar o papel da historiografia na glorificação de um determinado povo. Enquanto Eginhardo se preocupa em defender o direito de Carlos Magno como príncipe, diante das suspeitas bizantinas sobre sua legitimidade imperial, Michelet destaca o sentimento de inveja que os vizinhos próximos dos francos tinham em relação a esse povo. Mais uma vez, vemos Michelet ecoar Eginhardo ao defender os francos. No entanto, nessa defesa, observamos virtudes associadas ao século XIX, como a questão da civilidade.

Em Michelet, encontramos um Carlos Magno que enfrenta a barbárie de seu tempo, promovendo valores civilizacionais, sendo refinado e convivendo lado a lado com os maiores eruditos de sua época. Um dos grandes triunfos de Carlos Magno, na *"Histoire de France"*, foi prevalecer sobre os bárbaros, tanto no campo de batalha quanto no intelectual. Conforme descrito na aniquilação dos costumes desses povos: “Não era suficiente trazer sobre eles o jugo dos padres; era também necessário, coisa intolerável aos bárbaros, que, deixando seus costumes, vestes, a língua de seus pais, eles fossem se perder nos batalhões dos Francos, seus inimigos, vencessem, morressem por eles” (MICHELET, 2013, p.71). Esses bárbaros seriam assimilados pelos francos e passariam a servi-los. O Carlos Magno triunfante de Jules Michelet superou os incivilizados tanto no campo de batalha quanto espiritualmente, ao submetê-los aos costumes francos, e intelectualmente, ao atrair estrangeiros, incluindo reis e sábios, para sua corte, onde podiam apreciar sua polidez refinada.

Eginhardo, ao tratar dos Bascos, evidencia a influência da antiguidade clássica em sua obra, ao descrever algo característico dos romanos: a atribuição de *perfídia*²⁷ aos povos considerados bárbaros. Isso é notável no relato do conflito contra os saxões:

²⁷ “Perfidia” é uma palavra que descreve um ato de traição ou deslealdade em relação a alguém, muitas vezes uma pessoa em quem se depositou confiança. É um conceito que denota uma quebra fundamental de confiança, onde alguém age de maneira enganosa, desonesta ou desleal em relação a outra pessoa. Essa deslealdade pode se manifestar de várias maneiras, desde mentiras e manipulação até a quebra de promessas ou compromissos. A perfídia pode ocorrer em diferentes contextos, como em relacionamentos pessoais, profissionais, políticos ou até mesmo em questões sociais. Quando alguém é vítima de perfídia, isso pode causar uma profunda dor emocional e um sentimento de traição, e muitas vezes leva a uma perda de confiança na pessoa que cometeu a traição. Em

Con todo esto, los francos terminaron por irritarse tanto que ya no juzgaron suficiente devolver las ofensas, sino emprender contra ellos una guerra abierta. Así pues, se les declaró la guerra, que se llevó a cabo con gran animosidad por ambos bandos, aunque con mayores pérdidas para los sajones que para los franceses, durante treinta y tres años ininterrumpidos. Habría podido terminar antes si la perfidia de los sajones lo hubiese permitido. Es difícil decir cuántas veces vencidos y suplicantes los reyes se rindieron al rey, prometieron hacerlo que se les ordenaba, entregaron sin dilación los rehenes que se les mandaba, recibieron a los embajadores que se les enviaban, a veces tan dominados y debilitados que hasta prometieron abandonar el culto de los demonios y someterse a la religión Cristiana (EGINHARDO, 2016, p. 9, tradução de CASTIELLA).

Um fenômeno similar pode ser observado durante o período em que Carlos Magno empreendeu suas campanhas militares na Espanha. A passagem de Carlos Magno pela Península Ibérica, retratada na *Vita Karoli*, nos permite observar um líder determinado, que não hesita em conduzir suas forças na batalha. Eginhardo sempre busca realçar Carlos Magno, deixando pouco espaço para qualquer outro protagonismo. Ele não deixa de mencionar a famosa batalha de Roncesvalles²⁸. um episódio emblemático das campanhas de Carlos Magno na Península Ibérica. Em Roncesvalles, as tropas carolíngias sofreram grandes perdas, incluindo a morte de Rolando, conde da Marca da Bretanha (MELLO, 1990, p.20). Os bascos, responsáveis pelo ataque às tropas de Carlos Magno, são retratados como traiçoeiros. Eginhardo destaca as vantagens dos bascos no combate: "*Ayudaban en esto a los vascos lo ligero de las armas y la naturaleza del terreno en que se desarrollaba el hecho; por el contrario, los franceses luchaban en inferioridad de condiciones debido a lo pesado de sus armas y la desventaja de su situación en el terreno.*" (EGINHARDO, 2016, p.10, tradução de CASTIELLA). O biógrafo isenta Carlos Magno de qualquer responsabilidade pela derrota sofrida na batalha.

O relato da *perfídia* não se restringe apenas aos saxões; é um conceito mais amplo, sendo também aplicado aos bascos, como demonstrado por Elena Pagola:

La perfidia que Eginhardo atribuye a los vascones, tal y como aparece definida en su texto, no es una creación original del pensamiento carolingio, sino que está profundamente enraizada en la concepción clásica de la figura del bárbaro⁶⁵. Desde este punto de vista, podemos afirmar que este atributo, en este caso, sirve para caracterizar a los vascones desde una perspectiva clásica, ya que, como hemos dicho, forma parte de un modelo perfilado a lo largo de la Antigüedad que se encuadra en la

suma, a perfídia é um conceito que resalta a importância da confiança e da lealdade nas relações humanas, e sua violação pode ter consequências significativas para todas as partes envolvidas.

²⁸ Não se conhece a localização precisa da batalha, uma vez que nem os registros reais nem Eginhardo mencionam o nome do desfiladeiro. Nenhum documento anterior à canção faz referência ao nome Roncesvalles (FAVIER, 2004, p.214).

percepción genérica de la barbarie⁶⁶. Todo ello nos lleva a pensar que los vascones aparecen arquetipizados como bárbaros en la *Vita Karoli* de la misma forma que el resto de los enemigos de Carlomagno, independientemente de cómo se comportaran ellos en realidad (PAGOLA,2002. p.404)

A *perfídia*, como indicado por Pagola, representava um método utilizado na antiguidade para infamar povos tidos como bárbaros. Eginhardo, por sua vez, teria aprendido a empregar esse termo conforme sua utilização pelos romanos, aplicando seu conhecimento sobre escritores antigos para menosprezar os oponentes dos Francos. A *perfídia* é sugerida indiretamente por Michelet, ao enfatizar uma possível colaboração sarracena, conforme o seguinte relato: "Talvez os Sarracenos tenham ajudado; talvez a derrota, iniciada com eles sobre o Ebro, tenha sido consumada pelos Bascos nas montanhas" (MICHELET, 2013, p.69).

Eginhardo enfatiza que, mesmo diante da *perfídia*, Carlos Magno subjugou e derrotou o que o biógrafo denomina como tribos selvagens, transmitindo, assim, a imagem de um imperador que não apenas prevalece sobre os bárbaros, mas também sobre a própria barbárie. A representação pessoal de Carlos Magno, esboçada na *Vita Karoli*, revela um homem extremamente moderado e digno de elogios, conforme retratado por seu biógrafo. Durante as refeições, ele exibia disciplina, o que também se aplicava ao consumo de bebidas. Nesses momentos, desfrutava de leituras ou música, demonstrando grande admiração por Santo Agostinho de Hipona. A imagem pessoal de Carlos Magno foimeticulosamente moldada com base nos Césares, com o objetivo de refutar a suposta selvageria.

A representação de Carlos Magno como um homem educado e erudito, em grande parte forjada na *Vita*, foi reproduzida em *Histoire de France*, onde Michelet retratou um imperador franco que havia sido romanizado. O historiador francês via em Carlos Magno uma alegada superioridade em relação aos seus adversários bárbaros, pois o imperador franco, conforme apresentado na *Vita Karoli*, manifestava o que Michelet descreve como polidez, um atributo estreitamente associado ao conceito de civilização. Esta imagem, em parte concebida por Eginhardo e elaborada por Michelet, retrata Carlos Magno como um agente ativo da civilização, cumprindo seu papel ao derrotar os incivilizados e trazendo a glória erudita de seu reino, a qual foi valorizada na historiografia de Jules Michelet.

2.3 O Salomão dos francos

Um dos reis bíblicos mais conhecidos é Salomão, cuja história é apresentada no livro de I Reis. Salomão, segundo a narrativa bíblica, é filho do rei Davi com Bate-Seba. Foi escolhido por Deus para construir o templo, pois seu pai, devido ao excesso de sangue derramado, não tinha mãos limpas para realizar tal obra. Atribui-se a Salomão a autoria de três livros do cânone do Antigo Testamento: Provérbios, Eclesiastes e Cantares (ou Cântico dos Cânticos)²⁹. Os relatos de I Reis descrevem a nobreza de Salomão por meio de um encontro atípico com Deus. A divindade hebraica oferece ao filho de Davi uma oportunidade inigualável: ele teria o direito de pedir o que estivesse em seu coração:

O rei foi a Gabaon para lá oferecer um sacrifício, pois era o lugar alto mais importante; Salomão ofereceu mil holocaustos sobre aquele altar. 5 Em Gabaon, Iahweh apareceu em sonho a Salomão durante a noite. Deus disse: "Pede o que te devo dar." 6 Salomão respondeu: "Tu demonstraste uma grande benevolência para com meu servo Davi, meu pai, porque ele caminhou diante de ti na fidelidade, justiça e retidão de coração para contigo; tu lhe guardaste esta grande benevolência, e lhe deste um filho que está sentado hoje em seu trono. 7 Agora, pois, Iahweh meu Deus, constituíste rei a meu servo em lugar de meu pai Davi, mas eu não passo de um jovem, que não sabe comandar. 8 Teu servo se encontra no meio do teu povo que escolhestes, povo tão numeroso que não se pode contar nem calcular. 9 Dá, pois, a meu servo um coração que escuta para governar meu povo e para discernir entre o bem e o mal, pois quem poderia governar meu povo, que é tão numeroso?" 10 Agradou ao Senhor que Salomão tivesse pedido tal coisa; 11 e Deus lhe disse: "Porque foi este o teu pedido, e já que não pediste para ti vida longa, nem riqueza, nem a vida dos teus inimigos, mas pediste para ti discernimento para ouvir e julgar, 12 vou fazer como pediste: dou-te um coração sábio e inteligente, como ninguém teve antes de ti e ninguém terá depois de ti. 13 E também o que não pediste, eu te dou: riqueza e glória tais, que não haverá entre os reis quem te seja semelhante. 14 E se seguires os meus caminhos, guardando os meus estatutos e os meus mandamentos como o fez teu pai Davi, dar-te-ei uma vida longa." 15 Salomão despertou e viu que aquilo fora um sonho. Voltou a Jerusalém e pôs-se diante da Arca da Aliança do Senhor; ofereceu holocaustos e sacrifícios de comunhão e deu um banquete para todos os seus servos (BIBLIA DE JERUSALEM, 2002, p.313-314).

Ao se dirigir a Iahweh, Salomão não pediu sabedoria apenas para aumentar seu conhecimento, mas, de maneira nobre, solicitou discernimento para governar. Como primeiro ato para demonstrar sua sabedoria, o rei hebreu foi desafiado por duas mulheres. Uma delas,

²⁹ Entre os livros atribuídos a Salomão, Cantares é o que mais se questiona ser de autoria do rei hebreu, já que neste livro (ou poema) constam algumas críticas a Salomão, como o fato de ele possuir diversas esposas e concubinas.

acidentalmente, matou seu próprio filho ao dormir sobre ele, mas ainda havia uma criança viva, filha da outra mulher. Ambas as mulheres reivindicaram a maternidade sobre a criança viva. Para decidir qual delas ficaria com a criança, Salomão decidiu partir o bebê ao meio. A mulher que não era a mãe concordou com a divisão proposta pelo rei, enquanto a verdadeira mãe, compadecida, implorou a Salomão para que entregasse a criança à outra mulher. Salomão, em sua sabedoria, identificou a verdadeira mãe através desse ato e concedeu-lhe a guarda da criança.

A sabedoria de Salomão foi, também, a causa da grande prosperidade vivida pelo povo de Israel durante o seu reinado. Segundo o relato bíblico, nunca houve tanta prosperidade em Jerusalém quanto nos tempos de Salomão. Alguns sinais nítidos dessa prosperidade são destacados pelo autor de Reis. Em primeiro lugar, há a abundância de ouro e prata no território hebreu. Em segundo lugar, destaca-se a construção do primeiro templo de Jerusalém, além dos imponentes palácios erguidos por Salomão. O rei hebreu era tão sábio que os monarcas de sua época o procuravam em busca de conselhos, como aconteceu com a rainha de Sabá.

Outro aspecto digno de nota é o vigor sexual do rei hebreu. O livro de Reis registra que Salomão se casou com muitas mulheres, como é evidenciado pela passagem: "Além da filha de Faraó, o rei Salomão amou muitas mulheres estrangeiras: moabitas, amonitas, edomitas, sidônias e heteias" (BÍBLIA DE JERUSALÉM, p.324). Em outro trecho, o autor descreve o número exagerado de mulheres que Salomão tinha: "Teve setecentas mulheres, princesas, e trezentas concubinas" (BÍBLIA DE JERUSALÉM, p.324). Portanto, além de sua sabedoria e riquezas, Salomão também era amplamente conhecido por seus inúmeros relacionamentos. Os numerosos relacionamentos de Salomão podem ter levado o rei a cometer um dos pecados mais graves aos olhos de Deus: a idolatria. Salomão teria se envolvido com os deuses de suas esposas, afastando-se de Iahweh. Essa prática idólatra teria levado à queda da dinastia de Davi, resultando na perda do trono de Israel e na cisão do reino em dois: o Reino do Sul, com capital em Jerusalém, e o Reino do Norte, governado de Samaria.

Com base nesse rei hebreu, Michelet chama Carlos Magno de "Salomão dos Francos". Destacam-se dois possíveis motivos que levaram Michelet a comparar o imperador franco ao rei dos hebreus. Em primeiro lugar, ambos os monarcas tinham muitas esposas e concubinas, demonstrando um excessivo apego às mulheres. Em segundo lugar, destaca-se a sabedoria compartilhada por esses reis. Enquanto o relato bíblico descreve Salomão como um dos reis mais sábios que já existiram, Michelet descreve Carlos Magno como "[...] amante sempre apaixonado da sabedoria" (MICHELET, 2013, p.72).

Michelet também exalta Carlos Magno por seu círculo de eruditos e sua incessante busca por aprendizado, destacando Pedro de Pisa e Alcuíno de York como preceptores do imperador. Rui Afonso da Costa Nunes (1979, p. 132) observa que o imperador começou a receber instrução desses mestres por volta dos 40 anos. Michelet argumenta que a glória literária e religiosa do reino de Carlos Magno está ligada à presença de três estrangeiros na corte: Alcuíno de York, o escocês Clemente e o godo Bento de Aniane. Michelet sustenta que esses e outros membros da corte formavam uma verdadeira "academia" no palácio. Essa ideia propõe que havia uma academia organizada na corte carolíngia, com Alcuíno como figura central. Priscila Sibim enfatiza o papel de Alcuíno no ensino ministrado no palácio:

É importante ressaltar que a educação promovida por Alcuíno na Escola Palatina não era destinada a todos. Geralmente, os candidatos a participar da educação ministrada no Palácio eram reis, condes, duques, bispos e seus respectivos descendentes. Aqueles que recebessem tal formação auxiliariam Carlos Magno no Império ou seriam futuros líderes espirituais nas províncias do reino franco, o que nos faz concluir que a educação promovida no palácio estava intrinsecamente ligada à política e à religião. (SIBIM, 2008. p.93).

Existem diversas incertezas sobre a escola do palácio e seu papel no contexto carolíngio. Historiadores como Jean Favier sugerem que não havia uma instituição escolar formal, mas um fórum intelectual onde os participantes adotavam pseudônimos latinos, gregos ou bíblicos durante os debates. Por exemplo, Carlos Magno era conhecido como Davi, Eginhardo como Besaliel³⁰ e Angilberto como Homero. No entanto, não há evidências concretas que corroborem a existência da escola palaciana. Mesmo entre os historiadores que sugerem a existência de uma academia (como Favier, Sibim, Nunes, entre outros), não há consenso sobre seu funcionamento exato.

³⁰ “Iahweh falou a Moisés, dizendo: 2 "Eis que chamei pelo nome a Beseleel, filho de Uri, filho de Hur, da tribo de Judá.3 Eu o enchi com o espírito de Deus em sabedoria, entendimento e conhecimento para toda espécie de trabalho, 4 para elaborar desenhos, para trabalhar em ouro, prata e bronze, 5 para lapidação de pedras de engaste, para entalho de madeira, e para realizar toda espécie de trabalhos. 6 Eis que lhe dou por companheiro Ooliab, filho de Aquisamec, da tribo de Dã; coloquei a sabedoria no coração de todos os homens de coração sábio, para que façam tudo o que te ordenei: 7 a Tenda da Reunião, a arca do Testemunho, o propiciatório que está sobre ela e toda a mobília da Tenda; 8 a mesa com todos os seus acessórios, o candelabro de ouro puro com todos os seus acessórios, o altar do incenso, 9 o altar do holocausto com todos os seus acessórios, a bacia com a sua base; 10 as vestimentas litúrgicas, as vestimentas sagradas para o sacerdote Aarão e as vestimentas dos seus filhos para o exercício do sacerdócio; 11 o óleo da unção e o incenso para o santuário. Farão tudo de acordo com o que te ordenei” (BÍBLIA DE JERUSALEM, 2022, p.84).

Agora, é essencial voltarmos nossa atenção para Eginhardo, a fim de compreender tanto a relevância da escola do palácio quanto a construção da imagem de Carlos Magno como líder sábio, uma narrativa iniciada por Eginhardo e depois adotada por Michelet. Em primeiro lugar, no que se refere à academia palaciana, não há qualquer menção na historiografia de Eginhardo. Como já mencionado, embora Alcuíno de York e Pedro de Pisa sejam mencionados na *Vita Karoli*, não há referência alguma a uma academia no palácio, nem registros de uma instituição organizada para educação ou debates. Eginhardo, como já destacado, foi profundamente influenciado pela *De Vita Ceasarum*, e Suetônio, em sua obra, não deixou de destacar a importância das escolas no império.

Dos vários aspectos que Eginhardo extraiu de Suetônio, a associação do imperador a uma escola em seu palácio aproximaria ainda mais Carlos Magno dos Césares descritos por Suetônio. Então, por que Eginhardo teria omitido a erudição que, supostamente, transbordava no palácio? Considerando o que sabemos sobre a escrita de Eginhardo e sua influência suetoniana, especialmente porque o biógrafo franco moldou o retrato de Carlos Magno com a provável intenção de apresentá-lo como um imperador forte em tempos de crise, seria razoável esperar que ele mencionasse a existência de uma escola na *Vita Karoli*. Eginhardo não deixa de destacar o estudo das artes liberais por parte de seu senhor. Assim, por que ele não incluiria uma referência a uma escola que englobasse as Sete Artes Liberais, fosse em termos de instrução formal ou debates intelectuais?

Ao abordar a educação no palácio, encontramos relatos escassos. Eginhardo apenas alude à educação, que se baseava principalmente nas artes liberais, ministrada a Carlos Magno e seus filhos. O uso do *argumentum ex silentio* pode ser problemático se não for aplicado com cautela, mas, neste caso, acredito que seja válido. Uma academia supostamente repleta de sujeitos ilustres, onde a sabedoria seria exaltada, certamente teria sido mencionada na biografia de Carlos Magno. Uma hipótese plausível para o silêncio de Eginhardo é a possibilidade de que a academia não tivesse grande magnitude ou importância. Se ela fosse uma instituição de tamanho significativo ou desempenhasse um papel crucial na educação da corte, é difícil imaginar que Eginhardo a ignorasse. Afinal, uma academia palaciana grandiosa, liderada por Alcuíno de York, que também foi mentor de Eginhardo, não passaria despercebida. Assim, parece que Eginhardo não considerava a academia tão relevante a ponto de merecer destaque em sua obra.

Na perspectiva adotada por Michelet, encontramos uma perpetuação do retrato de Carlos Magno elaborado por Eginhardo. Como já argumentado, o biógrafo franco incorporou características dos imperadores retratados por Suetônio para conceber sua representação de

Carlos Magno, enfatizando virtudes que aludem à erudição de um príncipe. Eginhardo moldou essa imagem na *Vita Karoli* em um momento de fragilidade do Império Franco, optando por apresentar o imperador de forma que o aproximasse do modelo dos Césares descritos por Suetônio. Michelet, entretanto, não examina a influência de Suetônio na *Vita Karoli*, mesmo sendo este um vínculo já conhecido na época em que a *Histoire de France* foi escrita. Thomas Noble (2009, p.15) recorda que a associação entre a *Vita Karoli* e o *De Vita Caesarum* já era reconhecida desde o século XVI. Apesar de Suetônio ser uma presença constante na obra de Michelet, sobretudo em temas ligados ao Império Romano, não há qualquer menção à sua relação com o período carolíngio.

Este Carlos Magno erudito dialoga simultaneamente com o período oitocentista e com Eginhardo. Eginhardo emerge como o principal arquiteto dessa imagem erudita de Carlos Magno, enquanto Michelet perpetua esse retrato do imperador, agregando valores contemporâneos ao príncipe, como a polidez, atributo altamente estimado no século XIX. Assim, o Carlos Magno delineado por Michelet assume também uma postura acadêmica. Um reflexo desse Carlos Magno acadêmico no século XIX pode ser observado no periódico conservador *Le Petit Journal*. Em uma edição de 1892, o jornal apresenta uma ilustração de Henry Meyer³¹ intitulada *La Saint-Charlemagne*, onde Carlos Magno é retratado com longos cabelos e barba grisalhos, em um salão repleto de alunos da Universidade de Paris. O imperador franco ergue uma taça junto aos estudantes uniformizados. Esta obra simboliza uma homenagem à contribuição de Carlos Magno para a civilização francesa.

Mesmo que a ilustração *La Saint-Charlemagne* seja posterior à *Histoire de France*, ambas as obras retratam um Carlos Magno associado à academia. Enquanto a ilustração de Henry Meyer apresenta Carlos Magno como uma espécie de patrono dos estudantes, Michelet o posiciona como um precursor da academia. Em ambos os casos, identifica-se um papel civilizador na imagem do imperador franco. Todavia, há poucos indícios concretos de uma escola ou academia formalmente organizada no período carolíngio. O movimento promovido pelos carolíngios, que Michelet denomina “restauração” e atribui a Alcuíno de York, está mais diretamente ligado à capacitação de clérigos carolíngios, em vez de uma iniciativa acadêmica no sentido amplo.

A imagem do imperador acadêmico resulta de uma série de perpetuações que remontam a Suetônio, passam por Eginhardo e culminam em Michelet. A narrativa sobre a intelectualização de Carlos Magno é amplamente difundida no século XIX, com figuras como

³¹ Ilustrador e caricaturista francês.

Henry Meyer, Guizot e Michelet contribuindo para consolidá-la. Não se pretende negar o papel de Carlos Magno no estímulo à educação em seu império; contudo, é necessário examinar a construção dessa imagem, seja como um monarca sábio ou não. As aspirações de Eginhardo em criar a figura de um imperador erudito derivam do ideal de moldar Carlos Magno como uma figura semelhante a um César. Michelet segue essa linha com o objetivo de compreender a influência do imperador franco na história da França, destacando como ele transcendia a barbárie de seu tempo. Através da eloquente figura de Carlos Magno, Michelet busca demonstrar a superioridade dos francos em relação aos povos rivais. Até mesmo indivíduos considerados eruditos em outras culturas buscavam a educação na corte carolíngia. Como relata Michelet: “O jovem Egberto de Sussex, Eardulfo, rei da Nortúmbria, vinham se educar na polidez dos Francos. Ambos foram restabelecidos em seus domínios por Carlos Magno. Lope, duque dos Bascos, fora também educado em sua corte” (MICHELET, 2013, p.73).

O maior princípio de seu tempo: assim Eginhardo via Carlos Magno. Michelet segue essa mesma linha ao destacar a erudição de Carlos Magno, que superava a de qualquer outro governante. Esses, por sua vez, buscavam Carlos Magno para desfrutar da glória literária e intelectual de seu reino. Esse esplendor da sabedoria é um aspecto comum nas representações de Salomão e Carlos Magno, tanto no reino hebreu quanto no franco. Ambos os monarcas atraíram governantes estrangeiros em busca de conhecimento. Um exemplo marcante está no relato do livro dos Reis sobre a visita da Rainha de Sabá a Salomão, ocasião em que ela exalta a sabedoria do rei hebreu.

2.4 Romanização e civilização em Carlos Magno

A romanização dos povos francos é algo evidente na *Histoire de France*, estando diretamente conectada aos conceitos de civilização. Como já observado, a representação romana de Carlos Magno é claramente retratada na *Vita Karoli* de Eginhardo. Michelet apresenta essa romanização como um processo de progresso para os francos, que teriam refinado sua cultura por meio dela. Carlos Magno é descrito como o grande responsável por restaurar esse império e reiniciar a ordem após o declínio da autoridade imperial. Michelet descreve esse feito nos seguintes termos:

Desta vez, Carlos Magno começou a esperar um pouco de sossego. A julgar pela extensão de seu domínio, senão pelas suas reais forças, ele se encontrava como o maior soberano do mundo. Por que não consumaria aquilo que Teodorico não pudera fazê-lo, isto é, a ressurreição do Império Romano? Tal devia ser o pensamento de todos esses conselheiros eclesiásticos dos quais ele estava cercado. No ano 800, Carlos Magno se apresenta em Roma sob pretexto de restabelecer o Papa que fora expulso. Às festas de Natal, enquanto se encontrava absorvido pelas orações, o Papa coloca-lhe sobre a cabeça a coroa imperial e o proclama Augusto (MICHELET, 2013, p.71).

Ao abordar a "Roma Bárbara" de Carlos Magno, Michelet prontamente direciona sua atenção para descrever as atividades eruditas que floresciam na corte carolíngia. O historiador francês relata que, na corte, eram cultivadas artes como o canto, a astronomia e a retórica³², sendo estas duas últimas disciplinas das artes liberais ministradas por Pedro de Pisa e Alcuíno de York, ambos estrangeiros. Para Michelet, o fato de Carlos Magno ter trazido esses indivíduos à corte demonstra que: "Com esse gosto pela literatura e pelas tradições de Roma, não é de se espantar que Carlos Magno e seu filho Luís adorassem se cercar de estrangeiros, de letRADOS de baixa extração" (MICHELET, 2013, p.72). Portanto, destacam-se dois importantes pontos levantados pelo historiador francês oitocentista, os quais reforçam a imagem de um imperador voltado para as tradições romanas.

Essa idealização de Carlos Magno como sucessor dos imperadores romanos não foi universalmente aceita por todos os povos de seu império. Segundo Su (2018, p.75), a nova

³² Um dos notáveis exemplos de estudo da retórica durante o período carolíngio é o "Diálogo entre Pepino e Alcuíno". Alcuíno, por meio de um intrincado intercâmbio de perguntas e respostas, instrui o filho do imperador no uso da retórica. Examinemos o diálogo a seguir, onde a letra A denota Alcuíno e P denota Pepino:

A.: O que é que sem cabeça fica maior?

P.: Vai a tua cama e descobrirás.

A.: Eram três: um, nunca nasceu e morreu uma vez; outro, nasceu uma vez e nunca morreu; o terceiro, nasceu uma vez e duas vezes morreu.

P.: O primeiro é homônimo da terra; o segundo, do meu Deus; o terceiro, do homem pobre.

A.: Dize as iniciais dos nomes.

P.: 1, 5 e 12.7

A.: Vi uma mulher voando, ela tem o bico de ferro, o corpo de madeira, a cauda emplumada e é portadora da morte.

P.: É a companheira dos soldados

A.: Que é o soldado?

P.: A muralha do Império, o pavor do inimigo, um serviço glorioso.

A.: O que é que é e que não é?

P.: O nada.

A.: E como pode ser e não ser?

P.: É enquanto palavra; não é, enquanto realidade.

A.: Quem é o mensageiro mudo?

P.: O que tenho aqui comigo.

A.: O que tens aí contigo?

P.: Uma carta tua.

A.: Que a leias com proveito, filho (ALCUÍNO DE YORK, 2002, tradução de LAUAND).

função de Carlos Magno como *Augustus* foi mais bem recebida pelos italianos e saxões. A representação de Carlos como herdeiro das tradições romanas não se reflete na prática, nem mesmo na obra de Eginhardo, onde há uma tentativa mais evidente de romanizar a imagem do imperador. Contudo, os francos permanecem fortemente presente na *Vita Karoli*. Na perspectiva de Su, o Carlos Magno de Eginhardo era um defensor do estilo de vida franco, o que pode ser observado, por exemplo, na valorização do "vestuário nacional dos francos", algo altamente estimado pelo imperador.

Há um aspecto relevante a ser questionado nesse argumento acerca da representação de Carlos Magno como um defensor do modo de vida dos francos, pois isso pode sugerir uma coesão total e um estilo de vida completamente estabelecido. Gary levanta questionamentos sobre a unidade de identidade compartilhada entre alguns dos povos germânicos: "Os alamanos, godos, alanos, hunos, francos e outros constituíam grupos que falavam diferentes línguas, possuíam costumes diversos e se identificavam por meio de tradições distintas" (GARY, 2005, p.76). Além disso, Gary desenvolve a questão ao argumentar que Roma exerceu uma forte influência sobre o sistema de classificação dos vizinhos germânicos. Em outras palavras, a estrutura política, social, econômica e a autopercepção desses povos foram significativamente moldadas pela proximidade com o império latino.

A romanização defendida por Michelet, da qual os francos foram submetidos, resultou na guerra contra os saxões: "O verdadeiro motivo da guerra foi a violenta antipatia das raças franca e saxônica, antipatia que crescia a cada dia, à medida que os Francos se tornavam mais romanos, desde que receberam uma organização nova sob a mão toda eclesiástica dos carolíngios." (MICHELET, 2013, p.67). O principal agente dessa mudança foi Carlos Magno, que foi responsável por essa nova estrutura, a qual também englobava aspectos religiosos.

Michelet atribui a São Bonifácio um heroísmo ao introduzir religião e civilização entre os francos. São Bonifácio é comparado a Colombo e Cortez, por desbravar um mundo bárbaro e desconhecido, levando consigo apenas sua fé e o nome de Roma. Um dos notáveis feitos de Bonifácio, destacado na *Histoire de France*, é a fundação da escola de Fulda, conforme o relato: "A jovem escola de Fulda, fundada por ele nas profundezas da barbaria germânica, torna-se a luz do Ocidente e instrui seus mestres" (MICHELET, 2013, p.58). É em Fulda³³ que Eginhardo

³³ "No que diz respeito à transmissão do texto, todos os códices hoje existentes do *De Vita Caesarum* procedem, de modo mais ou menos imediato, de apenas um, custodiado na biblioteca da abadia de Fulda, na Alemanha. Esse exemplar permitiu que o texto suetoniano chegasse até a Idade Média. Este manuscrito é um primeiro caderno da obra original, na qual se encontrava uma dedicatória a Septício Claro e o início da biografia de Caio Júlio César desde seus quinze anos de idade, trechos que posteriormente se perderam do restante da obra (MAIA, 2007, p.27-28).

estudou, estabelecendo uma conexão entre o mosteiro e os carolíngios. Outras figuras proeminentes, como Lupus de Ferrières, também frequentaram Fulda (NOBLE, 2015, p.9). Além disso, Fulda possui um significativo acervo latino, sendo o local onde Eginhardo teve acesso à obra *De Vita Caesarum*.

Bonifácio é creditado por mitigar as diferenças entre francos e romanos, atuando como um mediador entre esses dois povos e introduzindo religião e civilização aos francos. Apesar de suas críticas à religião e ao clero, Michelet reconhece a relevância das figuras religiosas em trazer um fim ao que ele percebia como caos no mundo germânico. Para o historiador francês, Roma e a Igreja desempenharam um papel fundamental ao instaurar ordem em um ambiente que, em sua visão, era dominado pela barbárie. No contexto dos conflitos entre os francos e seus vizinhos, a *Histoire de France* enfatiza um suposto sentimento de inveja das demais tribos germânicas em relação aos francos, reforçando a ideia de uma alegada superioridade franca sobre os outros povos germânicos.

Os francos do período carolíngio, segundo a perspectiva de Michelet, já transcendiam as memórias de seu passado germânico, conforme descrito:

Se os Francos tivessem guardado a lembrança de sua origem germânica, eles teriam respeitado esse lugar sagrado. Eles o violaram, eles despedaçaram o símbolo nacional. Essa vitória fácil foi santificada por um milagre: inesperadamente, uma fonte jorrou para dar de beber aos soldados de Carlos Magno (MICHELET, 2013, p.68).

Carlos Magno e seus francos se romanizaram ao ponto de se distanciarem dos outros povos germânicos em relação às suas origens, transformando seu passado em algo bárbaro e obscuro. Esse passado foi superado por um reino de polidez, onde elementos de um povo outrora considerado bárbaro transcendiam seu passado sombrio à luz da civilização. Como líder desse povo, Carlos Magno teria preservado a unidade forjada por Roma; no entanto, essa unidade logo se desvaneceu. Michelet atribui o declínio dessa suposta unidade à heterogeneidade presente no império, a qual não foi dissipada durante o governo de Carlos Magno. É importante lembrar que Carlos Magno passou grande parte de sua vida em campanhas militares, enfrentando rebeliões e liderando um vasto movimento de evangelização militar. Essa

evangelização frequentemente utilizava a força, como na coleta obrigatória do dízimo, uma medida que encontrou resistência em membros da corte, como Alcuíno de York³⁴.

Autores como Costambeys, Innes e MacLean questionam quando a crise começou a emergir no império carolíngio, sugerindo que o colapso já estava em curso durante o reinado de Carlos Magno (SU, 2018, p.69). A unidade alcançada por meio da força e da religião, muitas vezes empregadas de forma simultânea, foi fundamental para a expansão do modelo carolíngio, mas essa visão parece contradizer os ideais de Michelet. É importante observar que Michelet não via a unidade carolíngia como perfeita; ou seja, dentro dos padrões da modernidade, não seria apropriado caracterizar o governo carolíngio como um Estado (PEREIRA, 2022, p.46).

Toda essa intenção de romanizar o passado franco revela mais sobre o presente de Michelet do que sobre o passado franco. Não devemos esquecer que sua obra não é intitulada “História dos Francos”, mas “História da França”. Portanto, não podemos dissociar ambas as histórias ao discutir a concepção de Jules Michelet. Assim, ao romanizar o passado carolíngio em sua obra, o historiador francês está, na verdade, buscando as raízes de sua própria França, conforme aponta Pereira:

Jules Michelet muda a forma de mobilizar o passado e consequentemente a forma de fazer ver o que no passado é a história da França. Não se trata mais da luta pelo Estado, mas essa outra referência que paira e que deve servir como inteligibilidade para se compreender o processo histórico: a identidade viva da nação, a mistura que define a personalidade francesa. A história torna-se um meio de lembrar ao povo aquilo que ele tem em comum e que o define como povo, como corpo social. O problema da dominação deixa de ser uma questão interna; pelo contrário, os indivíduos dessa nação devem se unir para evitar a subordinação da mistura estranha (PEREIRA, 2022, p.44).

Conforme discutido anteriormente, romanizar está associado à civilização, e civilizar frequentemente implica em imposição. Essa imposição ocorreu tanto no período carolíngio quanto no século XIX com o neocolonialismo. Para exercer dominação, é necessário justificar uma suposta superioridade, e Carlos Magno lidera um povo que Michelet considera detentor de valores civilizados, conferindo-lhes o direito de subjugar e civilizar os povos que consideram

³⁴ “Se é bom impor aos povos rudes o pagamento do dízimo, que ele seja cobrado de cada casa. Mas seria conveniente se perguntar se, tendo recebido as lições de Cristo e tendo sido enviados para pregar, os apóstolos exigiam o dízimo ou pediam por toda a parte que lhes fosse dado. Sabemos que a cobrança do dízimo de nossos rendimentos é uma boa coisa. Mas melhor seria deixá-lo de lado que perder a fé. Nós, que nascemos e fomos criados na fé católica, mal começamos a pagar essa décima parte de nossos rendimentos. A fé frágil, a alma muito jovem e o espírito avaro dessa gente é muito mais relutante em aceitar essa liberalidade.” (ALCUÍNO DE YORK apud FAVIER, 2005, p. 223).

bárbaros. Apesar de trazer consigo concepções que Michelet não vê com bons olhos, como o papel da religião, o imperador dos francos introduz polidez onde antes havia ignorância, transformando a desordem em ordem.

Assim, mais uma vez, o historiador francês está de braços abertos para explorar a essência da França, desde seu passado bárbaro até a figura de Carlos Magno, transformando paradigmas sob a bandeira da civilização. Para Michelet, este povo franco é de suma importância, pois ele está ávido pela identidade francesa. Carlos Magno, nesse contexto, não é necessariamente o personagem central, já que "o povo" é o grande protagonista na visão de Michelet. O imperador dos francos desempenha seu papel ao ser lembrado pela historiografia romântica como um homem civilizado, um símbolo dos franceses de outras épocas, que ecoava nos sentimentos dos franceses do século XIX. Em meio às revoluções, como a francesa, que encerrou a monarquia, e a Gloriosa, que a restaurou parcialmente, os românticos recorreram ao passado para afirmar suas ideias contemporâneas. Assim, buscaram civilizar a imagem de Carlos Magno, atribuindo-lhe virtudes muito apreciadas no século XIX.

O caos transformado em ordem é uma consequência daquilo que seria uma restauração do Império Romano, e Carlos Magno, na obra "*Histoire de France*", é uma figura de extrema importância nesse movimento, sendo aclamado como restaurador. Essa restauração, trazendo Carlos Magno como símbolo e guardião das tradições romanas, representa uma unidade que, segundo a visão de Michelet, havia se dissipado em Roma e foi ressuscitada pelo imperador carolíngio. O Ocidente seria mais uma vez guiado pela civilização e pela ordem, enquanto a barbárie desapareceria. No entanto, o império de Carlos Magno não conseguiu manter tal unidade e se desintegrou completamente após o término do reinado de Luís, o Piedoso.

Assim, a tentativa de restaurar a grandeza e a ordem do Império Romano, embora monumental em suas aspirações, revelou-se efêmera diante das complexas realidades políticas e sociais da época. A figura de Carlos Magno, que em um momento simbolizou a esperança de uma nova era de estabilidade e civilização, passou a representar também a fragilidade dos impérios e a inevitabilidade das transformações históricas. Esta análise nos permite compreender não apenas o papel de Carlos Magno na historiografia oitocentista de Michelet, mas também a maneira como suas ações e legado foram reinterpretados e utilizados em discursos políticos subsequentes, refletindo os anseios e desafios de diferentes épocas.

3 O PAPEL CIVILIZADOR DE CARLOS MAGNO EM *HISTOIRE GÉNÉRALE DE LA CIVILISATION EN EUROPE*

3.1 Monsieur Guizot: um intelectual entre a liberdade e a ordem

François Guizot é amplamente reconhecido como um dos grandes nomes da historiografia oitocentista, com destaque para sua obra *Histoire générale de la civilisation en Europe*, que marcou os debates intelectuais do século XIX. Sua influência também se reflete no trabalho de Jules Michelet, um historiador igualmente importante, que trabalhou sob sua direção nos Arquivos Nacionais da França. Michelet reconhece essa influência em sua monumental *Histoire de France*, mencionando Guizot na seção de agradecimentos, conforme podemos observar:

Todavia, eu devo ainda àquelas de Monsieur Guizot. Sob a história dos fatos, ele viu a história das ideias. Não havia, absolutamente, antes de seu Curso, uma tal análise dos grandes feitos sociais e intelectuais. Se quisesse enumerar minhas obrigações em relação ao ilustre historiador, a lista seria longa. Há uma que eu não reconheceria jamais se não pelo meu coração; falo do benevolente interesse que ele sempre tomou nos meus trabalhos. (MICHELET, 2013, p.4)

François Guizot nasceu em 1787, antes da Revolução Francesa. Proveniente de uma família calvinista de Nimes, no sul da França, manteve essa herança religiosa ao longo de sua vida. Seu pai, advogado e partidário dos girondinos, foi guilhotinado durante o período do Terror em 1794, enquanto seu avô simpatizava com os jacobinos. Esse evento traumático moldou sua visão crítica sobre os excessos revolucionários (SCOBLE, 2002, p.8). Apesar das dificuldades, a condição financeira privilegiada da família lhe garantiu uma educação refinada em História, Literatura, Filosofia e Línguas Clássicas. Já em Paris, estudou Direito e logo destacou-se nos círculos intelectuais da capital. Aos 25 anos, em 1812, foi nomeado professor na Sorbonne, um feito notável mesmo para os padrões da época.

François Guizot não se destacou apenas como historiador, mas também como um estadista que viveu em um período de profundas transformações na França. Nascido em 1787, ele cresceu em meio à Revolução Francesa, testemunhando eventos como a Primeira República,

o Terror, o Consulado, o Império Napoleônico, as Guerras Napoleônicas, o Governo dos Cem Dias, a invasão pela Santa Aliança e a Restauração Bourbon. Essa sucessão de regimes e governos instáveis marcou profundamente sua visão política e intelectual. Segundo Tomasello (2018, p. 132), Guizot reflete o espírito de inquietação de seu tempo, moldado por transformações que muitos associavam à desorganização e ao caos social. Essa percepção era especialmente evidente durante os anos do Terror, cuja memória influenciou o pensamento crítico de Guizot.

Guizot foi estadista ou historiador? Ambos os papéis marcaram sua trajetória, e os dois ofícios estão ligados. Como relata Scoble, sua carreira política teve início em 1814, quando assumiu o cargo de secretário-geral do Ministério do Interior, ainda no início da Restauração Bourbon. Durante o governo de Luís XVIII, continuou a se destacar na vida pública, ocupando posições de prestígio, como no Ministério da Justiça e no Conselho de Estado. Guizot exemplifica a tradição francesa de intelectuais na política, sendo uma figura central para compreender essa dinâmica. Seu legado como intelectual e político, conforme Tanshina (2021, p. 1163), influenciou profundamente diversas áreas do conhecimento na França. Entre elas, a História avançou com seus estudos historiográficos, a Sociologia e as Ciências Políticas foram enriquecidas por suas reflexões sobre sociedade e governo, enquanto a Pedagogia e o Direito Constitucional se beneficiaram diretamente de suas contribuições teóricas e práticas.

Sua carreira como historiador teve início em 1812, na Sorbonne, quando assumiu a chefia do Departamento de História, consolidando-se como uma das grandes figuras acadêmicas de sua época. Tanshina (2021, p. 1164) sugere que Guizot separou suas funções como historiador e político; entretanto, como será analisado ao longo deste capítulo, sua trajetória evidencia uma conexão profunda entre esses dois papéis, especialmente em torno de seu conceito de civilização, um tema central que permeia tanto sua obra acadêmica quanto sua atuação política.

Dois momentos ilustram essa relação entre seus papéis de historiador e estadista. O primeiro foi a série de palestras sobre a civilização europeia, que marcaram seu reconhecimento como um dos mais relevantes historiadores do século XIX. O segundo, na esfera política, foi seu papel como ministro de Luís Filipe de Orléans, durante a Monarquia de Julho (1830-1848). Esse período teve origem nos eventos conhecidos como As Três Gloriosas, revoltas populares que resultaram na derrubada de Carlos X e na ascensão de Luís Filipe ao trono. Sobre esses dias, Pereira destaca:

As Três Gloriosas (nome dado em referência aos três dias do ápice do conflito) instauraram a Monarquia de Julho, uma monarquia parlamentar com Louis-Philippe de Orleans como rei. Amigo pessoal de Jules Michelet, François Guizot, deputado do distrito de Lisieux, é uma das figuras centrais na oposição ao monarca, e que proclama o desejo popular por eleições e a desconfiança pela nomeação de Auguste Polignac como primeiro-ministro. A vitória da oposição nas eleições estimulou o rei Carlos X a realizar um golpe.¹⁴ Ele dissolveu o parlamento e modificou a lei eleitoral, além de suprimir a liberdade de imprensa com as ordenanças de 26 de julho. Essas medidas geraram reações dos jornalistas que se mobilizaram e fizeram com que as manifestações se espalhassem pelas ruas de Paris. Assim, combates violentos marcaram os dias 27, 28 e 29 de julho, culminando com a abdicação do rei e a nomeação, pelo parlamento, de Louis-Philippe de Orleans como novo monarca regido pela Carta Constitucional (PEREIRA, 2022 p.19).

O papel de Guizot na política francesa do século XIX foi vasto, abrangendo desde a Restauração Bourbon até seu protagonismo como ministro de Luís Filipe I, na Monarquia de Julho. Admirador da monarquia constitucional inglesa, Guizot via nesse modelo uma síntese ideal entre liberdade e ordem, um reflexo de seu compromisso com os ideais liberais burgueses. Para ele, as Três Gloriosas representaram uma solução política que conciliava os ideais da Revolução com a ordem inspirada no Antigo Regime, ao mesmo tempo que rejeitava os excessos do período do Terror, visto como uma tragédia. Essa visão, partilhada por outros ideólogos da Monarquia de Julho, resultou na consolidação de um regime político voltado para os interesses da burguesia³⁵, mas que excluía as camadas populares da sociedade francesa do século XIX.

François Guizot foi a figura mais relevante entre os ideólogos de julho, destacando-se como estadista e pensador central desse movimento. Ele simbolizava a vitória do liberalismo burguês, consolidando uma monarquia constitucional que preservava os ideais da Revolução Francesa, mas de forma estável e controlada. Para Guizot, a monarquia constitucional

³⁵Muito se discute sobre o posicionamento de Guizot em relação à Revolução Francesa; todavia, ele destaca sua opinião acerca dos "princípios de 1789" ao responder ao contrarrevolucionário Montlosier: "Que o senhor Montlosier se tranquilize, portanto; os verdadeiros princípios da revolução não são o que ele chama de espírito de independência, nem o espírito de igualdade, nem a oposição do espírito individual ao espírito de família, nem o ódio aos tempos passados, nem a soberania do povo e da maioria numérica. Houve tudo isso na revolução, porque há em tudo isso algo de verdadeiro e de falso, de louco e de sábio, de nocivo e de útil, que, manifestando-se e agindo primeiramente juntos, começaram produzindo o caos que nós vimos. Mas há também na revolução um princípio superior, que faz a força real do movimento dos tempos modernos, que determina sua tendência permanente e que, planando acima de todos os pretensos princípios revolucionários do senhor Montlosier, deve levá-los a não ser mais do que os instrumentos e os agentes de seu império; este princípio é o de uma justiça universal em suas aplicações, como ela é única em sua natureza. Não se trata de tornar semelhante o que é diverso, igual o que é desigual, nem de destruir a *família, a cidade, a comuna*, nem de contestar ao rico sua riqueza, ao filho a memória de seu pai, etc. Tratase somente de impedir que o indivíduo, único ser real e sensível, sofra na família, na cidade, na comuna, em razão de sua pobreza e de sua obscuridade, uma injustiça que o despoje, em sua existência positiva, de algum dos direitos que decorrem de sua natureza moral" (GUIZOT, 1818a, p. 405-406, apud FRELER, 2015, p.6-7).

representava liberdade, em contraste com o absolutismo teocrático do Antigo Regime, que ele considerava um entrave aos princípios liberais. No entanto, sua concepção de liberdade era moderada, influenciada por sua visão crítica da experiência jacobina, que ele associava ao radicalismo e ao caos do Terror.

O receio em relação à liberdade absoluta refletia os anseios de uma elite que percebia nas classes mais baixas uma ameaça à sua hegemonia. Para as novas elites pós-revolucionárias, como aponta Aguilera (2020, p. 556), a liberdade de 1789 foi útil no contexto inicial, mas, nos novos tempos, ela precisava ser contida e só poderia existir após a consolidação da ordem. Assim, embora a liberdade fosse um ideal desejado, ela deveria ser controlada para garantir a estabilidade social e evitar que uma nova revolução se voltasse contra as elites. Guizot, tanto como intelectual quanto como político, expressa esses anseios ao defender uma concepção de liberdade restrita. Como esclarece Paul Bénichou, sua teoria não é uma "teoria da liberdade" ampla e irrestrita, mas uma "teoria da liberdade limitada" (AGUILERA, 2020, p. 557), em que a liberdade deveria estar subordinada à ordem e aos princípios de razão e justiça. Para Guizot, a sociedade não deveria se basear na autonomia absoluta do sujeito, mas em valores que assegurassem estabilidade e coesão. Como destaca Aguilera, Guizot temia os efeitos da liberdade excessiva do mundo moderno e tentou domesticá-la, embora sem sucesso. Sua obra historiográfica reflete esse esforço, como veremos nos capítulos seguintes.

O receio em relação à liberdade irrestrita reflete-se na admiração por aqueles que, de alguma forma, trazem ordem, ou seja, os chamados “grandes homens”. Para Guizot, figuras como Carlos Magno e Napoleão representam líderes que, em tempos de caos, restauraram a estabilidade. Em particular, os elogios a Napoleão decorrem de sua atuação como grande estadista e administrador, além de defensor da ordem. Guizot reconhece os méritos do imperador francês na restauração da estabilidade, alinhando-se ao lema da Monarquia de Julho: “Liberdade e Ordem”. Segundo Tanshina (2021, p. 1167), Luís Filipe utilizou a figura de Napoleão como instrumento de legitimação de seu próprio poder, destacando a importância da ordem como fundamento do governo. Nesse contexto, observa-se que o compromisso com a ordem, mesmo que às custas de uma liberdade irrestrita, é visto como essencial para que os “grandes homens” possam liderar. Esses homens tornam-se, assim, instrumentos tanto da ordem quanto da liberdade, um tema que permeia a historiografia de Guizot. O debate entre ordem e liberdade em seu pensamento culmina em um dos principais conceitos que estruturam sua obra: o conceito de civilização, entendido como o progresso da sociedade por meio da razão e da estabilidade.

3.2 O conceito de civilização europeia em Guizot

No final da década de 1820, entre 1828 e 1830, François Guizot alcançou o auge de sua carreira ao iniciar uma série de palestras sobre civilização. Entre os cursos mais notáveis destacam-se *Histoire de la civilisation en Europe* e *Histoire de la civilisation en France*. Segundo Freller (2015, p. 11), essas palestras foram amplamente bem-recebidas pelo público, em especial pela clareza e profundidade com que Guizot apresentava o tema. No século XIX, conhecido como o século da civilização, o debate sobre os valores civilizatórios ganhou destaque, contrapondo o progresso ao mundo bárbaro. Nesse contexto, *Histoire de la Civilisation en Europe* se destaca como a mais relevante para nosso debate, pois é nessa obra que Guizot articula os valores civilizatórios com a formação histórica da Europa, reforçando a ideia de um desenvolvimento progressivo e ordenado.

Terezinha Oliveira entende que, para compreendermos o conceito de civilização desenvolvido por Guizot, devemos considerar alguns pontos cruciais. Em primeiro lugar, Oliveira propõe que Guizot não buscou uma definição simples e imediata para o conceito de civilização. O segundo ponto destacado pela historiadora brasileira é que ele “[...] partiu do senso comum para estabelecer esse conceito, argumentando que, quase sempre, existe” (OLIVEIRA, p. 125, 1998). O terceiro e mais importante ponto é a relação entre o conceito de civilização e a luta política de François Guizot. Concordo com os dois primeiros pontos de Oliveira, pois Guizot não teve pressa em apresentar uma definição concisa, preferindo uma análise detalhada e complexa do que considera civilização. Ele próprio reconhece a dificuldade e complexidade em definir a civilização (GUIZOT, 2005, p. 28).

Quanto ao senso comum seguido por Guizot, ele buscou, em seu conceito, um modelo evolutivo, no qual a civilização progride até alcançar sua plenitude. Contudo, acredito que o terceiro ponto levantado por Terezinha Oliveira seja o mais relevante, especialmente quando ela complementa seus argumentos da seguinte forma:

De fato, ele é inseparável das lutas políticas que travou em sua época. Não se trata, pois, de um conceito “científico”, se esse termo nos traz à mente ideias de imparcialidade e objetividade, como se fosse um conceito que pudesse servir para todas as situações e épocas, desvinculado das contingências históricas. Seu conceito de civilização é datado; trata-se de um instrumento político. Ao traçar uma história da civilização, Guizot procurou, na verdade, fundamentar suas propostas políticas. Atente-se, porém, a uma questão, para não cairmos em uma posição moralista: não se trata de uma instrumentalização da história, a fim de fazer dela um escudeiro da

política. Nesse autor, a luta política e o trabalho do historiador encontram-se entrelaçados, fazem parte de um todo (OLIVEIRA, 1998, p.125)

Com base no pensamento de Oliveira, acredito que Guizot trabalhou seu conceito de civilização fundamentado em suas experiências como político e historiador. Discordo, entretanto, da argumentação da historiadora, quando ela afirma que não houve instrumentalização da história por parte de Guizot. Não se trata de moralismo historiográfico nem de uma crença na imparcialidade, mas sim de reconhecer que a vida acadêmica do historiador se entrelaça com a do político, baseado nas pautas defendidas por Guizot tanto como acadêmico quanto como político. Creio que também havia uma instrumentalização da história na formulação do próprio conceito de civilização elaborado pelo francês, nas quais se entrelaçam algumas das pautas das elites burguesas, resultando na Monarquia de Julho. Portanto, o historiador e o político se entrelaçam em uma dança favorável à França e à Europa. Negar que Guizot instrumentalizou a História para moldar ideias alinhadas aos ideais da Monarquia de Julho é cegar-se à intenção de Guizot de construir uma narrativa continuista para moldar a nação. Guizot não só usou a História para propósitos partidários, como obteve sucesso nesta empreitada, pois desfrutava de grande respeito entre acadêmicos, e sua obra serviu como referência por bastante tempo.

Em sua historiografia, Guizot exaltou a ordem, e em sua vida política seguiu essa linha. As críticas ao Terror em sua obra estão alinhadas à sua atuação política ao criticar a falta de organização na experiência jacobina. Assim, conforme o historiador britânico Eric Hobsbawm (1996, p. 110) apresenta, Guizot escreve sobre as dificuldades que tinha com a desregulação da Revolução, pois a Revolução deveria autorregular-se. Seus escritos são coerentes com sua historiografia, já que ele atuou restringindo o que considerava excessos de liberdade. Seu papel como um liberal adepto da monarquia constitucional evidência, mais uma vez, sua conexão como intelectual e político.

Entendo, portanto, que a visão de Tomasello sobre a historiografia de Guizot é bastante plausível. Frederico Tomasello (2018, p. 133) argumenta que a obra do historiador oitocentista é voltada para o processo de constitucionalização e a afirmação do governo representativo. Guizot dialogou com diversos autores renomados sobre a origem e o conceito de governo representativo, trazendo novas perspectivas e desafiando teorias estabelecidas. Em suas análises, mergulhou profundamente nas raízes históricas e filosóficas da representação política, debatendo com vigor as interpretações tradicionais:

:

Furthermore, while reflecting on the origin of representative government, Guizot took issue with some of the ideas of his most famous predecessors. He commented on the shortcomings of Montesquieu's theory of the separation of powers, which failed to distinguish between the sovereignty of fact and the sovereignty of right. Guizot also discussed at length Rousseau's most important political ideas, above all his controversial views on political representation and social contract. In a few memorable pages, Guizot refuted the social contract theory and opposed Rousseau's emphasis on individual will by pointing out that the latter could never be the basis of political legitimacy and right.¹² For Guizot, the only legitimate sources of right and sovereignty were reason, truth, and justice, which can be only imperfectly approximated on Earth (CRAIUTU, 2008, p.8).

Nos escritos de Guizot, podemos encontrar uma tendência evolutiva na sociedade que culmina na civilização, com o auge desta na civilização europeia. Os ideais liberais defendidos por François Guizot seriam manifestações de um povo civilizado, que progrediu ao longo dos séculos, desde os tempos do Império Romano até alcançar seu auge nos períodos revolucionário e pós-revolucionário, quando as transformações políticas e sociais marcaram um novo estágio na história da Europa³⁶.

Sobre o que François Guizot entendia como civilização, podemos compreendê-lo melhor ao analisar as ideias apresentadas na palestra intitulada "*Histoire de la civilisation en Europe*" (1828). Todavia, acredito que a obra, baseada em uma série de conferências ministradas na Academia de Bruxelas em 1836, intitulada "*Histoire Générale de la Civilisation en Europe*", seja mais útil para entendermos o conceito de civilização trabalhado por Guizot, pois foi escrita após os acontecimentos das Três Gloriosas. Em "*Histoire Générale de la Civilisation en Europe*", Guizot apresenta seu conceito de civilização de maneira continuista, elaborando-o a partir da Roma Clássica, passando pelo medievo, pela era moderna e finalizando na Revolução Francesa. Antes de discutir o progresso da civilização europeia, ele expõe seu conceito de civilização.

Um oceano grande, vasto, profundo e rico é como Guizot define a civilização, onde se encontram todos os elementos da vida de um povo. É nesta vastidão que ele apresenta seu universalismo civilizacional, um conceito de civilização que abrange diversos povos, onde

³⁶ Acerca do período pós-revolucionário, é importante destacar a Monarquia de Julho, que se seguiu à Revolução de 1830, também conhecida como as Três Gloriosas. Este período é amplamente reconhecido por muitos teóricos, incluindo François Guizot, como um marco significativo no desenvolvimento da civilização europeia.

elementos civilizatórios aparecem em variados territórios. Para Guizot, existem diversas civilizações; todavia, acima delas está a 'civilização'. Essas civilizações estariam passando por estágios de progresso, cada uma em um nível diferente, contendo elementos que as aproximariam da civilização (AZEVEDO, 2004, p. 9). O historiador teria o papel de identificar e caracterizar essas civilizações, elaborando uma História Geral onde a civilização progrediria ao longo do tempo.

O progresso é um dos pontos fundamentais no conceito de civilização desenvolvido por Guizot em sua historiografia. A ideia de que um povo avança até alcançar a civilização é crucial para esse debate. Buscando a resposta na etimologia da palavra, o historiador oitocentista define progresso como uma melhoria na vida civil e o desenvolvimento da sociedade. Creio que esse desenvolvimento possa ser tanto social quanto intelectual, conforme defende André Azevedo:

Portanto, a essência do termo "civilização" é "progresso", pois civilização traduz mesmo o movimento histórico de desenvolvimento progressivo dos povos, sobretudo dos povos europeus. Para Guizot, "civilização", entendida no singular, logo pensada como progresso da História, resulta fundamentalmente do aperfeiçoamento de dois aspectos de uma sociedade: do seu desenvolvimento social e do intelectual. Para a perfeição de uma civilização, uma sociedade deveria aprimorar, ao longo do tempo, sua estrutura social e o nível intelectual de seus componentes (AZEVEDO, 2004, p.9).

O relato de Guizot sobre o reconhecimento de uma civilização se baseia principalmente em suas atividades intelectuais. Assim, em um povo civilizado, as Letras, as Ciências e as Artes devem brilhar intensamente, pois os avanços nesses campos representariam o avanço da humanidade. Portanto, a civilização, segundo o historiador francês, se manifesta em duas condições e se revela em dois sintomas: o desenvolvimento da atividade social e o da atividade individual, ou seja, o progresso da sociedade e o progresso da humanidade.

O progresso, conforme a visão do professor André Azevedo (2004, p.10), traz a ideia de continuidade. O progresso não é algo que surge de maneira abrupta, mas resulta de uma ampla experiência, de um amadurecimento de um povo que olha para o passado em busca de melhoria. Assim, a civilização é uma “[...] ideia de um passado que informa o presente”, o que a torna “[...] mais do que uma economia ou sociedade, mas um núcleo comum de elementos inseridos em uma tradição, que vão sendo mantidos ou dispersados conforme as demandas de cada época”. Esta é uma visão profundamente presente no século XIX.

A civilização, primeiramente, é um conceito bastante abstrato e perigoso, pois, por meio dele, classificamos povos como inferiores e elegemos os superiores. Classificamos povos da

Antiguidade com base em um conceito, conforme discutido no capítulo anterior, fomentado por uma elite francesa. Nos livros didáticos, por exemplo, ao estudarmos o Egito, encontramos um capítulo intitulado “A Civilização Egípcia”; na Europa, “A Civilização Romana”; nas Américas, “A Civilização Maia”; e no Oriente Médio, “A Civilização Mesopotâmica”. Já no século XX, temos a visão de Samuel Huntington sobre o “Choque das Civilizações”³⁷. Tentamos identificar quem é mais ou menos civilizado, classificando segundo práticas determinadas por europeus oitocentistas que utilizaram seus valores para defender suas ideias. Esses teóricos continuam a influenciar, até os dias de hoje, nossa visão sobre o conceito de civilização.

A civilização passou a ser verbalizada como um adjetivo; assim, o civilizado é o sujeito que se contrapõe ao bárbaro, apresentando valores considerados superiores. Com isso, o homem civilizado passou a levar seus valores ao mundo bárbaro. Em nome da civilização, diversas atrocidades foram cometidas. A civilização constrói uma visão do Ocidente como o ápice desse abstrato conceito chamado civilização, o que dá à “superior” civilização ocidental o direito de interferir em outros povos, pois, como guardião da civilização, os ocidentais deveriam levá-la ao mundo bárbaro. Guizot, como teórico e historiador, foi fundamental para a expansão dessa visão europeia da civilização.

³⁷ Em linhas gerais, a tese de Samuel Huntington consiste no fato de que as explicações para os conflitos presenciados no mundo atual não são essencialmente ideológicas ou econômicas, mas sim de origem e de ordem cultural. O autor toma o cuidado de afirmar que as nações-Estado continuam os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas frisa que os conflitos internacionais envolverão cada vez mais diferentes civilizações. As linhas de cisão entre as civilizações serão, argumenta, cada vez mais as linhas de batalha do futuro, inclusive dentro de países tensionados por questões étnico-religiosas. Huntington argumenta que os diversos conflitos entre nações-Estado e ideologias ocorreram no passado fundamentalmente no seio da civilização ocidental ou tendo esta por referência, exemplificando com os casos das duas grandes guerras mundiais e da própria Guerra Fria. Contudo, segue o autor, recentemente (mais precisamente sobretudo desde o fim da Guerra Fria), a política internacional saiu da fase ocidental e passou a ter como foco principal a interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais, além das não-ocidentais entre si. Na atual realidade civilizacional, os povos e governos das civilizações não-ocidentais já não seriam objetos da História enquanto alvos da colonização ocidental, mas juntar-se-iam ao Ocidente enquanto protagonistas da História. O autor define civilização por entidades culturais distintas, que abarcariam o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural verificado entre os homens, com a exceção daquele que distingue os seres humanos das demais espécies. Destaca ainda a necessidade de elementos objetivos comuns como língua, história, religião, costumes e instituições, bem como a auto-identificação subjetiva dos povos. As civilizações poderiam abranger várias centenas de milhões de pessoas, como a China, ou apenas alguns milhares, como a civilização caribenha anglófona. Da mesma forma, uma civilização poderia incluir numerosas nações-Estado, como ocorre com as civilizações ocidental, latino-americana e árabe, ou apenas uma, caso da civilização japonesa. Para Huntington, as linhas que dividem as civilizações, embora raramente estejam bem definidas, são reais. As civilizações são dinâmicas; têm apogeu e declínio; dividem-se e fundem-se; surgem e desaparecem ao longo da História. As identidades civilizacionais tendem a ser cada vez mais importantes no futuro; e o mundo seria moldado pelas interações entre sete ou oito grandes civilizações: ocidental, confuciana, islâmica, hindu, japonesa, eslava ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, africana. Os conflitos mais significativos do futuro tendem, segundo o autor, a ocorrer ao longo das linhas de cisão cultural que separam cada uma dessas civilizações. A recente fragmentação da Iugoslávia, aliás, já seria elucidativa deste processo (DE ALBUQUERQUE, 2000, p.226-227).

3.3 O papel de Carlos Magno para a construção do conceito de civilização europeia: discurso civilizatório em Guizot

Pode-se falar em civilização sem falarmos de Europa? Creio que não. O próprio conceito de civilização foi criado por europeus e para europeus. Assim, os valores associados à ideia de civilização refletem aqueles privilegiados na Europa Ocidental. Portanto, quando um ocidental, principalmente um europeu, escreve sobre “a civilização egípcia”, ele está, de maneira consciente ou não, atribuindo valores que não pertencem àquele povo, mas sim refletindo um ideal europeu. O conceito de civilização é cronicamente enviesado, pois está atrelado aos valores de uma Europa dos séculos XVIII e XIX, moldados por ideais iluministas e consolidados durante o colonialismo e o imperialismo. Filósofos como Montesquieu, ao discutir o conceito de progresso, e historiadores como François Guizot, ao definir as bases da civilização europeia, contribuíram para uma visão que hierarquizava culturas, reforçando um discurso eurocêntrico. Por mais que esses valores civilizatórios tenham se adaptado ao longo do tempo e passado a incluir grupos historicamente marginalizados, as regras ainda são amplamente ditadas pelos ocidentais (europeus e estadunidenses). Exemplos contemporâneos, como a globalização e a difusão da cultura estadunidense, evidenciam como o discurso civilizatório segue refletindo interesses e perspectivas ocidentais.

Por mais que tentemos, de alguma forma, ressignificar o conceito de civilização, ele estará sempre atrelado ao antagonismo entre o civilizado e o bárbaro. Isso ocorre porque, se há uma civilização, necessariamente há uma não-civilização. O incivilizado ou bárbaro é aquele que representa uma ameaça à civilização; pode ser o infiel ou, ainda, o estrangeiro, alguém cujos costumes são vistos como estranhos pelos “civilizados”. No século XIX, o Norte, representado pela Europa, era considerado o modelo a ser seguido. Sua arte, ciência, religião, tecnologia e sociedade eram vistas como os pilares do que seria a “civilização”. François Guizot, ao refletir sobre esse conceito, destacou como a civilização europeia se apresentava como a referência máxima, estabelecendo um padrão que subordinava outras culturas.

Para Guizot, a existência da civilização europeia parece uma obviedade, sendo está marcada pela unidade de diversos Estados que compartilham características mais ou menos semelhantes. Guizot está interessado na conjuntura histórica responsável por formar essa civilização; ele propõe que se deve observar a contribuição de cada nação europeia para a sua formação. O historiador oitocentista acredita que, em determinados momentos, os traços da fisionomia da civilização europeia devem ser analisados a partir da Alemanha; em outros, a

partir da França; e, em outros ainda, da Inglaterra. O que Guizot busca demonstrar é que a civilização europeia não é fruto de um único Estado, mas de um esforço coletivo, em que cada país desempenhou um papel distinto. Dentre todos os Estados europeus, no entanto, o francês ocupou, na historiografia de Guizot, uma posição central. Ele defende que não há nenhuma grande ideia ou princípio civilizatório que não tenha emergido, primeiramente, no solo francês. Para Guizot, esse pioneirismo francês se deve à clareza, sociabilidade e simpatia do povo francês, qualidades que permitiram à França assumir a liderança nos assuntos relativos à civilização, tornando-se, sob essa perspectiva, o coração da civilização europeia.

Retomemos a lógica de que o conceito de civilização está sempre atrelado à Europa; todavia, devemos nos perguntar: qual é essa Europa? Trata-se, principalmente, da Alemanha, Inglaterra e França, ou seja, de uma Europa Ocidental. Mesmo um conceito pensado para europeus exclui boa parte do próprio continente. É com base nesses povos que Guizot constrói sua narrativa de continuidade para explicar a formação da civilização. Todavia, esse modelo narrativo apresenta certos problemas para a identidade e unidade defendidas pelo historiador francês. Rita Ribeiro aborda a tensão entre essa narrativa de continuidade e a formulação de uma identidade europeia, destacando as dificuldades em conciliar a diversidade interna da Europa com a ideia de uma civilização unificada:

Pensar a identidade europeia exige uma mutação conceptual em relação ao que usualmente é associado à noção de identidade. Não é possível desenvolver uma ideia de identidade europeia se continuarmos a pensar na identidade como narrativa de continuidade quando é, de facto, um objeto descontínuo, que traduziríamos graficamente sob a forma de espiral. Perante a descontinuidade social e cultural que marca a paisagem europeia e a partir da correlativa teorização de ordem disjuntiva, não podemos ter a expectativa de que seja possível, ou sequer adequado, que a Europa se muna do mesmo sentido identitário, fechado, exclusivista e denso, que escorou a identidade maciça do Estado-nação (RIBEIRO, 2011, p.45).

Portanto, buscar uma continuidade como solução para conceitos como identidade e civilização (neste caso, ambos os conceitos estão intimamente ligados) revela-se problemático e excludente. É problemático porque tenta responder aos anseios de uma determinada época ao buscar no passado fundamentos para estabelecer paradigmas; e é excludente porque frequentemente ignora a contribuição de determinados povos para a construção desses conceitos. Essa abordagem contribui para a criação de estereótipos, mesmo entre os próprios europeus. Um exemplo disso é a representação do francês como um indivíduo educado, com maneiras refinadas que servem de modelo para o mundo, em contraste com a imagem do eslavo

como alguém mais rústico e primitivo. O primeiro seria visto como mais europeu, um tipo ideal de "europeu modelo", enquanto o segundo seria considerado inferior. Não por acaso, Patrick J. Geary (2005, p. 15) destaca a desconfiança que os ocidentais historicamente depositam nos eslavos e nos turcos.

O que propicia o progresso da Europa como civilização? Sob essa perspectiva, a disputa entre diversos princípios de organização social ocorre ao longo de um período prolongado. Em contraste, outros povos, que não alcançaram a plenitude da civilização, seriam guiados por um único princípio organizador. Freller aborda esses princípios que, segundo Guizot, orientam a civilização europeia: “As ‘classes’, ou princípios de organização social, que constituem os atores principais da história da civilização europeia de Guizot são a realeza, a nobreza feudal, a Igreja e as comunas” (FRELLER, 2015, p. 32). Esses atores, apesar dos frequentes conflitos e momentos de antagonismo, contribuíram conjuntamente para a construção da civilização europeia, por meio de uma luta que se estendeu ao longo de séculos.

Carlos Magno surge na historiografia de Guizot como um "grande homem"³⁸. O imperador franco teria tentado revitalizar a civilização através do domínio, com a expansão de seu império tendo como propósito civilizar os povos bárbaros. O enaltecimento dos "grandes homens" por Guizot também está presente em seus elogios a Napoleão, e não podemos esquecer a figura do rei Luís Filipe de Orléans. Essas três figuras emergem em momentos de crise, prontas para restaurar a ordem típica da civilização. Segundo Guizot, os "grandes homens" representam uma quarta causa da civilização. Eles são responsáveis por conter o caos trazido pelo mundo bárbaro, proclamando a libertação através da civilização. O mundo teria caído nas garras da barbárie entre os séculos V e IX, período marcado por várias tentativas de libertar a Europa de sua suposta selvageria. Carlos Magno é uma dessas figuras que, segundo Guizot, tentou libertar os europeus da barbárie e restaurar a ordem civilizatória.

Ao relatar a tentativa de Carlos Magno de civilizar os povos, observamos novamente a questão do anacronismo, pois civilizar é, na verdade, uma tentativa de modernizar, levando em consideração aspectos de um mundo distante da Alta Idade Média, mas com as intenções de um período que ainda não possuía a concepção de valores fundamentais para a civilização, como, por exemplo, o progresso.

Ao expandir seu império, Carlos Magno amplia sua influência, difunde o cristianismo e arrecada mais impostos; todavia, não necessariamente expande a civilização. Caso se aceite a

³⁸ Guizot tem uma profunda admiração pela figura de Carlos Magno, mas ao chamá-lo de "grande homem", ele não se refere ao caráter pessoal do imperador dos Francos. Essa designação está relacionada à sua enorme relevância como governante e à autoridade que exerceu durante seu reinado.

ideia de que Carlos Magno tenha sido, de fato, um agente de valores civilizatórios, qual teria sido a principal forma de difusão dessas ideias, senão a guerra? Observa-se, então, a expansão dos ideais da Igreja romana e sua defesa por meio das guerras de Carlos Magno. As guerras da Saxônia³⁹ e da Aquitânia⁴⁰, por exemplo, serviram para afirmar o poder do imperador, mas também para defender a Igreja (NICOLAU, 2023, p. 53). Carlos Magno utilizou a força tanto para impor o governo quanto para consolidar a religião. A questão dos dízimos⁴¹ também revela os interesses expansionistas do imperador, algo que foi debatido até mesmo em sua corte, quando Alcuíno de York questiona o imperador sobre a cobrança de dízimos aos povos conquistados que não eram cristãos. Seriam esses os valores civilizatórios que Guizot procura? A imposição da religião à força, a cobrança obrigatória de dízimos e a obediência à figura de um monarca poderoso?

É nessas contradições que podemos identificar os problemas inerentes ao conceito de civilização. Jean Starobinski (2001, p. 32), em sua obra clássica “As Máscaras da Civilização”, questiona a doutrina tradicional da civilidade encontrada em autores como Guizot. Starobinski aponta que o conceito de civilização passou por um processo de sacralização, adquirindo uma autoridade quase inquestionável. Com esse caráter sagrado, a civilização tende a ter seus

³⁹ A guerra contra os saxões talvez seja a mais significativa entre os conflitos narrados por Einhard. Durante sua explanação, o autor demonstra interesse em deixar os fatos bem delineados. É exemplar, para tanto, a forma como começa a narrativa desse embate: “Após terminar esta guerra, continuou a saxônica, que parecia nunca ter terminado. Os frances nunca tinham enfrentado uma guerra tão longa, nem tão atroz, nem tão trabalhosa” (Einhard, 1905, p. 8, tradução livre) 76. O autor classifica a guerra saxônica como a mais trabalhosa [laboriosus] para os frances, a mais atroz [atrocis], e mais longa [prolixus]. São três qualificativos que visam reforçar a importância e a dificuldade da guerra, e, para além disso, a importância de vencê-la. Os frances tinham um grande desafio ao enfrentar os saxões, estavam diante de um embate que parecia nunca terminar, talvez durante o período em que estavam nessas batalhas não conseguissem ter sequer uma perspectiva para o fim do conflito. É interessante que Einhard refira a dificuldade dos frances em enfrentar essa guerra, pois há um elemento de unidade presente. Ele destaca, em um primeiro momento, os homens sem nome que enfrentaram as batalhas, neste longo período. Eles são uma massa, um único povo, sem destacar nem mesmo os reis que participaram das lutas, pelo menos em um primeiro momento. As lutas entre frances e saxões já eram antigas. Segundo Sidney Dean (2015), em 771 já contavam mais de um século de hostilidades, somada a uma tentativa fracassada de Pepino, o Breve, pai de Carlos Magno, de anexar os saxões. Mesmo que a anexação do território tenha fracassado, os saxões tornaram-se tributários dos frances. Acrescente-se a isso o envio de missionários cristãos aos territórios saxões, que foi vista por estes, ainda segundo Dean, como uma ameaça a sua independência e identidade (NICOLAU, 2023, p.68).

⁴⁰ O primeiro desafio militar de Carlos Magno como rei de uma parcela dos frances foi a rebelião da Aquitânia. Essa guerra, que, a princípio, teria sido vencida por seu pai, Pepino, o Breve, no ano de 768, teve um desdobramento em 769. Hunaldo rebelou-se e tentou reconquistar a região do domínio franco. Contudo, Pepino havia deixado grupamentos estacionados na Aquitânia, e Carlos Magno, utilizando-se deste contingente, da ajuda da elite local e dos homens que havia levado com ele, mesmo sem o apoio de Carlomano, conseguiu debelar a revolta e manter o controle sobre a região (NICOLAU, 2023, p.54).

⁴¹ Verificada a necessidade da Igreja, uma vez que o cristianismo não devia perecer na ausência de ministros, templos e instruções, leciona Charles-Louis de Secondat, o Barão de Montesquieu, que Carlos Magno estabeleceu-lhe, por decreto, os dízimos. Para Montesquieu, Carlos Magno fez mais do que o rei Pepino fizera à Igreja, pois obrigou seus próprios fundos ao “pagamento” dos dízimos, dando, com isso, um grande exemplo ao povo. Carlos Magno fez ainda a famosa divisão dos dízimos em quatro partes, a saber: a) para a construção das igrejas; b) para os pobres; c) para o bispo; d) para os clérigos. Assim, o dízimo que fora uma oblação voluntária em sua origem, e posteriormente foi estabelecido pelo costume, foi então declarado como necessidade (SIMÃO, 2013 p.10369).

próprios "profetas"; grupos políticos começam a disputá-la, representantes emergem para defendê-la, e surge uma batalha pelo monopólio do conceito. Dessa forma, quem detém a civilidade é associado a valores considerados superiores.

A civilização revela sua face vinculada à Europa, mais especificamente à França dos séculos XVIII e XIX, uma Europa que implementa o imperialismo com um discurso pautado em valores civilizatórios. A santificada civilização europeia espalha sua palavra pelos continentes africano e asiático; em nome da civilização, o uso da força torna-se legitimado. Starobinski (2001, p. 33) ressalta que “[...] um termo carregado de sagrado demoniza seu antônimo.” Assim, aquele que se opõe à civilização é retratado como alguém que desafia os mais caros “valores do Ocidente”.

Questionar o conceito de civilização e sua origem não significa se opor a valores como direitos humanos, democracia ou liberdade de expressão. Compreender o conceito de civilização é situá-lo em seu contexto histórico, entendendo sua função dentro de uma sociedade europeia aristocrática e como ele foi gradualmente aceito pela ascendente burguesia. Além disso, questionar o conceito é também analisar o discurso civilizatório como um instrumento de violência e de imposição de valores próprios de uma Europa ocidental, especialmente da França. Devemos, portanto, refletir sobre o que pode ou não ser feito em nome da civilização. Sacrifícios são aceitáveis em nome da civilização? E o que deve ser feito ao bárbaro, o mais temível inimigo da civilização? Se ele rejeita os princípios europeus de civilização, deve ser convertido ou eliminado? Essas soluções, historicamente, foram empregadas em nome da civilização.

Carlos Magno é lembrado como símbolo de uma tentativa de antagonizar um povo rude e bárbaro. Para Guizot, este imperador representa uma tentativa falha de civilizar uma Europa ainda mergulhada no caos. O antagonismo entre barbárie e civilização, já presente na Alta Idade Média, pode ser entendido, conforme argumentado anteriormente, como um anacronismo. Todavia, essa oposição entre caos e ordem, civilização e barbárie, revela-se útil para a sociedade burguesa à qual Guizot se dirige. Por meio de sua historiografia, Guizot busca demonstrar que o que se opõe à civilização é a desordem, utilizando como argumento os problemas que, segundo sua visão, surgiram do caos em uma Europa onde a civilização estava apagada. Essa argumentação não se limita à Europa dos séculos VIII e IX, mas reflete também a França pós-revolucionária, marcada pelos traumas do período jacobino. Assim, o caos que apagou a civilização da Europa após a queda do Império Romano ainda era visto como uma ameaça na instabilidade política do presente. Por esses motivos, Guizot temia uma liberdade exacerbada,

em que o povo tivesse maior participação política, enxergando na desordem um risco constante à manutenção dos valores civilizatórios.

3.4 O retorno a monarquia: a figura do monarca civilizado em Carlos Magno.

O período pós-revolucionário foi marcado por um momento de descrédito do sistema monárquico. A Revolução evidenciou a dissonância entre a ascendente burguesia e a tradicional aristocracia francesa. Rocha (2023, p. 69), ao tratar do julgamento de Luís XVI⁴², descreve o cenário caótico da França pré-revolucionária, especialmente no início da década de 1790. Grande parte da burguesia francesa não nutria saudades do Antigo Regime, que representava um retrocesso aos seus olhos. Contudo, a experiência jacobina também não atendia aos anseios dessa classe emergente, que ganhava cada vez mais influência política e econômica. Enquanto o Antigo Regime simbolizava uma liberdade polida, os jacobinos defendiam uma liberdade irrestrita. Ambos os modelos eram malvistos por essa burguesia, que buscava consolidar sua posição como a nova força dominante na sociedade francesa.

A Monarquia de Julho atendeu algumas das expectativas burguesas ao equilibrar o antigo e o novo regime, harmonizando valores como ordem e liberdade. A primeira está mais associada a um período pré-revolucionário, enquanto a segunda está ligada à Revolução. Esta perspectiva é elaborada principalmente no campo da narrativa, sendo sua construção responsabilidade dos teóricos, entre os quais se destaca François Guizot, um dos principais idealizadores dos valores presentes no governo de Luís Filipe de Orléans. Conforme discutido anteriormente, Guizot tem grande apreço pela Revolução, porém reconhece críticas pertinentes ao processo. Admirador da ordem, o historiador do século XIX entende que a Revolução não

⁴² Acerca do conflito após o julgamento de Luís XVI, Rocha traz o seguinte relato: “O julgamento de Luís XVI fez eclodir a divisão que existia no interior da Convenção nacional entre girondinos, mais próximos às forças econômicas compostas pela burguesia nascente, desejosos de liberdade – incluída aí a liberdade econômica – e ordem – uma combinação de paz e unidade nacional – e os jacobinos, expressão das forças de configuração popular, desejosos não apenas de liberdade, mas principalmente de igualdade, são estes os responsáveis por colocar na ordem¹³¹ do dia as questões sociais, como a inflação e desvalorização dos assinados, o preços dos gêneros de subsistência, a educação pública. A morte de Luís XVI consolidou a oposição dessas duas minorias. Gradativamente, a maioria flutuante entre os dois polos pendeu em favor dos jacobinos. A pressão popular foi decisiva para tanto. Com a prisão de vários deputados girondinos, dentre eles seus principais líderes, inaugurou-se o período mais radical da Revolução, no qual os movimentos populares de Paris, mas também os clubes no interior e os soldados federados, essa massa de homens que defendia a Revolução nas fronteiras – contra a aliança das potências estrangeiras – e internamente – como na guerra da Vendéia –, postulavam participação ativa” (ROCHA, 2003, p.130-131).

conseguiu evitar o caos, resultando em certo desalento ao abordar esses eventos. Não podemos esquecer a admiração de Guizot pela monarquia constitucional e pelo modelo inglês de governo. Assim, Guizot procurou tornar a monarquia mais aceitável para um país que havia executado seu rei.

A Monarquia de Julho atendeu a algumas das expectativas burguesas ao buscar equilibrar elementos do antigo e do novo regime, harmonizando valores como ordem e liberdade. A ordem estava mais associada ao período pré-revolucionário, enquanto a liberdade remetia aos ideais da Revolução. Essa perspectiva foi elaborada principalmente no campo narrativo, com a construção teórica atribuída a pensadores como François Guizot, um dos principais idealizadores dos valores que sustentaram o governo de Luís Filipe de Orléans. Conforme discutido anteriormente, Guizot demonstrava apreço pelos ideais da Revolução, mas não deixava de apontar críticas relevantes ao processo revolucionário. Admirador da ordem, o historiador do século XIX entendia que a Revolução, ao não evitar o caos, gerou certo desalento ao tratar de seus desdobramentos. Ainda assim, Guizot admirava a monarquia constitucional, especialmente o modelo inglês, e buscava torná-la mais aceitável para um país que havia experimentado o trauma de executar seu próprio rei.

O que observamos nesse resgate da figura do imperador carolíngio por parte de Guizot é a intenção de apresentar um monarca associado ao progresso e à ordem no império. Com base no conceito de civilização trabalhado pelo historiador, é possível perceber que Guizot atribui a Carlos Magno o papel de levar o progresso a um mundo ainda considerado "bárbaro". Aqui, ocorre a recuperação da imagem de um monarca não como um governante autárquico e absolutista, temido pela burguesia, mas como um líder que se alinha aos padrões de civilidade e moderação valorizados pela França do século XIX.

Já abordamos a relação entre Guizot e Napoleão; no entanto, para compreender plenamente o papel dos “grandes homens” na historiografia de Guizot, é necessário aprofundar-se ainda mais na visão do historiador oitocentista sobre o imperador francês.:

O tratamento que Guizot confere à herança de Napoleão Bonaparte é muito peculiar. O essencial de seu argumento está no capítulo XI (“De Buonaparte et du Buonapartisme”) de *Des moyens de gouvernement*. Assim como, nas ideias e paixões legadas pela Revolução, deve-se separar o útil e verdadeiro do falso e funesto, diz o doutrinário, deve-se fazer a mesma triagem nas ideias e paixões legadas por Bonaparte. O Imperador não teria legado apenas hábitos e disposições negativos. A disposição mais positiva legada por Napoleão teria sido a atribuição de grandeza ao governo, de quem passou-se a esperar que faça mais do que não oprimir, que conceba objetivos grandiosos e realize grandes ações. Para Guizot, o governo francês atual

deveria se inspirar nesse legado bonapartista e falar mais à imaginação dos homens, deixando de ser um mero gestor dos interesses (FRELLER, 2015, p.93).

Na perspectiva de Guizot, identifica-se um legado de grandeza em Napoleão, algo que, conforme sua obra evidencia, também é atribuído a Carlos Magno. Em Carlos Magno, Guizot ressalta o papel dos "grandes homens" na consolidação da civilização. Assim, para o historiador, o imperador dos franceses desempenhou um papel crucial na promoção da civilização em seu vasto império. Carlos Magno simbolizava a resistência à barbárie, encarnando, sob essa ótica, o "espírito da civilização". As visões de Michelet e Guizot sobre Carlos Magno convergem ao tratá-lo como um agente da civilização. Contudo, Guizot enfatizou mais fortemente a questão da ordem e o antagonismo do imperador em relação ao mundo bárbaro.

Na visão de Guizot, Napoleão desempenha um papel fundamental como conciliador entre os ideais revolucionários e a ordem, ausente durante o período do Terror Jacobino. Para os liberais da Monarquia de Julho, "Ordem e Liberdade" eram prioridades essenciais, e Napoleão se tornava a figura que simbolizava esses valores, sendo, segundo Guizot, responsável por erradicar a anarquia (TANSHINA, 2021, p.1166). O discurso contra a desordem, presente nos argumentos pró-Monarquia de Julho e na evocação da figura de Napoleão, evidencia o esforço dos teóricos do governo em legitimar a superioridade daquele modelo. Nesse contexto, buscavam preservar a ordem que, em sua visão, faltou à Revolução, sem abandonar a liberdade tão valorizada pelos ideais revolucionários.

Manter os "princípios de 1789"⁴³, incluindo um tipo de justiça universal, é algo que Guizot deixa claro em sua resposta a Montlosier. Ele argumenta que esse espírito não é de independência, oposição à família ou mesmo de igualdade, tampouco é um ódio aos tempos

⁴³ Esse dilema foi particularmente agudo durante o período da Restauração Bourbon (1814 – 1830), em parte devido à ambiguidade inerente ao próprio regime fundado em 1814. Durante esse período, contrarrevolucionários e liberais não cessaram de disputar se a derrota de Napoleão e a coroação do irmão de Luís XVI (Luís XVIII) haviam significado a derrota e a rejeição da Revolução ou seu triunfo e sua aceitação pela própria dinastia Bourbon, simbolizada pela outorga da Carta de 1814 e pela fundação do regime desejado em 1789, a Monarquia Constitucional. O ponto principal de divergência entre Guizot e Montlosier no artigo de 1818 citado é justamente se o governo da Restauração deveria seguir "na direção da França antiga" ou "na direção da França nova" (GUIZOT, 1818a, p. 386) – uma orientação que não estava predeterminada e precisava ser disputada politicamente, como de fato foi ao longo de toda a Restauração. Foi enorme a polêmica suscitada por Guizot ao escrever, em 1820, em *Du gouvernement de la France depuis la Restauration et du ministère actuel*, que a Carta de 1814 reconhecia a vitória da Revolução Francesa e a possessão da França pelos vencedores, de modo que "o rei se fez assim, por esse único ato, o chefe dos conquistadores novos. Ele se colocou em suas fileiras e sobre sua liderança, engajando-se a defender, com eles e para eles, as conquistas da revolução, que eram as suas" (GUIZOT, 1820, p. 3). Sobre essa polêmica acerca do significado da Restauração e o papel dos historiadores liberais na produção da versão de que a Carta de 1814 havia significado o reconhecimento oficial do triunfo da Revolução, ver: MELLON, 1958, p. 47-57. (FRELLER, 2015, p.7)

passados. Guizot explica que esses princípios não têm como objetivo extinguir a desigualdade ou a família. Para ele, a cidade continuaria a ser cidade, e o rico permaneceria rico. Embora Guizot não se refira explicitamente ao que entende como justiça universal, ele deixa claro o que ela não é. Nesse ponto, ele sublinha a importância da ordem para preservar esses princípios que são tão caros a ele. Todavia, conforme aponta Freller (2015, p.7), não havia consenso entre os atores políticos do século XIX sobre o que seriam os “princípios de 1789”; havia uma diversidade de interpretações sobre o assunto. Tanto é que Guizot se vê obrigado a explicar ao antirrevolucionário Montlosier quais seriam, na visão do historiador, os verdadeiros princípios. Guizot se esforça para demonstrar, sobretudo, o que não eram os princípios revolucionários, evidenciando seu caráter liberal e apresentando princípios que não afrontam os ideais burgueses. Ele descreve uma Revolução que não confrontaria os valores caros à classe dominante, alinhando-se, assim, com a ideia de liberdade restrita defendida pelo autor.

Os chamados “grandes homens” desempenhariam um papel crucial na manutenção desses princípios, com Napoleão sendo um dos principais responsáveis, ao lado de Luís Filipe de Orléans. Guizot acreditava que homens como Napoleão seriam essenciais para lidar com o estado de anarquia na França pós-revolucionária (TANSHINA, 2021, p.1166). Segundo Tanshina, o imperador francês seria visto como um orgulho nacional, um defensor da Revolução e uma grande potência. O que principalmente conecta Napoleão à Monarquia de Julho é a tentativa de Luís Filipe de legitimar o imperador para afirmar seu próprio governo. O rei buscou transformar o culto a Napoleão em uma ideologia oficial de seu regime. Um dos marcos dessa ideologia foi o enterro dos restos mortais de Napoleão na Catedral dos Inválidos, em 15 de dezembro de 1840, como aponta Tanshina (2021, p.1167).

Como foi abordado, Guizot não rompe com o passado para alcançar a civilização; pelo contrário, ele utiliza o passado para construir esse conceito de maneira progressiva. Ao olhar para a Alta Idade Média, Guizot encontra em Carlos Magno uma figura virtuosa que enfrentou a barbárie de seu tempo. O Carlos Magno descrito por Guizot simboliza o lado civilizado de um monarca, sendo um homem que, sob essa ótica, procurou estabelecer a ordem. Aqui, podemos perceber uma semelhança com a França pós-revolucionária: um povo desorganizado que necessitava de uma figura monárquica para erradicar o caos. Nos seus escritos, Guizot se apresenta como defensor da monarquia constitucional e admirador do modelo britânico. Carlos Magno surge como uma tentativa de Guizot de reinterpretar o passado, com o objetivo de suavizar a imagem da monarquia perante uma França que já não via mais esse sistema com bons olhos.

Novamente, precisamos invocar Eginhardo e relembrar o Carlos Magno construído pelo biógrafo Franco:

Pero el elogio de su figura también estaría relacionado a otra intencionalidad, condicionada por las necesidades de su presente: producto del debilitamiento de la autoridad de Ludovico Pfo (778-840) –fue hacia mediados de su mandato que Eginhardo escribió la *Vita Karoli*–, es posible pensar que sus alabanzas se vieron motivadas para subir los ánimos, por decirlo así, de lo que se estaba viviendo bajo las luchas dinásticas y el decaimiento del poder real, pues si bien el impulso de la *Renovatio Romani Imperii* continuó durante todo el siglo IX y gran parte del X, ya se apreciaban síntomas de fragmentación política que hacían que la corona imperial perdiera valor. Esta perspectiva sugiere que la *Vita Karoli*, en cierta medida, comunicaría menos acerca de sus propios registros que de las preocupaciones e intereses de su autor y sus circunstancias. Y es que, frente a una realidad poco benigna, que amenazaba con hacer desaparecer la estabilidad política y la renovación cultural apenas conquistada en época de Carlos, su biografía busca plasmar en la memoria colectiva tales logros del espíritu y los encarna en la acción personal de este rey, confiriéndoles un carácter imperecedero por medio de su necesario recuerdo.(AIROLA, 2017, p.)

Conforme discutido por Airola e no primeiro capítulo, a construção da imagem de Carlos Magno feita por Eginhardo é particularmente apropriada para a época em que foi escrita. Ao analisarmos algumas das virtudes atribuídas a Carlos Magno por Eginhardo, é essencial que consideremos as motivações do biógrafo, pois ele respondeu a anseios e críticas à figura do imperador. Portanto, uma análise da figura de Carlos Magno, baseada na *Vita Karoli*, deve ser feita de forma cuidadosa, especialmente ao se interligar o imperador à civilização. Primeiramente, como já foi argumentado, é importante lembrar que a imagem de Carlos Magno como uma figura dotada de civilidade é, em grande parte, construída a partir das virtudes atribuídas a ele por Eginhardo.

Tratar um homem da Alta Idade Média como civilizado é tentar usar esse personagem como um símbolo de algo que apenas é valorizado pelo autor, neste caso, François Guizot. Trazer Carlos Magno para o século XIX sem levantar os questionamentos necessários apresenta uma série de problemas. Um exemplo claro é a questão do analfabetismo do imperador franco, algo notório que até mesmo seu biógrafo não hesitou em destacar. A França do século XIX aceitaria um líder com dificuldades na escrita? Provavelmente, tal líder enfrentaria uma série de obstáculos. Nesse contexto, um homem iletrado estaria mais próximo da barbárie do que da civilização. Contudo, embora Eginhardo registre o incômodo de Carlos Magno com sua falta de instrução, mostrando que o imperador tentou, mas não conseguiu reverter a situação, ele não foi tratado como um bárbaro entre seus súditos. Pelo contrário, Carlos Magno foi elevado pelos

francos como um modelo de príncipe. Assim, tratá-lo não apenas como um homem civilizado, mas também como alguém que promove a civilização, é atribuir-lhe responsabilidades que conectam os séculos VIII e IX às demandas do século XIX.

Carlos Magno expandiu seu domínio por meio de guerras e da fé católica. Segundo Guizot, essa expansão representava uma forma de civilizar os povos bárbaros. Na visão do historiador, o imperador, como um "grande homem", desempenhava esse papel em parceria com a Igreja, que também atuava como uma disseminadora da civilização. Contudo, Guizot levanta uma questão relevante: ele questiona as intenções das expedições de Carlos Magno, gerando dúvidas sobre a arbitrariedade dessas campanhas. Para Guizot, o objetivo do imperador dos francos era reprimir a barbárie. O historiador relembra que Carlos Magno combateu alamanos, saxões, eslavos e muçulmanos, ou seja, pagãos e infiéis. Todas essas ações, segundo essa perspectiva, foram realizadas em nome da ordem, da lei e da unidade administrativa do reino. Guizot destaca que o rei teria se inquietado ao observar seu território repleto de incoerência, anarquia e rudeza, enxergando na centralização uma solução para esses problemas.

Assim como Michelet, Guizot via em Carlos Magno a figura de um príncipe refinado e exemplar, que se empenhou em combater a barbárie. O imperador dos francos contava com o apoio de uma aliada essencial para disseminar a civilização entre os povos "bárbaros": a Igreja. Para aprofundar essa questão, Guizot, no início de sua palestra, afirma que a civilização europeia segue os caminhos de Deus no plano da providência, o que define o percurso racional de sua superioridade. Ele enfatiza o papel da Igreja como um agente fundamental da civilização. Esse encontro entre dois pilares da civilização — Igreja e Carlos Magno, clero e realeza — evidencia figuras centrais no Antigo Regime. Ao tratar da Igreja cristã, Guizot foca na organização eclesiástica, destacando-a como elo entre a civilização romana decadente e a nova ordem que se consolidou após o fim do Império do Ocidente⁴⁴. Ribeiro (1996, p. 381) observa

⁴⁴ A desordem que se seguiu às invasões fez, do bispo de Roma e demais bispos, líderes políticos que chefiavam a luta contra os bárbaros, que socorriam a população menos favorecida e protegiam os prisioneiros e os escravos. Em Roma, particularmente, é o papa quem aprovisiona e defende a cidade contra as invasões. Corno inexiste um poder civil, o papado torna-se a única força capaz de fazer frente aos lombardos. O papa é o senhor da cidade e o único representante do Império. De tudo isso lhe advém grande prestígio. A Igreja acumula considerável patrimônio, graças a doações de reis e senhores: terras, isenções, rendimentos. Seus bispos pertencem, de modo geral, à alta aristocracia. Estabelece-se um estatuto privilegiado aos clérigos, que passam a usufruir de favores fiscais e a dispor de patrimônio, resultante de liberalidades. O apego do clero romano ao bem-estar é lamentado por Arniano Marcelino (XXVII). Também São Jerônimo estigmatiza com energia os estranhos abusos que a prosperidade crescente da Igreja romana introduzia em seu seio. A evolução da ideologia da Igreja-Estado compreende diversas fases e inserese na experiência política da Igreja. A cristianização do Ocidente e a sacralização do poder temporal, que se estendem do século VI ao IX, constituem importante momento do processo. Na realidade, a idéia da criação de urna Respublica Christiana consolida-se gradativamente: esboça-se na Antigüidade tardia, mas é na Alta Idade Média que toma forma definitiva. A fundamentação teórica de um Império espiritual encontra-se na referida doutrina política elaborada por

que o colapso do Império Romano deixou um vácuo político e social, posteriormente ocupado pela Igreja. Contudo, essa ocupação não ocorreu de forma isolada. Nos francos, por exemplo, o poder secular desempenhou um papel crucial, formando alianças que fortaleceram a Igreja. Esse processo começou com Clóvis e a dinastia merovíngia, mas encontrou maior consolidação com Carlos Magno e a dinastia carolíngia.

Ribeiro relata como funcionou a aliança entre os carolíngios e a Igreja. Neste primeiro relato, o historiador aborda a aliança de Pepino com os eclesiásticos:

Em Ponthion (754) firma-se o acordo entre Pepino e o papa Estêvão II (752- 757). O pontífice consegue <ie Pepino a promessa de restituição das terras conquistadas pelos lombardos na Itália. O rei e seus filhos tomam-se patrícios dos romanos, isto é, protetores da cidade e da população de Roma. A segunda sagrada solene de Pepino e a unção de seus filhos Carlos e Carlomano completam a aliança. Essa segunda sagrada é "uma espécie de adoção espiritual" (H. Fichtenau). Estabelece-se a partir daí uma relação de "compaternidade" entre a realeza franca e o papado. Estêvão II fixa ainda o princípio de hereditariedade da família de Pepino, ao ameaçar de excomunhão os que reconhecessem um rei fora da linhagem carolíngia. O apoio da Igreja legitima a usurpação. O acordo de Ouércy faz o papa chefe de Estado. A criação do Estado Pontifício é, na expectativa do pontífice romano, uma garantia de segurança (RIBEIRO, 1995, p.382).

Em continuidade à sua dissertação, Ribeiro discorre sobre o papel de Carlos Magno nesta aliança:

O rei franco é visto pela Sé Romana como um novo Moisés e comparado a Davi, chefe de um novo povo eleito. Roma atribuiu excepcional importância à realeza carolíngia, como se vê na documentação emanada da chancelaria pontifícia. L. Halphen sublinha que "chez les Romaïns, le prince n'agit que comme dépositaire de l'autorité déléguée parle peuple. Le Carolíngien tient son autorité de Dieu. Le sacre a fait de lui le chef désigné par Dieu pour guider vers le salut le nouveau peuple élu, le peuple chrétien".⁹ A aliança entre a Igreja e a realeza carolíngia dá origem a nova ideologia, que faz do soberano o chefe designado por Deus para conduzir até a salvação o novo povo eleito. O novo Saul reina sobre todo o povo cristão - *omnis populus christianus* - e é de sua responsabilidade promover o bem comum e a salvação. Governar bem significa cumprir todas as obrigações gerais, mas é sobretudo conduzir o povo à salvação eterna, sustenta Alcuíno. Carlos é, segundo as palavras rituais do papa Leão m. "coroado por Deus grande e pacífico imperador" - *Karolo, piissimo Augusto a Deus coronato, magno et pacifico imperatore...* (L P 1, 448). É a *renovatio imperii*, que

Gregório Magno e Isidoro de Sevilha. De fato, ao atribuir um grau de sacralidade ao poder civil, Gregório e depois Isidoro têm em vista urna concepção cristã do mundo. Corno escreveu M. Pacaut, é essa filosofia política que vai presidir, um século mais tarde, à construção do edifício carolíngio e mostrar de maneira significativa que existem muitos meios para um Estado cristão assim definido e sacralizado situar-se diante da autoridade eclesiástica (RIBEIRO, 1995, p.381).

acalentava o sonho de um Império Cristão. Note-se que a coroação do Natal de 800 atribuí a Carlos Magno um poder universal destinado a proteger a Igreja, preservar a paz e conduzir os homens à salvação. Estamos, portanto, diante de uma realidade social mística: em sua estrutura jurídica, o Império; em seu aspecto interno, sua vida litúrgica e sacramental, a Igreja (RIBEIRO, 1995, p.382).

A coroação⁴⁵ de Carlos Magno como imperador é um dos grandes símbolos da aliança entre Igreja e monarquia, evidenciando os objetivos comuns desses dois importantes atores, que se fortaleceram mutuamente. Ribeiro, em seu primeiro relato, discute a autoridade exercida por Pepino, o Breve, e sua aliança com a Igreja, destacando-o como protetor do papado diante da ameaça lombarda. No segundo relato, Carlos Magno é comparado a líderes hebreus, como Davi e Moisés⁴⁶, apresentando-se como uma figura político-religiosa com a missão de promover o bem comum e conduzir os povos à salvação. Para Guizot, Carlos Magno, ao lado da Igreja, assumiu o papel de restaurar a civilização perdida com o declínio de Roma. Contudo, o imperador não conseguiu consolidar esse projeto de restauração. Após sua morte, o Império Carolíngio enfrentou um rápido declínio, demonstrando os limites de sua tentativa de reerguer a civilização sob bases sólidas e duradouras.

Essa visão romântica sobre os propósitos carolíngios não se sustenta. Como discutido ao longo desta pesquisa, Carlos Magno não se limitou a observar um povo "bárbaro" com o objetivo de educá-lo. Seu propósito, em aliança com a Igreja, era consolidar a dominação por meio da cruz e da espada. Autores como Jean Favier e Louis Halphen corroboram o uso da força para a conversão, e documentos como a carta de Alcuíno, já mencionada nesta pesquisa, também apontam para métodos bélicos aplicados a fins evangelizadores. O conceito de civilização, anacronicamente empregado por Guizot neste contexto, reflete uma tentativa de justificar a extirpação do "bárbaro", na qual Carlos Magno se tornou um símbolo desse

⁴⁵. No sólo fueron éstas las causas de su última visita, sino también el que los romanos obligaron al pontífice León, objeto de sus muchas violencias —le habían arrancado los ojos y cortado la lengua²¹—, a implorar el socorro del rey²². Así pues, se dirigió a Roma con el objeto de restablecer la situación de la Iglesia, en extremo perturbada, y allí permaneció todo el invierno. En esa época recibió el nombre de emperador y augusto²³. Y en un primer momento se mostró tan contrario a ello que llegó a afirmar que en ese día, aunque fuera una festividad mayor, no hubiera entrado en la iglesia de haber podido conocer por anticipado el proyecto del pontífice. Con todo, soportó con gran paciencia la indignación de los emperadores romanos, que sentían odio y envidia por el título que había tomado²⁴; y venció la obstinación de aquéllos con su magnanimitad, en la que les llevaba gran ventaja fuera de toda duda, enviándoles frecuentes embajadas y llamándolos hermanos en sus cartas (EGINHARDO, 2016, p.26, tradução de CASTIELLA).

⁴⁶ Segundo os relatos do Pentateuco, Moisés teria sido escolhido por Deus para libertar o povo hebreu do jugo egípcio. Conforme a crença judaico-cristã, Moisés teria sido criado como um egípcio, mas teria se compadecido da opressão sofrida pelo povo hebreu. Moisés teria guiado o povo até a terra prometida por Deus. Moisés também seria responsável por receber de Deus os Dez Mandamentos e toda a lei hebraica, que seria conhecida como a lei de Moisés.

processo, utilizando a cruz e a espada para alcançar seus objetivos. Contudo, ao aplicar esse conceito a Carlos Magno, Guizot desconsidera tanto os reais propósitos do monarca quanto as intenções da própria Igreja, que não se alinhavam ao ideal moderno de civilização, mas sim a uma expansão de domínio por meio da evangelização.

Por fim, a Igreja e os “grandes homens” destacam-se como agentes fundamentais da civilização na visão de Guizot. Esses símbolos do Antigo Regime passam por um processo de revitalização durante a Monarquia de Julho. Carlos Magno, sob a perspectiva de Guizot, é representado como um líder que combate o estado bárbaro da Europa com o objetivo de trazer ordem e unidade aos povos sob seu domínio. No entanto, o Império Carolíngio não conseguiu sustentar uma coesão duradoura. A aparente ordem conquistada durante o reinado de Carlos Magno revelou-se ilusória, e já nos seus últimos anos de vida, surgiam sinais claros de um reino enfraquecido. Além disso, grande parte de seu governo foi marcada por campanhas de conquista e pela repressão de rebeliões, o que demonstra as dificuldades em consolidar uma administração estável e pacífica.

Por mais que tenha implementado mudanças⁴⁷ significativas em seus domínios, suas intenções não estavam voltadas à formação de uma civilização. Ele se tornou uma peça conveniente no discurso civilizatório, frequentemente evocado como guardião de uma tradição europeia, representando um homem civilizado e civilizador. Essa perspectiva do imperador franco revela uma tentativa de validação do presente por meio do passado, especialmente do período medieval.

No caso de Guizot, a análise da civilização europeia busca compreender sua origem e desenvolvimento até alcançar a plenitude no século XIX. Já Michelet, ao abordar a história da

⁴⁷ Después de recibir el título imperial, advirtiendo que mucho faltaba a las leyes de su pueblo —pues los francos tienen dos leyes, muy diferentes en muchísimos puntos—, pensó en añadir lo que faltaba, hacer coerente lo discrepante, y corregir los errores y las faltas de redacción. Pero de todo esto no hizo más que agregar unos pocos artículos, e inacabados, a las leyes. Sin embargo, hizo poner por escrito las leyes que aún no lo estaban de todos los pueblos sometidos a su dominio. Igualmente ordenó transcribir los antiquísimos poemas bárbaros, en los que se cantaban los actos y las guerras de los antiguos reyes, para que su recuerdo no se perdiese. También dio principio a una gramática de su lengua materna. También dio a los meses los nombres en su propia lengua, ya que antes de eso los francos los llamaban en parte con nombres latinos y en parte con nombres bárbaros. Actuó del mismo modo con los nombres de los doce vientos, para los cuales antes no había sino cuatro como máximo que pudieran designarlos en su lengua. Y a los meses los llamó como sigue: a enero, *wintarmanoth*; a febrero, *hornung*; a marzo, *lentzinmanoth*; a abril, *ostarmanoth*; a mayo, *winnemanoth*; a junio, *brachmanoth*; a julio, *heuuimanoth*; a agosto, *aranmanoth*; a septiembre, *witumanoth*; a octubre, *windumemanoth*; a noviembre, *herbistmanoth*; a diciembre, *heilagmanoth*. En cuanto a los vientos, les impuso los nombres del siguiente modo: el viento del este se llamaría *ostroniwint*; el euro o del sudeste, *ostsundroni*; el del sud-sudeste, *sundostroni*; el del sur, o austro, *sundroni*; el del sud-sudoeste, *sundwestroni*; el del sudoeste, *westsundroni*; el céfiro, o del oeste, *westroni*; el del noroeste, *westnordroni*; el del nor-noroeste, *nordwestroni*; el del norte, o septentrión, *nordroni*; el de nor-noreste, o *aquilón*, *nordostroni*; el del noreste, *ostnordroni*. (EGINHARDO, 2016, p.27, tradução de CASTIELLA).

França, trabalha diretamente com o conceito de civilização, inserindo-o em um diálogo contínuo. Ambos os historiadores apresentam uma narrativa que parte de um ponto de origem — seja Roma ou o medievo — e culmina nos tempos revolucionários, construindo uma história europeia continuista. Esses autores também exploram a herança compartilhada entre os reinos medievais e as instituições modernas, apresentando figuras como Carlos Magno para legitimar uma suposta herança utópica. Essa narrativa busca explicar os alicerces que levaram a Europa a se tornar o que é atualmente, destacando o papel de personagens históricos como elementos de validação dessa trajetória civilizatória.

Devemos, então, retornar a um dos pontos centrais desta pesquisa: o conceito de civilização. Como destacado por Rosenberg (2020, p. 130), esse conceito é essencialmente europeu e está profundamente ligado à busca por uma identidade comum no continente. Nesse contexto, o ressurgimento de figuras históricas, especialmente do período medieval, desempenha um papel fundamental ao reforçar essa identidade. A construção de uma história da civilização europeia também reflete uma busca por pertencimento, configurando uma narrativa contínua que remonta à Antiguidade e evolui de forma ininterrupta até os tempos modernos. Para historiadores como Guizot e Michelet, essa trajetória contínua é essencial para compreender a formação dos povos europeus. Na visão de Guizot, a história da Europa é marcada por um processo progressivo, onde cada etapa de avanço contribui para um maior florescimento da civilização. Esse progresso, para o historiador, não é apenas linear, mas também cumulativo, representando a essência do que ele entendia como civilização europeia.

Como Guizot entendia o progresso histórico como parte integrante da civilização, figuras como Carlos Magno precisam ser inseridas nesse processo evolutivo, que culmina em seu apogeu. É fundamental destacar o caráter pedagógico das palestras de Guizot, pois, conforme aponta Rosenberg (2020, p. 134), elas cumpriam um papel central na educação das emergentes elites burguesas do século XIX. O conceito de civilização aplicado por Guizot ao período carolíngio não implica a existência de uma "civilização carolíngia" em si, mas reflete, antes de tudo, o pensamento e as aspirações das elites burguesas do século XIX, profundamente marcadas por esse tipo de abordagem historiográfica. Além disso, Guizot atribui ao intelectual um papel relevante na construção de uma identidade europeia, o que revela a dimensão problemática de sua obra *Histoire Générale de la Civilisation en Europe*, que transcende os limites da historiografia e se torna também uma busca por identidade.

4 CARLOS MAGNO E DISCURSO CIVILIZATÓRIO

4.1 Discurso civilizatório: perspectiva nacionalista

O conceito de civilização ultrapassou os limites de um ambiente puramente academicista, tornando-se um instrumento retórico para a imposição de valores e a demarcação de inimizades em relação aos seus supostos opositores. Este conceito ganhou cada vez mais relevância como discurso, funcionando como um recurso para a promoção de ideais de ordem na Europa Ocidental. Entendo que o discurso civilizatório representa o uso do termo “civilização” como ferramenta para a difusão de ideais que buscam estabelecer uma ordem, podendo ter dois propósitos distintos. De um lado, assume uma retórica transnacional europeia voltada à unidade; de outro, carrega uma perspectiva nacionalista que reforça exclusões. Assim, o discurso civilizatório permeia tanto os círculos acadêmicos quanto os políticos, sendo utilizado por intelectuais para justificar e preservar valores europeus, ao mesmo tempo em que serve como recurso estratégico para políticos consolidarem suas agendas.

O século XIX foi um período decisivo para o surgimento do que hoje entendemos como discurso civilizatório. Os historiadores desse período, analisados ao longo desta pesquisa, tiveram um papel crucial na consolidação e legitimação desse discurso. Michelet e Guizot, com destaque para este último, atribuíram ao conceito de civilização uma roupagem científica ao integrá-lo na narrativa histórica. Trataram-no de forma continuista, apresentando-o como um processo evolutivo e histórico. Ao ser abordado por renomados historiadores franceses, como Michelet e Guizot, o conceito de civilização ganhou um caráter de autoridade. Essa abordagem não apenas reforçou sua relevância acadêmica, mas também o dotou de uma força normativa que transcendeu o âmbito historiográfico, consolidando-o como um instrumento de poder discursivo.

Um dos principais objetivos do discurso civilizatório é evidenciar uma unidade e identidade sustentadas por fatores históricos. Dentro das civilizações envolvidas nesse discurso, a europeia é a que se destaca, dado que o próprio conceito de civilização tem suas raízes na Europa. Para Guizot, a existência da civilização europeia é inquestionável, sendo que essa civilização emerge da unidade de uma série de Estados interconectados. Dessa forma, o conceito de civilização está intrinsecamente relacionado à busca por uma identidade europeia. A Idade Média desempenha um papel fundamental nessa historiografia continuista, pois é nesse

período que políticos e historiadores buscam uma herança que culmina na formação de uma identidade europeia, essencialmente civilizatória.

Podemos realmente definir quem é o europeu? Existe, de fato, uma identidade europeia? Conforme Souza (2021, p. 165), a questão da identidade liga o sujeito a uma coletividade, levando-o a comparar sua própria identidade com as dos outros. Os defensores dessa identidade coesa europeia frequentemente utilizam um discurso histórico para enclausurar essa identidade dentro de si mesma. Um exemplo claro dessa exclusão é a marginalização de muçulmanos e orientais na construção da suposta identidade europeia. Essa exclusão se torna ainda mais evidente no período pós-guerra, especialmente nos desdobramentos da Guerra Fria, como destaca Patrick J. Geary:

Ha alguns anos, quando os europeus ocidentais pensavam a respeito do futuro da Comunidade Européia, seu foco se voltava quase inteiramente para a implementação integral das reformas econômicas e financeiras de 1992. Alguns aguardavam com satisfação pela unificação monetária, eliminação das tarifas internas e livre circulação dos cidadãos. Outros o faziam com hesitação ou, até mesmo, com medo. Contudo, de modo geral, as nações da Comunidade viam os problemas enfrentados pela Europa sob uma perspectiva particularmente limitada. Tinham uma visão notadamente provinciana dos elementos que constituíam a Europa. Além disso, seus desafios eram mais relacionados aos problemas econômicos do futuro do que às questões explosivas e emocionais do passado. O próprio nome da organização trazia a confortável miopia que a configuração política do pós-guerra havia possibilitado. A "Comunidade Européia" não era o que seu nome sugeria. Era, na verdade, a Comunidade da Europa Ocidental, para a qual a inclusão da Grécia já havia gerado problemas consideráveis. Para essas nações, a "Europa" terminava na chamada Cortina de Ferro: por trás dela estavam as nações do Pacto de Varsóvia, pobres, mas felizmente primas distantes, demasiado irrelevantes para os interesses econômicos e até mesmo militares da Comunidade. (GEARY, 2005, p.11).

Bo Stråth apresenta sua visão da identidade europeia tratando-a como uma abstração, conforme aponta o historiador:

A história de uma identidade europeia é a história de um conceito e de um discurso. A identidade europeia é uma abstracção e ficção sem dimensões essenciais. (...) A intensificação da integração europeia tem sido acompanhada de crescente pesquisa académica e política acerca das raízes da europeidade na história, religião, ciência e cultura. (...) Os sentidos da Europa são um discurso de poder sobre como definir e classificar a Europa, sobre as suas fronteiras, similaridades e diferenças. A ideia de Europa tornou-se, histórica e sociologicamente, uma ideia política e uma metáfora mobilizadora (STRATH, 2002, p. 388, apud p.42.RIBEIRO, 2011)

Esse discurso sobre a identidade europeia também se fundamenta em uma historiografia de caráter igualmente europeu. Nos textos de Michelet e Guizot, percebe-se uma tentativa de construir e preservar essa suposta identidade europeia de forma coesa. Esse esforço perdura até o século XX, como evidenciado em uma das obras mais influentes sobre o período medieval: “*Raízes Medievais da Europa*”, de Jacques Le Goff. Le Goff também é responsável pela obra “*A Civilização do Ocidente Medieval*”, que ajudou a consolidar a ideia de um Ocidente medieval, trazendo à tona uma noção de unidade estratificada em uma Europa fechada em si mesma, reforçando o conceito de civilização, que carrega uma dimensão excludente. Assim, a historiografia e seus conceitos muitas vezes são utilizados para silenciar o “outro”. Michelet, Guizot e Le Goff adotam uma perspectiva continuista ao elaborar uma historiografia voltada para solidificar uma identidade coesa, criando uma visão monolítica da Europa.

Dessa forma, perpetua-se a clássica visão de uma Europa que segue uma linha evolutiva reta, passando pela Antiguidade grega e romana, de onde teria herdado o direito e a filosofia, enquanto o período medieval seria responsável por estabelecer os valores católicos como um manual ético. Essa visão, ao tentar unificar a Europa, é simplista e restritiva. O discurso se manifesta ainda mais em uma Europa que acreditava ter superado o nacionalismo do século XX, apontando para um caminho supranacional. No entanto, casos como o do Reino Unido e, mais recentemente, a ascensão da extrema-direita⁴⁸ na França, demonstram que o nacionalismo

⁴⁸ A ascensão de partidos de extrema direita na Europa tem demonstrado que ela volta a ganhar força no continente. Aproveitando-se de uma crescente insatisfação com o sistema político tradicional, que se estende até mesmo aos princípios democráticos e políticos de extrema direita, utilizando-se de temas como identidade, desemprego, imigração e segurança e atacando o projeto da União Europeia, esses partidos têm conquistado resultados eleitorais satisfatórios, que se tornam alarmantes por conta da abrangência e velocidade em que ocorrem. Assim sendo, é possível afirmar que a extrema direita vive um crescimento que a coloca em um patamar de influência política não vista no continente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Identidades, políticas ou sociais, são construídas: o crescimento da extrema direita passa pela construção de novas identidades sociais e uma busca pela gestão da memória e dos sentimentos. É imprescindível salientar que essas forças, as extremas direitas, no plural, visto que são diversas e até divergentes entre si, tanto em forma quanto em estratégias, não estavam ausentes do cenário político e eleitoral europeu, mas sua influência não se dava de forma explícita nem aparecia de maneira massiva nos resultados eleitorais. Elas estavam presentes de maneiras sutis, visto que eram em certa medida alimentadas pelos resultados eleitorais tradicionais, que tinham números pouco satisfatórios, razão pela qual eram relegadas ao quase anonimato. Assim, permaneciam escondidas no subconsciente de forma até inacessível, podendo alimentar até mesmo o ressentimento, o que é fundamental para compreendermos os motivos pelos quais voltaram a ganhar forças no século XXI. As extremas direitas europeias alcançaram uma forma nova para atingir o sucesso e aí reside um perigo: as mesmas forças de outrora voltam a ganhar protagonismo e ascendem ao poder com uma roupagem nova, valendo-se de problemas aparentemente novos, com soluções supostamente diferentes, mas que em muito replicam os momentos mais sombrios do século XX. Estas forças políticas que outrora ficavam subalternas, até mesmo subterrâneas, hoje ganham um protagonismo avassalador no cenário político europeu, o que tem causado temor.¹ Por isso, uma pergunta é necessária: estariamos nós, democratas, preparados para isso? Ou, se não nos preparamos ou não percebemos as estratégias ou possibilidades desse crescimento, não somos partícipes dele? No entanto, cabe também salientar que, apesar das várias análises feitas em torno da ascensão das extremas direitas na Europa, em especial por conta da urgência que a temática impõe, há que fazer uma análise histórica, visto que há determinadas peculiaridades que escapam a outras análises. Ela permite notar que há uma historicidade por trás desse crescimento e que ele não sai do nada, não é atemporal. Existe uma continuidade, um processo de

ainda é uma escolha para muitos. Mesmo aqueles que não optam pelo nacionalismo acabam por nutrir uma visão romântica da Europa, como é o caso do presidente francês Emmanuel Macron e da legislação anti-imigratória da França, como veremos mais adiante.

O discurso civilizatório prevalece entre líderes europeus, desde os considerados moderados até os mais extremistas. Embora alguns líderes da União Europeia promovam a ideia de uma Europa unida, veremos como esse discurso revela uma visão particular da Europa. O discurso civilizatório é utilizado para combater o "bárbaro", cuja definição pode variar conforme a situação ou o autor que o profere. Nesse contexto, o "bárbaro" pode ser o imigrante, o islâmico, o africano, o latino, entre outros. Diferentemente do século XIX, quando o europeu se dirigia ao "bárbaro" com o objetivo de civilizá-lo, no século XXI, é o "bárbaro" que se desloca para a Europa em busca de melhores oportunidades ou fugindo de guerras e perseguições político-religiosas.

Mary Le Pen⁴⁹ durante as eleições presidenciais francesas de 2022, fez o seguinte alerta: "Uma escolha de civilização, uma escolha para o futuro de nossos filhos, uma escolha de segurança e potência para o nosso país. Uma escolha de liberdade e independência." (RFI, 2021)

reorganização das formas internas e externas do crescimento das extremas direitas europeias, em especial da extrema direita francesa com o caso do FN-Front National. É possível, a partir da análise histórica, compreender que não se trata de algo acidental, e sim programado, e necessariamente este crescimento não é deslocado de sua realidade histórica externa nem interna tal como a realidade histórica francesa, europeia e mundial (NARCIZO. 2019, p. 16-17).

⁴⁹ Marine Le Pen ingressou na FN em 1986, aos 18 anos de idade, ao mesmo tempo em que ingressou na militância estudantil do partido, a FNJ (LISZKAI, 2011, p. 64). Por vários anos, ela foi uma das principais lideranças e referências políticas da FNJ. Nos anos iniciais em que esteve no partido, porém, sua atuação era mais esporádica, pois ela estava cursando a universidade, de modo que não podia dedicar parte integral do seu tempo à carreira política do partido (DÉZÉ, 2012, p. 132). Marine se formou em Direito e fez mestrado em Direito Penal. Em sua trajetória enquanto advogada, trabalhou com o deputado da FN, Georges-Paul Wagner, cujo escritório era conhecido por defender militantes da extrema-direita. Georges-Paul Wagner foi militante da Action Française (AF) em sua juventude e ingressou na FN em 1988. Durante sua vida profissional, ele ficou marcado por ter defendido os militantes da Organisation Armée Secrète⁶ (OAS), que planejaram os atentados contra o general Charles de Gaulle, bem como por ter advogado nos processos em que Jean-Marie Le Pen era acusado de antisemitismo e racismo. Marine Le Pen dedicou-se às áreas do direito penal e civil, principalmente atuando em questões ligadas à imigração ilegal. Após alguns anos trabalhando, ela abandonou a carreira de advogada para se dedicar à militância (LISZKAI, 2011, pp. 23-24). Sua carreira política teve início em 1998, momento em que, efetivamente, ingressou na política francesa, assumindo, de 1998 a 2004, seu primeiro cargo político como Conselheira Regional⁷ da região de Nord-Pas-de-Calais (DÉZÉ, 2012, p. 13). Após concluir seu mandato, Marine Le Pen foi eleita como Conselheira Regional em Île-de-France, onde exerceu o cargo de 2004 a 2010. Ela também atuou em outras funções, pois, conforme permitido pela legislação francesa, poderia acumular mais de um cargo político, sendo eleita Conselheira Municipal da cidade industrial de Hénin-Beaumont, de 2008 a 2011 (DÉZÉ, 2012, p. 131). Marine Le Pen atuou na parte jurídica da FN, logo ingressando no comitê executivo, posição importante dentro do partido (MESTRE & MONNOT, 2011, p. 110). Com o sucesso eleitoral da FN nas eleições presidenciais de 2002, tendo Jean-Marie Le Pen alcançado o segundo turno, a diretoria da FN procurou explorar esse momento político, no intuito de manter o crescimento do partido. Dessa forma, o comitê político da FN, na tentativa de avançar, indicou Marine Le Pen à vicepresidência do partido e também renovou o comitê executivo. Marine Le Pen, em 2003, foi encarregada de organizar a campanha política do partido para as eleições presidenciais de 2007 (DÉZÉ, 2012, p. 132). Depois de se tornar vice-presidente da FN, ela passou por um processo de amadurecimento e procurou se especializar em comunicação e publicidade (NARCIZO. 2019, p. 16-17).

A oposição de Le Pen aos imigrantes é amplamente conhecida, como ela declara: "Na França, os franceses têm o direito de viver como franceses. Os delinquentes serão neutralizados. Os delinquentes franceses irão para a prisão, e os estrangeiros, para o avião." Em outra declaração, a política francesa deixou claro seu descontentamento com a presença islâmica no país: "Nossos dirigentes escolheram a globalização desregulada, que conduz à financeirização da economia e à imigração em massa, o que às vezes resulta em fundamentalismo islâmico." (EL PAÍS, 2017).

A Europa tem buscado em seu passado tradições que, dependendo da perspectiva, visam fortalecer a nação. Sob uma perspectiva mais supranacional, a ideia é buscar não no passado de uma nação específica, mas no passado da própria Europa. A Frente Nacional, partido de Le Pen, adota uma abordagem mais nacionalista, com o propósito de buscar símbolos históricos para fortalecer ideais nacionais, conforme aponta Andrade:

No processo de construção do projeto político da FN, percebemos que, além de priorizar a questão militar para reforçar o nacionalismo, o partido também procurou construir outros símbolos, sobretudo buscando heróis e personalidades históricas francesas que pudessem reforçar e simbolizar o novo nacionalismo desenvolvido pela FN. Desse modo, o catolicismo se fortalece dentro do partido, tendo em vista que, para representar o nacionalismo da FN, foi escolhida a figura de Joana D'Arc, uma heroína francesa, nacionalista, católica, devota à nação, que sacrificou sua vida em prol da liberdade do país, sem ter qualquer ação individualista, ou seja, priorizando a nação acima de qualquer desejo individual. A escolha de Joana D'Arc como símbolo do partido também reforça a busca pela tradição histórica do país, demonstrando orgulho do passado histórico. Ademais, essa escolha é uma forma de unir todas as células dentro da FN, colocando um novo foco a ser seguido, supondo que isso supere antigas figuras como Napoleão Bonaparte, Marechal Pétain, General Boulanger, Charles Maurras e Pierre Laval (ANDRADE, 2016, p.41-42)

Assim como seu partido, Jean-Marie Le Pen, pai de Marine Le Pen e um dos fundadores da Frente Nacional (FN), buscou símbolos no passado. Jean-Marie Le Pen recorreu à Idade Média para justificar o nascimento da França, afirmando que o povo francês surge com o batismo de Clóvis (GEARY, 2005, p. 19). Le Pen e a FN seguiram uma linha contínua que utiliza o passado para validar o presente, buscando em Clóvis e seus francos o retrato dos franceses contemporâneos. A utilização da Idade Média para validar o nacionalismo exacerbado, a separação entre os povos, fronteiras e até mesmo uma suposta superioridade racial é algo bastante presente, como se observa na Alemanha, conforme o próprio conceito de Reich atesta. Ao evocar a figura do rei Clóvis, por exemplo, aponta também para o que a FN considera como a tradição católica francesa, o mesmo ocorrendo com a figura de Joana d'Arc. Tais personagens servem como um retrato de uma tradição que, nessa concepção, havia se

perdido. Nesse contexto, a luta por essa tradição seria a defesa da civilização contra aqueles que, de alguma forma, divergem de tais “valores franceses”. Portanto, esse discurso justificaria a defesa de políticas anti-imigração, uma vez que a imigração em massa representaria uma ameaça à identidade francesa.

A França se tornou, atualmente, o principal palco europeu da ultradireita. Questões como imigração e desemprego têm favorecido a ascensão do discurso ultranacionalista da Frente Nacional e de Le Pen. Marine Le Pen defende cada vez mais políticas isolacionistas, como a saída do país da União Europeia, o combate à imigração, a repressão ao islamismo e a reintrodução da pena de morte (SOUZA; ABREU; MACHADO; SILVA, 2015, p. 188-189). Geary disserta sobre o uso do discurso anti-islã por parte da extrema-direita francesa:

Na França, a presença de milhões de muçulmanos - tanto descendentes de norte-africanos como imigrantes recém-chegados, legalizados ou clandestinos - está propiciando uma revisão da identidade nacional francesa, com consequências problemáticas. O medo da islamização do país tem colaborado para o ressurgimento da direita xenofóbica francesa, que agora afirma contar com o apoio de mais de um terço do eleitorado, e para quem a qualidade de "francês" é mais uma questão racial e cultural do que política (GEARY, 2005, p.16).

Em 7 de outubro de 2010, o Conselho Constitucional da França aprovou a Lei 2010-1192, que anteriormente havia sido aprovada pelo parlamento em setembro. Essa lei proíbe o uso de véus islâmicos que cobrem o rosto, deixando apenas os olhos à mostra, e da burca, que permite que os olhos sejam visíveis apenas através de uma tela ou rede, em locais públicos. A lei tinha como objetivo reprimir imigrantes e descendentes islâmicos, sufocando a pluralidade cultural na França, com o propósito de padronizar a cultura francesa de acordo com estereótipos mais conservadores (SOUZA, ABREU, MACHADO, SILVA, 2015, p. 190). Essa padronização decorre de um ideal de civilização pura que foi construído ao longo dos séculos. Dessa forma, reprimir as demais manifestações culturais seria uma maneira de preservar esses "valores civilizacionais".

A grande ameaça à "civilização ocidental" é o imigrante, especialmente o islâmico. Não é à toa que o ativista de extrema-direita Damien Rieu expressou sua preocupação com o crescimento islâmico na Europa: "Os islamistas querem destruir a Europa e a civilização ocidental." (EL PAÍS, 2019). Na Europa, a pauta anti-imigração está diretamente associada ao discurso civilizatório, algo que une a extrema-direita europeia. Na Assembleia da República de

2019, o português André Ventura⁵⁰, líder do partido "Chega", manifestou toda a sua preocupação com a questão da ameaça imigrante à chamada "identidade europeia": "A verdade é uma só: a União Europeia tem sido substituída demograficamente por filhos de imigrantes. Ninguém deseja que, daqui a 30 ou 40 anos, a UE seja composta por indivíduos oriundos de qualquer outro continente que não este, o nosso continente europeu!" (PÚBLICO, 2022). Não é à toa que Ventura ataca a imigração de muçulmanos: "inmigración islamista y musulmana" para salvar "el futuro de nuestra civilización" (EL PAÍS, 2024). As falas de Ventura demonstram que a defesa da suposta civilização caminha lado a lado com o combate àquele que vem de fora.

Na Hungria, Viktor Orbán⁵¹ e seu partido ultraconservador implementaram uma lei conhecida como *Lei Stop Soros*⁵². Aprovada em 2018, essa lei visa combater o auxílio a quem

⁵⁰ O partido Chega fundado por André Ventura, surgiu como projeto ainda no final do ano 2018, entendendo que o país precisava de uma nova força política capaz de romper com os poderes instalados e com o politicamente correto, foi reconhecido como o 24º partido português em abril de 2019 pelo Tribunal Constitucional (Chega, sd). André Ventura foi membro de vários órgãos distritais do PSD (Partido Social Democrata) e da JSD (Juventude Social Democrata), tendo sido igualmente Conselheiro Nacional de 2015 a 2017, também foi candidato por este partido à Presidência da Câmara Municipal de Loures em 2017, tendo obtido um dos melhores resultados de sempre do PSD no concelho. O ano de 2017 é particularmente relevante para compreender o percurso do líder do Chega, pois foi o ano em que lançou para a campanha eleitoral alguns dos temas característicos do populismo (Jornal I, 2017). A 17 de Julho de 2017 aparece na capa do Jornal I, na qualidade de candidato do PSD à Câmara de Loures, com a manchete “Os ciganos vivem quase exclusivamente dos subsídios do Estado”. No dia 8 de fevereiro de 2020, André Ventura anunciou candidatar-se às eleições presidenciais de janeiro de 2021, apresentando formalmente a sua candidatura no dia 29 de fevereiro em Portalegre. Alegou candidatar-se para se opor ao sistema vigente, contrariamente ao atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que Ventura referiu ser “a face deste sistema, nasceu neste sistema, cresceu com este sistema e defende este sistema”, e ainda mencionou o “seu silêncio” face aos “grandes problemas” que Portugal enfrenta (TVI24, 2020). André Ventura nega qualquer associação ao populismo, apenas refere que os partidos tradicionais “já não respondem aos problemas das pessoas” e assume-se como “nacional, conservador, liberal e personalista” (Chega, sd). Durante os primeiros meses da criação do partido Chega do qual é líder, tentou evitar o rótulo de partido de extrema-direita. Durante a campanha presidencial foi apoiado por figuras da direita populista europeia como, Marine Le Pen e Matteo Salvini. Os resultados eleitorais deram vitória a Marcelo Rebelo de Sousa, Ventura ocupou o terceiro lugar com 11,90%, correspondendo a 496.583 votos, ainda assim, ficou em segundo lugar em 11 dos 18 distritos de Portugal Continental e na Madeira (PARRANÇA, 2020, p.1).

⁵¹ Passados apenas trinta e três anos da Revolução Húngara de 1956, Viktor Orbán, que foi, no ano anterior, um dos responsáveis pela fundação do partido político Fidesz (1988), produz, na Praça dos Heróis em Budapeste, durante as cerimónias fúnebres do primeiro-ministro antissoviético Imre Nagy, um discurso que se viria a tornar célebre e responsável pelo início da sua carreira política. Inicialmente, o Fidesz era um partido liberal, mas com a derrota nas eleições de 1994 Viktor Orbán opera uma restruturação na sua ideologia política, convertendo-o num partido nacionalista e conservador. Em 2010, Orbán alcança a liderança do país, mantendo-se, até à data, como primeiro-ministro da Hungria. Considerando a forma como lidera o partido e o país, Orbán tem sido, ao longo dos seus mandatos, alvo de crítica e controvérsia, pelas suas políticas radicais, conservadoras, de um nacionalismo extremo e que muitos consideram xenófobo e antidemocrático. O atual líder político da Hungria foi, inclusivamente, responsável pela construção de dois muros anti-imigração entre 2015 e 2016. Os seus discursos, de cariz populista e anti União Europeia, bem como as suas decisões políticas, são de tal forma inflamatórios que terão mesmo levado, em março, à suspensão do Fidesz do Partido Popular Europeu. O discurso que analisamos no âmbito deste artigo diz respeito, justamente, à questão da imigração e à crítica do posicionamento da União Europeia face ao acolhimento de refugiados por parte dos estados membros (BASTOS, 2020, p.16).

⁵² George Soros, magnata e filantropo húngaro-americano, é conhecido por suas iniciativas globais e apoio a causas progressistas, mas também enfrenta críticas, especialmente de grupos conservadores e da extrema direita. Sua relação com Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, é tensa. Embora Soros tenha financiado a educação de

presta assistência a imigrantes irregulares. Na Itália, o líder da extrema-direita Matteo Salvini⁵³ discursa sobre um conflito de civilizações, buscando legitimar o que ele denomina de "*Made in Italy*". Na Alemanha, figuras como Beatrix von Storch⁵⁴ adotam uma postura anti-imigração. Storch chegou a fazer declarações desfavoráveis à presença de imigrantes na Alemanha, como em 2017, quando questionou o Twitter (atualmente X) do departamento de Polícia da cidade de Colônia por postar saudações de fim de ano também em árabe: "O que diabos há de errado com este país? Por que a página oficial da polícia tuita em árabe? Eles estão tentando pacificar as hordas de homens bárbaros, muçulmanos e estupradores?". A parlamentar também apontou que, na sua visão, os problemas demográficos da Europa são causados pelos imigrantes: "A Alemanha não é o único país com problemas demográficos na Europa. Se os outros países quiserem receber um, dois, quatro milhões de imigrantes ilegais africanos para resolver o problema demográfico, façam isso. Nós não queremos." (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Pedro Muños (2017, p. 20) atribui a três fatores o crescimento da extrema direita na Europa. O primeiro fator é o nacionalismo xenofóbico. Em segundo lugar, a indústria do medo e a guerra ao terror. E, por último, a crise dos partidos de esquerda tradicionais. A extrema-direita europeia compartilha uma busca utópica pela preservação de uma identidade nacional que, segundo eles, está sendo ameaçada por imigrantes. Por isso, olham para o passado em busca de uma identidade historicamente construída, exaltando símbolos para ratificar essa identidade ameaçada. A Idade Média surge como um período de grande importância para o discurso nacionalista. Nesta visão do medievo, tudo se torna muito preciso, como a crença de que os franceses descendem de uma linhagem franca pura, conforme argumenta Jean-Marie Le Pen, que afirma que o povo francês, nascido no batismo de Clovis, carrega a chama inapagável,

Orbán nos anos 1980, o governo húngaro agora retrata Soros como um inimigo, acusando-o de tentar minar a soberania nacional e promover a imigração em massa para a Europa.

⁵³ No curso da eleição de 2018, Salvini buscou aumentar a audiência política através de cinco grandes temas de forte impacto emotivo e político: a insegurança, o desemprego, a imigração, a identidade e a soberania. Os cinco temas não são exclusivos da linguagem populista, mas é possível dizer que formam o núcleo um discurso político que não apenas capturou a atenção dos indivíduos e das pessoas, mas soube construir uma retórica política que advoga para si a exclusividade da defesa do nível e do modo de vida de uma constelação de forças sociais que foram postas para fora do sistema de proteção econômico e político do capitalismo globalizado. A estratégia das postagens envolveu a divulgação de uma notícia do cotidiano ou a problematização de uma grave questão social, a agressiva imputação da culpabilidade às elites, a utilização de palavras em letra maiúscula e pontos exclamativos, a repetição de slogans, o convite para o leitor clicar em hashtags vinculativos que ampliam o alcance e a extensão das mensagens do líder (ZUIN, 2020, p.153).

⁵⁴ Em 2021, fora da agenda oficial, Bolsonaro e seus filhos se reuniram com a deputada alemã Beatrix von Storch; o avô da deputada, Lutz Graf Schwer, foi ministro de Estado de Hitler durante 12 anos. A deputada é do partido de ultradireita Alternativa para a Alemanha (AfD) e disse que gostaria de criar uma “Internacional conservadora” com Bolsonaro para internacionalizar “os valores cristãos e conservadores”. Segundo ela, o Brasil é “uma potência global e um aliado estratégico” (FERREIRA, 2023, p.18);

que seria a alma do povo francês. Patrick J. Geary demonstra que não são apenas os franceses que utilizam o medievo como forma de validação na formação de um povo:

Em 28 de junho de 1989, o ditador sérvio Slobodan Milosevic organizou uma manifestação com, segundo o que foi noticiado, mais de 1 milhão de pessoas em "Kosovo Polje", o "Campo dos Melros", onde, naquela mesma data em 1389, o exército sérvio havia sido derrotado pelos otomanos. Seu propósito declarado: reafirmar a determinação dos sérvios de nunca abandonar aquele território.⁶ No entanto, a reivindicação da maioria albanesa pode ter precedência sobre a dos sérvios, afinal esses haviam controlado Kosovo por menos de 300 anos, isto é, desde que haviam conquistado a região no século XI, quando os bizantinos a ocupavam. Já os albaneses afirmam descender dos antigos ilírios, habitantes nativos da região e portanto, de acordo com esta mesma lógica implacável, teriam "mais direito" a Kosovo. Essas reivindicações e contra reivindicações tiveram como consequências direta os horrores da Guerra de Kosovo (GEARY, 2005, p.18)

A busca por um passado que visa construir um senso de identidade coletiva dos países europeus não deveria se centrar na Idade Média, mas no século XIX. Conforme destaca Geary (2005, p. 27), aqueles que procuram entender a história das nações que povoaram a Europa na Alta Idade Média não devem começar no século VI, mas sim no oitocentos. O nacionalismo étnico é um fruto direto do século XIX, e as ferramentas para analisar a história foram forjadas nesse período. Nesse processo de formação dessas "comunidades imaginadas", há também a participação ativa de acadêmicos. Vimos Michelet imaginando a França, assim como Guizot construindo uma Europa. Esses historiadores românticos oitocentistas não tiraram suas perspectivas do passado do nada. "Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política" (GEARY, 2005, p. 29). Portanto, não se pode ignorar o papel da academia na construção da narrativa continuista nacionalista. O discurso acadêmico civilizatório, como o de Guizot e Michelet, criou uma ideia continuista de uma nação imaginada dentro de um contexto de nacionalismo crescente no século XIX. Esse discurso, trabalhado na academia, reverbera na política e chega aos nossos dias com uma nova face, já que a civilização não precisa mais se expandir, mas se defender.

O ponto central destacado por Patrick J. Geary (2005, p. 201) é que os grupos que viviam além do Reno e do Danúbio não constituíam comunidades etnicamente homogêneas. Pelo contrário, esses povos eram suscetíveis a transformações e formavam sociedades complexas. O continuísmo herdado do século XIX fez com que a historiografia persistisse em abraçar essa visão equivocada dos povos europeus. Assim, tanto a linguagem quanto a cultura desses grupos

eram heterogêneas, não sendo unificados por laços ancestrais. Portanto, a Alta Idade Média, frequentemente utilizada como argumento para a defesa de uma Europa etnicamente homogênea e culturalmente uniforme, continua sendo uma grande vítima do anacronismo arraigado nesse tipo de nacionalismo. Os principais afetados por esse discurso são os imigrantes estrangeiros, tratados como os novos "bárbaros".

4.2 Discurso civilizatório: perspectiva supranacionalista

O discurso civilizatório não é exclusividade dos nacionalistas; na verdade, esse tipo de retórica também se manifesta no supranacionalismo. A Europa fracassou em sua tentativa de erradicar o nacionalismo, e alguns líderes tornaram-se símbolos dessa empreitada para unir o continente europeu. Entre eles, podemos destacar a ex-chanceler alemã Angela Merkel e o presidente francês Emmanuel Macron (que atualmente vive seu momento de maior fragilidade) como grandes defensores da União Europeia. O discurso civilizatório europeu, promovido por esses líderes, deriva de uma concepção pré-estabelecida de Europa, com símbolos e valores ligados à cultura e à história do continente. Ribeiro ressalta a contradição em considerar esses símbolos e valores como unificadores, já que, muitas vezes, o percurso seguido foi justamente o oposto:

Ora, o que é curioso na cultura e história da Europa é que quase todos os elementos que compõem a sua história, a sua memória a sua experiência comum têm demonstrado igual capacidade de união e de separação. Por exemplo, quando o cristianismo é referido como base éticoreligiosa de todos os povos europeus, logo vêm à memória as guerras religiosas, as expulsões, os massacres e ainda hoje as diferenças nacionais, mesmo de "carácter nacional", são imputáveis às diferentes confissões cristãs. Este mesmo paradoxo encontramos em praticamente todos os traços históricos e culturais que se considera comporem o fundo histórico e cultural da Europa: o racionalismo, a Reforma, o imperialismo, a industrialização e o capitalismo, o nacionalismo, as utopias igualitárias ou a democracia, já para não falar nas remotas guerras inter-Estados (RIBEIRO,2004, p.6-7).

Paradoxalmente, o que une a Europa também a separa. Ao olharmos historicamente para a Europa, vemos uma grande concha de retalhos, um enorme conglomerado de culturas e povos diversos. O discurso encontrado no supranacionalismo europeu, assim como o nacionalista,

busca, de maneira diferente, símbolos de unidade no passado. Figuras que de alguma maneira tenham contribuído para a formação da Europa são resgatadas para buscar uma Europa que já era viva, dependendo da perspectiva, desde a antiguidade, como é o caso de François Guizot. Alguns acadêmicos recorrem à Idade Média para descobrir as raízes da Europa, como Le Goff.

O discurso civilizatório supranacionalista busca unir a Europa sem oferecer uma definição clara do que é a Europa. A ausência, ou mesmo a tentativa de encontrar uma resposta, frequentemente resulta na exclusão daqueles considerados não europeus, geralmente os que não nasceram no continente ou seus descendentes. A primeira tentativa de definir a Europa é mitológica, remontando à antiguidade. Contudo, conforme relata Enrique Dussel, essa Europa é filha de um rei fenício, ou seja, uma Europa oriunda do Oriente, contrastando com a visão da modernidade europeia. Dussel acrescenta que, durante a antiguidade, a região que hoje chamamos de Europa era habitada pelos "bárbaros". Os gregos da antiguidade tinham consciência de que a África e a Ásia não eram "bárbaras", ao contrário daquilo que viria a ser a Europa. Portanto, a Europa moderna não corresponde à Grécia da antiguidade. Dussel afirma: "Com isso, queremos deixar muito claro que a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa é um invento ideológico do final do século XVIII romântico alemão; trata-se, portanto, de uma manipulação conceitual posterior do 'modelo ariano', racista" (DUSSEL, 2005, p. 24). Tais argumentos entram em confronto direto com as ideias de continuidade de uma Europa como legado helenístico, em que o século XVIII desempenha um papel crucial na construção dessa narrativa.

Vejamos, por meio do discurso de Emmanuel Macron, o intuito de enaltecer a civilização europeia por meio da unidade:

Mas é preciso fazer mais, mais depressa. Pois existe a outra armadilha, a do *status quo* e da resignação. Perante os grandes choques do mundo, os cidadãos tantas vezes nos dizem: “Onde está a Europa? O que faz a Europa?”. Para eles, ela se transformou num mercado sem alma. Ora, a Europa não é meramente um mercado, é um projeto. Um mercado é útil, mas não deve fazer esquecer a necessidade de fronteiras que protegem e de valores que unem. Os nacionalistas enganam-se quando afirmam defender a nossa identidade com o recuo da Europa; pois é a civilização europeia que nos reúne, nos liberta e nos protege. Contudo, aqueles que não querem que nada mude também se enganam, pois negam os temores que os nossos povos sentem, as dúvidas que solapam as nossas democracias. Estamos a viver um momento decisivo para o nosso continente; um momento em que, coletivamente, devemos reinventar política e culturalmente as formas da nossa civilização num mundo em transformação. Chegou a hora do Renascimento europeu. Por isso, resistindo às tentações do recuo e das divisões, proponho-vos construirmos junto este Renascimento em torno de três ambições: *a liberdade, a proteção e o progresso*.ss (MACRON, 2019)

O texto acima é um trecho de um artigo escrito pelo próprio Macron no site do *Project Syndicate*, intitulado “*Pour une Renaissance européenne*”. Macron redigiu o texto em um período de crescente pressão na Europa, já que as eleições para o Parlamento Europeu estavam se aproximando. O presidente francês convoca a população a rejeitar uma possível ascensão dos nacionalistas no parlamento. Macron faz críticas contundentes ao *Brexit* e levanta uma série de desafios⁵⁵ enfrentados pela Europa, que, segundo sua perspectiva, uma nação isolada não poderia enfrentar sozinha. Como resposta ao ultranacionalismo, Macron propõe três ambições para um renascimento europeu: liberdade, progresso e proteção. No primeiro ponto, o presidente francês aborda a questão da liberdade, vinculando-a à democracia, e ressalta que ela é ameaçada por interferências estrangeiras. No tocante à proteção, Macron trabalha essa ambição para garantir a segurança das fronteiras, clamando por uma cooperação entre os países europeus para a proteção fronteiriça. A fragilidade das fronteiras seria, segundo ele, uma ameaça à segurança e à democracia. Quanto ao progresso, Macron enfoca principalmente as questões climáticas.

O clamor pela unidade como discurso civilizatório é amplamente evidente neste artigo, onde Macron é enfático ao afirmar que a civilização reúne, liberta e protege. Diferente da perspectiva nacionalista, o uso do discurso civilizatório busca criar um vínculo entre os povos europeus, promovendo uma identidade supranacional. O foco não está na civilização francesa, alemã, holandesa ou britânica, mas sim em uma grande civilização europeia, que une os indivíduos não com base em sua nacionalidade, não como franceses ou alemães, mas como europeus. No entanto, quem são os atores que se beneficiam dessa ideia de Europa? E como o imigrante é representado nessa concepção supranacional de Europa? Macron desempenhou um papel significativo ao apoiar a lei de imigração na França, conforme ele próprio ressalta: “Temos de lutar contra os fluxos de pessoas que chegam de forma irregular. Porque se não formos eficientes, não podemos processar os seus casos suficientemente rápidos para os enviar de volta. E essa é uma perda de controle.” Marine Le Pen e a FN celebraram a aprovação dessa lei⁵⁶, classificando-a como uma “vitória ideológica”. Em defesa da lei, Macron argumenta:

⁵⁵ E esse projeto continua a nos proteger hoje: que país pode enfrentar, sozinho, as estratégias agressivas de grandes potências? Quem pode almejar ser soberano, sozinho, perante os gigantes do setor digital? Como resistiríamos às crises do capitalismo financeiro sem o euro, que é uma força para toda a União? (MACRON, 2019)

⁵⁶ O projeto-lei altera as condições de acesso dos imigrantes a prestações sociais não contributivas, como os abonos de família, ajudas de custo de apoio à autonomia, ou direito à habitação. Passa a distinguir entre os que estão, ou não, “em situação de emprego”, estabelecendo um período de espera de cinco anos para os que não trabalham e de trinta meses para os restantes. O acesso a Ajuda Pessoal para o Alojamento, APL, foi um dos pombos da discórdia. Ficou previsto que o acesso fique dependente de uma permanência de cinco anos em França para os imigrantes que não trabalham e de três meses para os empregados. Estudantes estrangeiros, refugiados e titulares de uma carta de residente não são abrangidos por estas novas restrições. Aos estrangeiros que solicitem uma

“Quando se vive num bairro de classe trabalhadora e se tem problemas de segurança, quando se enfrentam as consequências da imigração ilegal, é-se a favor desta lei.” (OBSERVADOR, 2023). A questão da imigração expôs ainda mais o problema da identidade europeia, pois, mesmo dentro de uma perspectiva supranacional, o imigrante continua sendo visto como alguém que vem de fora e traz algum tipo de ameaça, seja econômica, política ou de segurança. Macron, por exemplo, utiliza o argumento relacionado à segurança pública.

Esta lei escancara um supranacionalismo de conveniência, no qual o convite à união de nações se restringe à Europa Central. A resposta dessa perspectiva supranacional não é aderir aos diferentes, mas unir os “iguais” por meio de uma tentativa de definir o europeu, excluindo o europeu não tradicional. A solução histórica para identificar esse sujeito europeu consiste em traçar a origem étnica e geográfica dos povos europeus, algo que se revela problemático em uma perspectiva de longa duração (GEARY, 2005, p. 54). Ao buscarmos a Europa, de qual Europa estariamos falando? Apenas de uma Europa singular? Contudo, não nos interessa encontrar uma “verdadeira Europa”, mas sim a narrativa que molda esse sonho de Europa. Esta narrativa unitária europeia ganha força a partir de 1973, com a Cimeira de Copenhaga⁵⁷. A

autorização de residência “de estudante” passará a ser pedida uma caução, para cobrir eventuais “custos de afastamento”. O acesso ao título de residência de “estrangeiros doentes” e à ajuda médica estatal será igualmente mais restrito, não podendo ser acordado, salvo algumas exceções, exceto se o “tratamento apropriado” não existir no país de origem. Se a segurança social francesa considerar que o requerente tem igualmente recursos suficientes para pagar o tratamento, não terá direito à assistência estatal. Quanto à regularização da permanência em França, um imigrante sem papéis não poderá pedir uma autorização de residência sem o aval do seu empregador, exceto se as autoridades locais o considerarem essencial para uma atividade económica específica. Os outros poderão pedir um visto de permanência de um ano, decidido caso a caso, desde que tenha residido três anos em França e exercido labor assalariado por pelo menos 12 meses dos anteriores 24. Uma restrição “experimental” que só entrará em vigor em finais de 2026. Está ainda previsto introduzir quotas imigratórias, a par de um debate parlamentar anual sobre a migração. A perda da nacionalidade passa a incluir os detentores de dupla nacionalidade condenados por homicídio voluntário de toda a pessoa representante de autoridade pública. Deixa de ser automática a atribuição da nacionalidade francesa aos nascidos em França de pais estrangeiros, tendo de ser pedida entre os 16 e os 18, sendo negada se a pessoa for condenada por violação da lei. O projeto-lei recupera ainda a figura de “delito de permanência irregular”, penalizado com multa sem detenção. Uma das conquistas do governo de Macron neste acordo é a proibição de colocar estrangeiros menores sob detenção. Para o reagrupamento familiar, as novas regras irão impor uma permanência mínima em França de 24 meses do requerente, devendo apresentar prova que recursos “estáveis, regulares e suficientes” e dispor de seguro de saúde (EURONEWS, 2023).

⁵⁷Base Jurídica

Os artigos 11.º e 191.º a 193.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) definem a UE como organismo competente em matéria de política ambiental. Os seus domínios de ação incluem a poluição do ar e da água, a gestão dos resíduos e as alterações climáticas.

Origem e evolução

A. Declarações internacionais

Em 1972, realizou-se em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Esta colocou as questões ambientais na vanguarda das preocupações internacionais e adotou princípios para uma boa gestão do ambiente, incluindo a Declaração de Estocolmo e o Plano de Ação para o Ambiente Humano.

Em 1992, realizou-se no Rio de Janeiro a «Cimeira da Terra». Esta conferência levou à adoção de muitas declarações influentes, como a Agenda 21, a Declaração do Rio, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

B. Tratados europeus

partir desse momento, introduzem-se euro-símbolos como a bandeira, o hino, o Dia da Europa, a cidadania, a moeda, as matrículas dos automóveis, as cartas de condução e as capitais europeias da cultura, entre outros. Através desses símbolos e de uma consciência histórica da Europa, busca-se criar uma identidade europeia. Nesta visão, o supranacionalismo supera o nacionalismo, que veste uma roupagem arcaica e ultrapassada. Ribeiro explica a dificuldade dos europeus em criar um vínculo com a Europa:

O vínculo dos europeus à Europa é de natureza substancialmente diferente daquele que os une às suas pátrias e centra-se: 1. no sentido de pertença ao espaço cultural europeu, 2. na comunidade de valores e 3. no projecto de unificação europeia da segunda metade do século XX. Nenhum destes elementos – ou todos eles em conjunto – reúne as condições históricas que estiveram na origem do Estado-nação moderno e da ideologia nacionalista que o sustentou. Pode dizer-se que, no quadro da União Europeia, a nacionalização da Europa vai a par da europeização das nações (RIBEIRO,2011, p.43).

As tentativas de vincular o europeu à Europa por meio da criação de símbolos e da utilização do passado para decretar uma identidade europeia revelam-se excludentes para aqueles que compõem a Europa do século XXI, distinta da Europa medieval e moderna. Isso torna o uso de certos símbolos de unidade europeia, como o de Carlos Magno, inadequado e anacrônico. A Europa está em constante transformação, e o resgate da longínqua Europa medieval para legitimar uma suposta união da Europa contemporânea demonstra-se falho ao ignorar as dinâmicas demográficas que moldaram o continente ao longo dos séculos. Portanto,

Em 1972, o Conselho Europeu, reunido em Paris, declarou a necessidade dumha política comunitária do ambiente que acompanhe paralelamente as políticas económicas e apelou à elaboração dum programa de ação destinado a preservar e melhorar o ambiente e a combater a poluição e as perturbações.

Em 1987, o Ato Único Europeu introduziu um novo título «Ambiente» (Título VII), que constituiu a primeira base jurídica para uma política comum do ambiente. Este visa preservar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana e assegurar uma utilização racional dos recursos naturais. As revisões posteriores do Tratado reforçaram o compromisso assumido pela Europa em matéria de proteção ambiental e o papel do Parlamento Europeu no respetivo desenvolvimento. Em 1993, o Tratado de Maastricht fez do ambiente (Título XVI) um domínio de intervenção oficial da UE. Este introduziu o processo de codecisão e tornou a votação por maioria qualificada no Conselho a regra geral. Além disso, instou os Estados-Membros a avaliarem o seu impacto ambiental e a defenderem o princípio do crescimento sustentável. Em 1999, o artigo 3.º-C do Tratado de Amesterdão impôs a integração da proteção do ambiente em todas as políticas setoriais da UE, a fim de promover o desenvolvimento sustentável. Em 2007, o Tratado de Lisboa fez das alterações climáticas e do desenvolvimento sustentável uma prioridade. Este também conferiu personalidade jurídica à UE para celebrar acordos internacionais.

Estes progressos reforçaram o papel da UE enquanto interveniente-chave no domínio ambiental a nível mundial, assumindo a liderança com iniciativas fundamentais como o Pacto Ecológico Europeu e a Lei Europeia em matéria de Clima (PARLAMENTO EUROPEU, [s.d.]).

"Os francos que nasceram com o batismo de Clóvis não eram os franceses de Carlos Magno nem o povo francês que Jean-Marie Le Pen esperava" (GEARY, 2005, p. 183).

No fim, tanto a visão nacionalista quanto a supranacionalista acabam, de maneiras distintas, por excluir os divergentes. Enquanto a perspectiva ultranacionalista se coloca como superior ao estrangeiro, o supranacionalismo europeu promove uma união conveniente apenas para uma Europa ocidental, que fecha suas fronteiras, como evidenciado pela legislação imigratória francesa. A ex-chanceler alemã exemplificou, ao dialogar com uma menina palestina, como o imigrante é institucionalmente excluído. Merkel afirmou que nem todas as pessoas em busca de melhores condições de vida poderiam ser acolhidas pela Alemanha (SOUZA, 2021, p. 163). Merkel tem sua carreira enaltecida por defender a "Comunidade Europeia". Mas qual Europa seria essa? A dos livros de história oitocentistas, que delineiam um modelo europeu historicamente estabelecido. Eric Hobsbawm concorda que esta é uma "Comunidade da Europa Ocidental". Assim, "a Europa é um clube cuja filiação está aberta apenas a candidatos considerados convenientes pelo conselho do clube [...]" (apud SOUZA, 2021, p. 169). Este clube não acolhe com entusiasmo imigrantes e refugiados.

Historiadores têm, em grande parte, responsabilidade pela criação desses mitos de continuidade. Nos capítulos anteriores, vimos dois historiadores que contribuíram para esse mito, intimamente ligado ao discurso civilizatório que sustenta uma suposta superioridade da civilização europeia, como Guizot argumenta no início de sua obra. Assim, constrói-se uma história contínua e linear da Europa e de seus povos, o que leva à legitimação de tradições mantidas com o intuito de estabelecer uma identidade comum. Carlos Magno surge como um desses símbolos de unidade, mesclando o mítico com a tradição. O discurso civilizatório europeu encontra em Carlos Magno esse emblema de unidade e civilização, muitas vezes sendo ele considerado o primeiro europeu.

4.3 O prêmio Carlos Magno e a narrativa de unidade europeia

Um dos grandes esforços simbólicos em prol da unidade europeia é o Prêmio Carlos Magno. Esse prêmio desempenha o papel de homenagear personalidades que contribuíram para o fortalecimento da unidade europeia. A descrição do próprio site do prêmio destaca sua origem e papel histórico:

In the fall of 1944, Aachen was the first major city in West Germany to be liberated by the Allied Forces. While war and persecution continued in other parts of Germany until May 8, 1945, a spirit of optimism became evident in Aachen. After the years of Nazi rule, new political and social ideas began to take hold. Although everyday life was still plagued by material hardships, people were looking for a new moral and spiritual direction. The Allies' collaboration in the late 1940s did not provide a plan for how Europe could work together in the future. Instead, Germany and Europe were divided into eastern and western halves. The bitter experiences of two World Wars were followed by the Cold War, which shaped initial attempts at European cooperation. Even before 1949, early organizations were formed in which the Western European states worked together on an economic, political and military level; these included the Council of Europe, the Organization for European Economic Co-operation (OEEC) and the Brussels Pact. However, when the British broke off negotiations in 1948 for a customs union with the French government, and stopped development work on the Council of Europe in the following year, efforts toward West European integration were plunged into a deep crisis. These were the conditions that inspired a group of Aachen citizens to send out a widespread call for European unity on December 19, 1949. The founder, Dr. Kurt Pfeiffer, cleverly took advantage of the symbolism of the approaching Christmas season, and the Jubilee year that had been announced by the Pope, to suggest an 'annually awarded prize for the most valuable contribution to West European understanding.' Pfeiffer's idea was a success. Within a few days, the proclamation of the prize appeared, and the Charlemagne Prize Society was created in March 1950. The prize was first awarded on May 18, 1950, to the founder of the Pan-European movement, Count Richard Coudenhove-Kalergi. The Charlemagne Prize was the first political prize granted in the recently established Federal Republic of Germany " (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

A Sociedade para a Concessão do Prêmio Internacional Carlos Magno de Aachen⁵⁸ é responsável pela outorga do prêmio⁵⁹. A organização define-se como um prêmio cidadão, pois qualquer pessoa pode submeter indicações. O Prêmio Carlos Magno conta com a participação ativa de diversos países europeus, sendo patrocinado por líderes de Luxemburgo, Bélgica,

⁵⁸ Aachen, denominada Aix-la-Chapelle em francês, foi um proeminente centro político e religioso de extrema relevância na Europa medieval. Localizada na encruzilhada das atuais Alemanha, Bélgica e Países Baixos, sua posição estratégica transformou em um ponto de confluência para influências culturais e políticas ao longo dos séculos. A cidade alcançou notoriedade, sobretudo, durante o reinado de Carlos Magno no século VIII, quando ele a escolheu como sua principal residência e capital do Império Carolíngio. Aachen tornou-se o epicentro do poder político imperial, servindo como sede governamental e local de encontro para diplomatas e líderes de toda a Europa.

⁵⁹ The Charlemagne Prize is a citizens' prize, in the best sense of the word. Anyone can submit nominations for laureates, and the selection is made by the Board of the 'Society for the Conferring of the International Charlemagne Prize of Aachen.' By virtue of their offices, the Lord Mayor, the Cathedral provost and the principal of RWTH Aachen University all belong to this board. In addition, there are seven elected members and five additional members representing the parties of the City Council. Moreover, the Board nominates two so-called 'citizens of the world' who are interested in European issues but do not come from Aachen. Two other members represent the Charlemagne Prize Foundation. The Board of Directors holds confidential discussions about the nominees. Once it has chosen a candidate, the candidate is offered the prize. Once the prize has been accepted, the decision is announced publicly and an explanation is given. The Board of Directors then organizes the award ceremony and chooses a speaker. The Society for the Conferring of the International Charlemagne Prize of Aachen, headed by the Board of Directors, includes a maximum of 165 members, representing the intellectual and economic life of the city (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

Áustria, Espanha e Alemanha. Isso contribuiu para o aumento da influência e da expansão do prêmio⁶⁰. A instituição responsável pelo prêmio busca promover a participação supranacional europeia, com o objetivo de demonstrar um compromisso mútuo com a unidade do continente europeu.

A Sociedade do Prêmio Carlos Magno foi fundada em março de 1950, tendo entre seus criadores⁶¹ figuras como Kurt Pfeiffer, Albert Maas, Albert Servais e o Bispo Johannes Josef van der Velden, entre outros. Em um de seus primeiros discursos, os fundadores apelaram à unidade da Europa Ocidental frente à ameaça comunista, que se intensificava especialmente no período pós-guerra:

The city of Aachen, once the focus of the entire occidental world and which then became a city on the border, has always consciously been aware of its historical problem with true unity: “communication and overcoming boundaries”. Blood ties bind the inhabitants of our city with populations in neighbouring states and there have always been intellectually superior and forward-looking men in Aachen who fought against national prejudice and assumed interests to find and unite occidental space and culture. After two world wars, which had a particularly negative influence on the marginality of our city and when honest attempts over several generations to overcome imagined national differences turned out to be futile, our wreckage of a sunken city struggles on for its right to exist. However, boosted by its terrible

⁶⁰ In 1997, seeking to strengthen the idea of the Charlemagne Prize, Mayor Dr. Jürgen Linden and the Chair of the Charlemagne Prize Board, Consul Hugo Cadenbach, created the ‘Foundation of the International Charlemagne Prize of Aachen.’ Since 2005, the foundation has been under the patronage of the leaders of Spain, Belgium, Luxembourg, Austria and Germany. The foundation’s committees include political, economic and cultural figures from all over Europe. In addition to conferring the prizes, these figures provide extra incentives for European unity. To this end, among other things, the foundation established two new discussion forums: the ‘Charlemagne Prize Discussion’ in the European Parliament in Brussels, and the ‘Charlemagne Prize Forum on Europe,’ which takes place in Aachen the day before the award ceremony. Together with the European Parliament, the foundation also awards the ‘European Charlemagne Youth Prize (International Charlemagne Prize of Aachen, n.d.).’ (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

⁶¹ The idea for the Charlemagne Prize came about in a meeting of the ‘Corona Legentium Aquensis,’ a literary society founded by Kurt Pfeiffer in 1946. The group served as a discussion forum for Aachen’s high society; it organized exhibitions and invited politicians, scientists and artists from all over Europe to give presentations in Aachen. In a speech, Pfeiffer sketched out the situation of the Cold War, which was just beginning, and warned about the effects it would have on the young Federal Republic of Germany. Referring to the ideas of British historian Arnold J. Toynbee, he called upon all Western Europeans to take responsibility for European unity, and in particular for the peaceful resolution of political conflicts. The proposed international prize was primarily intended to win over the Western public to the idea of a united Europe. Pfeiffer’s speech essentially described all of the characteristics that would become the Charlemagne Prize—other than the date for the award ceremony, for which he initially suggested the highly symbolic 1st of May rather than Ascension Day. Pfeiffer won the support of the city’s most important representatives of politics, culture, economics and academia. In the Proclamation of Christmas 1949—the prize’s foundational document—Aachen’s border location is interpreted as an obligation to mediate between peoples and to overcome “national narrow-mindedness.” By using the name of Charlemagne, the proclamation also included the idea of the Christian Occident—symbolically looking backward to the Carolingian Empire as inspiration for unity in administration, culture, religion, legislation and writing, while pointing the way toward the future with a model for the task ahead: the economic and political unification of Europe. The proclamation is thus also an artifact of its era, shaped by an anti-communist European image with strong Catholic tendencies (International Charlemagne Prize of Aachen, n.d.). (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

experiences, it is ready, now more than ever, to advocate western unity and, as an essential preliminary step towards this, economic unity. As advances in humanity have always stemmed from inspirational characters who, despite all opposition, have devoted themselves completely to their beliefs, it must be useful and beneficial to use these men as examples and to imitate and realise their beliefs. Because of this, a number of residents of our city, Aachen, who will always, because they were born here or have fulfilled their life ambitions here, be linked to this area, agreed to INTERNATIONAL PRIZE OF AACHEM which is to commemorate the great founder of western culture and is to be named "THE CHARLEMAGNE PRIZE OF THE CITY OF AACHEM". It will be awarded annually to commendable individuals who have encouraged political, economic and intellectual ideas on western unity. In collaboration with the mayor, the Chief Municipal Director, the Bishop of Aachen, the Vice Chancellor of the Technical University and further representatives of business and intellectual life, an organisation has been founded in our city, that will carry out the tasks linked with the awarding of the "Charlemagne Prize of the city of Aachen." This organisation, charged with acting and speaking in the name of our great historical traditions, shall nominate a prize winner in 1950 and, after a vote, publically announce the winner. This does not only aim to continually highlight the unsolved problem of European unity, but it will try to also indicate practical solutions to this pressing issue. It also does not only strive for the understanding and cooperation of Aachen's population, but of the entire western world as well (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEM, [2024]).

Em sua gênese, o prêmio apresenta um forte caráter ocidentalista, sustentando a ideia de um Ocidente Cristão. Carlos Magno surge como uma figura emblemática por representar um soberano que desempenhou um papel crucial na expansão da fé cristã e na promoção de valores estimados por esse grupo de fundadores, como aspectos culturais, legislativos e políticos. Ele é visto como o rei que unificou e moldou o Ocidente Cristão. Aqui se destaca a presença do mito do "Pai da Europa" ou do "Primeiro Europeu". O mito de Carlos Magno torna mais tangível a noção de identidade europeia; ter essa figura como símbolo dominante auxilia uma Europa, que se destruiu nas grandes guerras, a encontrar um ponto de convergência para sua unificação. Compreender o mito de Carlos Magno não é apenas preservar sua memória; revivê-lo é uma prática constante desde seu tempo, mantida ao longo dos séculos com diferentes propósitos. Nesse contexto, ele é lembrado como um unificador.

Os fundadores do Prêmio Carlos Magno aspiravam unificar uma Europa específica, exclusivamente Ocidental, algo refletido na escolha dos laureados. O prêmio surgiu em um contexto de Guerra Fria, onde havia uma clara divisão entre a Europa Ocidental e Oriental. Christoph Brüll, em um artigo analisando os vencedores do prêmio entre os anos de 1950 e 2014, levanta uma provocação pertinente ao questionar: "*Pater europae or premier anticommuniste?*" Brüll (2015, p. 845) identificou uma predominância marcante dos países ocidentais na concessão do Prêmio Carlos Magno. Durante esse período, Alemanha e França destacaram-se como os grandes vencedores, cada uma com nove prêmios. Os italianos foram

homenageados cinco vezes e, com o tempo, houve uma maior diversidade entre os laureados. Contudo, os países pertencentes ao antigo bloco socialista do Leste Europeu foram contemplados apenas cinco vezes. O sentimento anticomunista que permeava o pensamento ocidental durante a Guerra Fria claramente influenciou a exclusão dos países socialistas daquilo que o Ocidente considerava ser a verdadeira Europa.

Afinal, o prêmio emerge e se consolida em um contexto no qual o Ocidente se posiciona como antagonista do Oriente, circunstância em que grupos conservadores exerceram maior influência na escolha dos laureados. Nesse cenário, Carlos Magno e o prêmio que o simboliza tornam-se emblemas de uma Europa com fronteiras estrategicamente abertas para um grupo seletivo e ocidental. Assim, configura-se um Ocidente reimaginado, historicamente unificado pela figura do imperador Carlos Magno, que, à época, se via ameaçado pela URSS, demandando um fortalecimento cultural frente à potência socialista (BRÜLL, 2015, p. 848).

O Prêmio Carlos Magno também aparece como uma união franco-prussiana, ao colocar um símbolo estimado por ambos os povos com o objetivo de promover a unidade. Além disso, os principais laureados são alemães e franceses. Herman Van Rompuy argumentou que Carlos Magno foi o último a reinar sobre a Alemanha e a França, sendo, portanto, um símbolo ideal para representar a união entre esses povos. No entanto, como bem sabemos, Carlos Magno não reinou sobre franceses e alemães propriamente ditos. Em vez de essas duas nações disputarem a quem Carlos Magno pertence, sob essa perspectiva pan-europeia, o imperador dos francos pode pertencer a ambos e, ao invés de separá-los, ele tem o poder de uni-los.

Carlos Magno emerge como um símbolo de legitimidade amplamente utilizado para diversos fins. No entanto, é possível destacar dois contextos em que o imperador se sobressai: a legitimação e a unidade. Para a legitimação e unificação, o imperador carolíngio serviu como instrumento em discursos que beneficiavam determinados líderes. Carlos V, por exemplo, recebeu uma dedicatória na primeira edição impressa da *Vita Karoli*. Na França, o primeiro mapa do império carolíngio, elaborado em 1623, foi criado para Luís XIII, que vislumbrava a expansão da França para o Leste. Napoleão, por sua vez, revisitou o papel da Renânia, ou Mídia francesa, no império de Carlos, especialmente o centro histórico situado entre o Mosa e o Reno, conhecido desde meados do século IX como Lotaríngia, a Terra de Lotário. Essa região revelou-se de grande importância para o império de Napoleão (NELSON, 2013, p. 143). Esse princípio distante e idealizado aparece frequentemente como um mito. Os mitos ainda tocam o imaginário, desempenhando um papel crucial na manutenção da consciência de um mundo que parece remoto, seja ele divino ou o distante mundo dos ancestrais, como aparenta ser a Europa

carolíngia. No entanto, esse mito é utilizado como um espelho para uma Europa que busca sua identidade, ressignificando símbolos.

Em uma Europa transnacional, Carlos Magno ainda tem um papel a desempenhar? O Prêmio Carlos Magno, que até o período em que esta pesquisa foi escrita permanece ativo, evidencia o papel que o imperador continua a desempenhar na modernidade como um símbolo transnacional. Já não importa se Carlos Magno é francês ou alemão, como em algumas discussões do século XIX. Neste momento, Carlos Magno é europeu. O discurso transnacional proferido durante a entrega do prêmio é frequentemente acompanhado de um discurso civilizatório, seja de maneira velada ou explícita. O prefeito Hermann Heusch, ao entregar o prêmio ao laureado Paul Henri Spaak⁶², afirmou que foi a partir de Aachen que Carlos Magno construiu um império que abrangia toda a Europa civilizada. Joseph Luns⁶³, premiado em 1967, exaltou Carlos Magno como um verdadeiro europeu, atribuindo ao seu reinado a missão de unir a Europa. Um discurso que ilustra a continuidade da narrativa do Prêmio Carlos Magno é o de Herman Van Rompuy,⁶⁴ laureado em 2014. Van Rompuy exaltou Carlos Magno como "pai" e "unificador da Europa" e expressou sua satisfação com os 1200 anos de história contínua da

⁶² Biography: Born on 25th January 1899 in Schaerbeek near Brussels. Studied Law in Brussels and was conferred a doctorate (LLD); he practiced as a lawyer in Brussels from 1921 bis 1931. In the period from 1932 to 1966 he was a Member of the Belgian Parliament for the Socialist Party for a total of 30 years; he held several ministries, amongst others he was Foreign Minister on several occasions (1936 to 1938; 1939 to 1945; 1945 to 1947; 1954 to 1957; 1961 to 1966) and Prime Minister (1938 to 1939; 1947 to 1950). In 1946 he presided over the first session of the General Assembly of the UN. He drafted the plan for the Belgian–Dutch–Luxemburg union and, as advocate of a European agreement, played a decisive role in the establishment of the European Coal and Steel Community and the European Economic Community. He was Secretary General of Nato from 1957 to 1961. Died on 31st July 1972 (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

⁶³ Biography: Born on 28th August 1911 in Rotterdam. Studied Law at the University of Leiden and the University of Amsterdam, 1937 doctorate (LLD); 1937–1938 studied at the London School of Economics and the University of Berlin. In 1938 he entered the Dutch Foreign Service and held various positions abroad, the last ones being Attaché and envoy at the UNO in New York (1949–1952). Afterwards he became Minister without Portfolio (1952–1956), and later from 1956 to 1971 was Foreign Minister. In this function he campaigned for the European union and played a leading role in the negotiations for the establishment of the European Economic Community. From 1971 to 1984 he was Secretary General of NATO. Died on 17th July 2002 (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

⁶⁴ Biography: Elected as the first full-time President of the European Council in November 2009, Herman Van Rompuy took office when the Lisbon Treaty came into force on 1 December 2009. In 2012, he was re-elected for a second term starting on 1 June 2012 and running until 30 November 2014. At the time of his first election, Herman Van Rompuy was Prime Minister of Belgium. Prior to that he had served in Belgium as Speaker of the House of Representatives (2007–2008) and in several government positions, including as Vice-Prime Minister and Minister of Budget (1993–1999), Minister of State (2004) and Secretary of State for Finance and Small Businesses (1988). A former economist at the National Bank of Belgium, Herman Van Rompuy began his political career in 1973 as national vice-president of his party's youth council. He has held various responsibilities within his party and in the Belgian Parliament, serving in turn as Senator (1988–1995) and Member of Parliament (1995–2009). Herman Van Rompuy holds a Bachelor in Philosophy, and a Master in Applied Economics from the university K.U. Leuven. He was born in Etterbeek, Belgium, on 31 October 1947 (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

Europa. O rei espanhol Juan Carlos⁶⁵, laureado em 1982, ao ressaltar a vocação trans-europeia da Espanha, afirmou que certamente Carlos Magno estaria entre seus ancestrais. O ex-presidente da República Federal da Alemanha Karl Carsten⁶⁶, ao receber o prêmio em 1984, alega se orgulha da preservação do dialeto franco de Carlos Magno. Além desses, outros discursos associados ao Prêmio Carlos Magno, como os de Franz Blücher (político alemão), Jean-Claude Juncker (ex-presidente da Comissão Europeia), Helmut Kohl (ex-chanceler alemão) e Jean Rey (ex-presidente da Comissão Europeia), fazem apelos à Europa cristã legada por Carlos Magno. Essa Europa carolíngia seria vista como um modelo para a construção da Europa moderna (BRÜLL, 2015, p. 849).

O discurso de Angela Merkel ao receber o Prêmio Carlos Magno em 2008 evidencia que essa retórica civilizatória, em prol de um modelo de sociedade europeia, ainda se faz fortemente presente:

The European Union is the best answer to the great challenges of our time—challenges which individual countries can no longer master alone. Globalization is not something that we must fatefully surrender to. No, we have the chance and the duty to form globalization. For this we must combine our political strength. Only in this way will our European model of economics and society assert itself in times of globalization. [...] We want to retain our model of European society and continue to develop, because we are convinced of its rightness, because its benefit is tangibly perceptible by the people—in economics, work, political and private life. This benefit

⁶⁵ Biography: Born on 5th January 1938 in exile in Rome, where he remained until 1947. He was educated by private teachers and from 1948 on Franco's orders in Spanish schools. From 1955 to 1960 he attended various Spanish military academies. Tutored by university professors he then studied Political Sciences, Economics, Philosophy and the History of Literature at his residence near Madrid. In July 1969 he was sworn in as Prince of Spain; later he was promoted to the ranks of General and Admiral and assigned representational duties. Two days after Franco's death he was crowned King of Spain (1975); he supported the development of political parties as well as the modernization of the country and played a decisive role in its democratization. After the first free elections in 1976 he appointed Adolfo Suárez as Prime Minister, whose government advanced democratic reforms (in 1978 a modern constitution was adopted). At the attempted coup by officers of the Guardia Civil (1981) he aligned himself with the democratization process leading to the failure of the coup.

⁶⁶ Biography Born on 14th December 1914 in Bremen. Studied Law and Political Science at the Universities of Frankfurt, Munich, Königsberg and Hamburg, doctorate (LLD) in 1937. After military service (1939–1945) he practised as a lawyer in Bremen. From 1949 to 1954 he was legal advisor for Bremen, representing Bremen at the central government in Bonn. In 1952 he qualified as a professor at Cologne University; where in 1960 he became Director of the Institute of Law of the European Communities. From 1954 to 1955 he represented the Federal Republic of Germany as Delegate in the Council of Europe. Afterwards he worked in the Ministry of Foreign Affairs and was amongst other things responsible for preparing the negotiations on the Treaties of Rome. In 1960 he became initially Secretary of State at the Ministry of Foreign Affairs (1960–1966), then in the Ministry of Defence (1967) and later Director at the Chancellor's Office (1968–1969). From 1970 to 1972 he headed the Research Institute of the German Council on Foreign Relations. He was elected in 1972 as Member of Parliament for the CDU; in 1973 he became chairman of the CDU/CSU parliamentary group. From 1976 to 1979 he was President of the Bundestag. From 1979 to 1984 he held the office of President of the Federal Republic of Germany. Died on 30th May 1992 (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).

continues to result from the successful combination of freedom and ordered competition on one hand and from social responsibility and solidarity on the other. In this context there are challenges to be met on every level. (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).⁶⁷

Merkel sustenta que o modelo europeu de economia e sociedade é o mais adequado e que ele oferece maiores benefícios à população. A defesa desse modelo europeu se apresenta como a única alternativa viável. Em determinado ano, Merkel foi responsável por entregar o Prêmio Carlos Magno a Emmanuel Macron, um de seus grandes aliados na defesa da unidade europeia. A ex-chanceler alemã destacou as qualidades que fazem de Macron um legítimo merecedor do prêmio, afirmando que ele possui três virtudes que justificam sua honraria. A primeira é sua capacidade de compreender o que une a Europa. A segunda é seu discernimento sobre onde e como a Europa deve se desenvolver. A terceira virtude é seu entusiasmo inabalável pela Europa. Ao ser laureado, Macron pronunciou-se contra o nacionalismo e defendeu a zona do euro, a inovação digital, o combate às mudanças climáticas, uma política comercial mais protecionista e uma política de imigração mais coesa.

Ao longo das décadas, os discursos se mantêm coerentes em relação ao esforço de trazer unidade a uma Europa que olha para si. Todavia, o discurso que certamente deu o tom ao que seria o Prêmio Carlos Magno é de Richard Nikolaus⁶⁷ Conde de Coudenhove-Kalergi, criador do movimento pan-europeu. Vejamos um trecho de seu discurso ao ser laureado em 1950:

‘The “Union Charlemagne” should [...] be established not as an economical union but as a six-state confederacy: Germany, France, Italy, Belgium, The Netherlands, and Luxembourg. We are dealing with no less than the renewal of the Karolinger Empire on a democratic, federal and social basis. [...] Therefore I appeal to all those of good will to bring a movement to life for the total reconciliation between the Germans and the French through the renewal of the Empire of Charlemagne as a confederacy of free nations. Today this Charlemagne movement should stem from Aachen in the memory of that German–French emperor, to transform Europe from a battlefield of recurring world wars to a peaceful and blooming worldly empire of free people!’ (INTERNATIONAL CHARLEMAGNE PRIZE OF AACHEN, [2024]).⁶⁷

⁶⁷ Em 1923, o aristocrata e político austríaco Richard Nikolaus von Coudenhove-Kalergi publicou a sua obra *PanEuropa*, na qual defendia a criação de uma federação de Estados europeus a partir da formação de uma unidade política supranacional para a qual os Estados europeus concederiam parte de sua soberania. Seu principal objetivo era seguir os ideais dos seus predecessores do século XIX: manter a paz, permitindo que a Europa competisse de forma mais eficiente nos mercados mundiais (CARVALHO, 2020, p.109).

Nikolaus evoca uma imagem de Carlos Magno como figura tanto francesa quanto alemã e sugere que, através da renovação do Império Carolíngio, a união entre esses povos poderia ser alcançada. Assim, a memória do imperador dos francos teria o poder de transformar uma Europa devastada pela guerra em um império de paz. Todos os discursos analisados até o momento exaltam o modelo europeu de comunidade como algo digno de admiração. Esse ideal de civilização europeia é concebido como o passado, o presente e o futuro, sendo idealizado por líderes e intelectuais como o ápice do desenvolvimento civilizatório e a única trajetória viável. Sobre isso, creio que "Essa é a concepção segundo a qual nos encontramos numa linha de chegada: sociedade sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado, universal, que torna desnecessária a política, na medida em que já não há alternativas possíveis a este modo de vida." (LANDER, 2005, p. 8).

Carlos Magno é, de fato, o símbolo ideal de unidade? Durante o reinado de Luís, o Piedoso, críticas constantes à figura de Carlos Magno se fizeram presentes, conforme discutido no primeiro capítulo. Eginhardo desempenhou um papel crucial ao moldar a imagem de Carlos Magno em sua *Vita Karoli*, em um momento marcado por diversas críticas ao imperador, muitas delas devido ao seu comportamento considerado licencioso. Colby Turberville (2013, p. 5), ao discutir a construção dessa imagem, destaca o papel dos sábios da corte, que forneceram recursos que seriam utilizados pelas gerações posteriores. O legado de Carlos Magno, criado por esses eruditos, especialmente por Eginhardo, é um princípio magnânimo. No entanto, não temos um entendimento claro sobre seu comportamento real, suas ideias, temperamento ou religiosidade; o que temos, em grande parte, é uma versão idealizada de Carlos Magno, criada por sua corte. Turberville vê a participação de Eginhardo na construção dessa imagem de forma tão relevante que o chama de "salvador". O autor acredita que Eginhardo revitalizou a figura de Carlos Magno e que, sem ele, o imperador dos francos não teria alcançado tanta popularidade. Eginhardo teria apresentado Carlos Magno como um homem virtuoso e respeitável, algo não tão presente nos tempos de Luís I. Portanto, sem Eginhardo, teríamos uma lenda sobre Carlos Magno diferente daquela que conhecemos.

Outro momento de suma importância para a construção da imagem de Carlos Magno são as Cruzadas. A figura de Carlos Magno é invocada para representar o ideal do homem europeu, incorporando valores como obediência, piedade e humildade, virtudes essenciais para os cruzados. A invocação de Carlos Magno para fins de legitimidade ocorreu em diversas ocasiões e, muitas vezes, de maneira eficaz (TURBERVILLE, 2013, p. 11). Carlos Magno, ao longo dos séculos, atravessa períodos de construção e de invocação, como evidenciado ao longo desta pesquisa. O século XIX contribuiu significativamente para a sua imagem como

civilizador, algo diretamente associado à sua identidade como europeu, pois, como vimos, o conceito de civilização desenvolveu-se em paralelo ao da Europa moderna.

O que a Sociedade do Prêmio Carlos Magno e seus associados buscam é perpetuar um legado de unidade política atribuído a Carlos Magno. Eles recorrem à Alta Idade Média em busca de um discurso histórico que sustente seus esforços para unir a Europa no período pós-guerra. No entanto, o que encontramos na Alta Idade Média é uma diversidade política (SCALES, 2022, p. 333). As visões nacionalistas do século XIX contribuíram para a construção do mito dos "pais fundadores", no qual Carlos Magno é considerado o pai da Europa. Nesse contexto, ocorre uma substituição de dualidades: o antigo conflito entre cristãos e pagãos é trocado pelo dilema entre o bárbaro e o civilizado, com o foco do conflito centrado nas fronteiras (SCALES, 2022, p. 333).

As intenções de unificação política por parte dos carolíngios são extremamente duvidosas. Nenhum dos grandes senhores francos da dinastia de Pepino, o Breve, visava um único herdeiro. Pepino desejava que Carlos Magno e Carlomano dividissem o território, enquanto Carlos Magno pretendia repartir seu vasto império entre seus filhos Luís, Pepino e Carlos. Contudo, com a morte de Carlos e Pepino, apenas Luís permaneceu como herdeiro. Luís, por sua vez, foi quem efetivamente implementou a divisão política e territorial do império carolíngio, repartindo o território entre seus filhos. O marco significativo para a fragmentação política do império carolíngio foi o Tratado de Verdun. Este tratado dividiu o território em três reinos independentes, entre os três filhos de Luís I: Luís, Carlos e Lotário (TURBERVILLE, 2013, p. 10). O império carolíngio, portanto, resultou em uma Europa fragmentada e politicamente dividida. Diante disso, como podemos falar em um projeto unificador se esses governantes tinham um plano de separação territorial, que foi concretizado pelo Tratado de Verdun? Creio que Scales (2022, p. 359) tem razão ao afirmar que os carolíngios nunca conseguiram superar completamente as divisões intrínsecas no continente europeu.

O discurso civilizatório está presente tanto na historiografia quanto no discurso político. A defesa da civilização surge como uma defesa da unidade e de uma identidade europeia. Essa identidade europeia é apresentada como historicamente construída, com base predominantemente no período medieval. O discurso civilizatório se revela como continuista, e o Prêmio Carlos Magno ilustra como a recuperação da figura do imperador dos francos para a manutenção da unidade europeia continua a ser relevante até os dias atuais. Esse discurso é excludente, pois fecha suas fronteiras a novas contribuições, e uniforme, ao criar uma identidade europeia que considera apenas a contribuição de certos povos, excluindo outros.

Além disso, é problemático por definir a civilização europeia como já construída, sem abertura para novas participações.

O discurso civilizatório serve tanto a visões nacionalistas quanto a supranacionais. O grande problema desse discurso é sua tentativa de validação histórica através de uma narrativa de continuidade. Além disso, o discurso civilizatório necessita de seu principal antagonista para funcionar; o bárbaro não deixou de ser o inimigo da dita civilização, apenas mudou de face: de pagão para imigrante. Assim, conclui-se que, enquanto o discurso civilizatório persistir, a Europa enfrentará desafios intrínsecos à sua própria definição de identidade, que ora une, ora exclui, sempre em busca de uma narrativa que justifique sua supremacia histórica.

CONCLUSÃO

A civilização como discurso torna-se perigosa, especialmente ao encontrar a História. Isso ocorre porque a ideia de civilização, enquanto construção discursiva, frequentemente legitima exclusões e hierarquias culturais, apresentando determinados grupos ou sociedades como superiores a outros. Observamos, ao longo desta pesquisa, o quanto essa união fomentou discursos altamente excludentes, que serviram como ferramentas para justificar projetos de dominação ou afirmação identitária.

Figuras do medievo, como o franco Eginhardo, que se apresenta como leal servo de Carlos Magno, cumprem um papel no discurso civilizatório ao terem suas obras instrumentalizadas por uma historiografia com propósitos de construção identitária, seja ela nacional ou transnacional. *Vita Karoli*, a biografia escrita por Eginhardo sobre a vida de Carlos Magno, é uma das obras mais relevantes de sua época. Nela, o autor descreve o imperador franco como um monarca poderoso, sábio e piedoso, atributos que legitimavam sua posição de liderança e reforçavam a visão de um império ordenado e cristão. Embora a intenção inicial de Eginhardo fosse exaltá-lo em um contexto específico do século IX, sua obra acabou marcando profundamente o imaginário europeu e servindo de referência para inúmeras reconstruções históricas nos séculos seguintes.

Carlos Magno foi, ao longo do tempo, diversas vezes desconstruído e reconstruído para diferentes propósitos. No século XIX, por exemplo, o imperador dos francos tornou-se símbolo de debates sobre identidade nacional, principalmente em países como Alemanha e França, que disputavam seu legado como parte de suas tradições nacionais. Na Alemanha, Carlos Magno foi associado ao movimento pan-germânico e à ideia de uma civilização germânica unificada. Por outro lado, na França, ele foi exaltado como um modelo de soberano ligado à centralização do poder e à cristandade, simbolizando a força do Estado francês. Esse processo ilustra como as interpretações históricas podem ser moldadas para atender a interesses políticos e culturais específicos.

Podemos observar o papel fundamental de Eginhardo na construção dessa figura, visto que grande parte do que conhecemos sobre Carlos Magno nos chega pela ótica do autor. Embora Eginhardo não tivesse a intenção de criar um modelo de rei civilizado – já que o conceito de civilização ainda não existia no período medieval –, as características que ele atribuiu ao imperador contribuíram, séculos depois, para que Carlos Magno fosse reinterpretado como um modelo de civilização. Esse discurso foi apropriado por historiografias do século XIX, que

buscaram ressignificar a figura do imperador como exemplo de ordem, cultura e progresso, alinhando-o ao ideal de "civilização" que emergia nesse período. Nesse sentido, a análise de *Vita Karoli* e do papel de Eginhardo evidencia como a História não é apenas um registro do passado, mas também uma ferramenta discursiva, mobilizada para criar narrativas que servem a projetos ideológicos. A apropriação de Carlos Magno pelo discurso civilizatório é um exemplo claro de como figuras históricas podem ser reinterpretadas para atender às demandas de diferentes contextos culturais e políticos.

Eginhardo desempenha um papel significativo ao retratar Carlos Magno como modelo de príncipe, inserindo-se no processo de construção de Carlos Magno como mito. Sua proximidade com a corte carolíngia conferiu-lhe um olhar privilegiado sobre os acontecimentos da época. Eginhardo presenciou tanto a ascensão quanto o declínio dos reis carolíngios e, segundo suas próprias palavras, manteve profundos laços de relacionamento com esses príncipes, laços que utiliza como justificativa para a redação de sua obra. Os elogios à figura de Carlos Magno na *Vita Karoli* abrangem desde sua habilidade como governante, que incluía competência militar e política, até a exaltação de sua erudição, demonstrada, por exemplo, pelo interesse do imperador na preservação dos estudos. A obra revela mais do que simples louvores: ela projeta Carlos Magno como um soberano ideal, cujas virtudes deveriam ser admiradas e imitadas.

Há indícios de que Eginhardo tenha escrito a *Vita Karoli* em um contexto em que a imagem de Carlos Magno estava em declínio, enfrentando severas críticas associadas às dificuldades do reinado de Luís, o Pio. Durante esse período, o prestígio de Carlos Magno poderia ter sido obscurecido pelos problemas enfrentados por seu sucessor, o que teria motivado Eginhardo a reforçar o legado do antigo monarca. Assim, algumas das principais motivações para a escrita da obra incluem o fortalecimento da imagem de Carlos Magno frente às críticas contemporâneas, a criação de um modelo de príncipe para as gerações futuras, e até a possibilidade de a obra ser interpretada como uma crítica sutil ao reinado de Luís I.

Portanto, acredito que seja impossível analisar qualquer historiografia que trate de Carlos Magno sem recorrer, de alguma forma, à fonte de Eginhardo. Reconhecer que esse importante historiador carolíngio possui um nome, um rosto e um propósito contribui para uma compreensão mais aprofundada de sua obra. Assim, compreender Eginhardo e suas intenções ao escrever a *Vita Karoli* é crucial para interpretar autores que discorreram sobre Carlos Magno, como Guizot e Michelet. Ao problematizar a análise desses intelectuais franceses sobre um personagem amplamente instrumentalizado por europeus, Eginhardo revela-se indispensável. Dessa forma, é fundamental compreender que grande parte do que nos chega sobre Carlos

Magno provém de uma fonte marcadamente comprometida, dada a conhecida amizade e dedicação de Eginhardo ao imperador dos francos.

A escrita da História não cumpre apenas o papel de analisar um determinado povo, período ou personagem, entre tantas outras funções a ela atribuídas. A historiografia também integra a História, contribuindo significativamente para a construção de narrativas, seja na Idade Média ou na era moderna. O caráter autoritativo da historiografia, enquanto escrita científica cuja narrativa exibe traços de empirismo, de certo modo, preserva obras e conceitos antigos, frequentemente considerados clássicos e que devem permanecer intocados. O historiador jamais deve ser dissociado de seu tempo histórico; assim, não podemos desvincular Eginhardo do contexto político-cultural do século IX, da mesma forma que Michelet e Guizot não podem ser separados do século XIX. Os historiadores não constituem uma casta de guardiões da escrita da História; o acesso à historiografia está aberto a quem possa compreendê-la e revisá-la. Devido ao seu caráter autoritativo, a historiografia frequentemente contribuiu para o fortalecimento de narrativas continuistas e, em muitos casos, nacionalistas. Carlos Magno surge como um exemplo emblemático da historiografia atuando na criação de símbolos.

A contribuição de Eginhardo foi decisiva para moldar a imagem de um rei que, aos olhos dos historiadores oitocentistas, seria visto como um governante civilizador. Em muitos aspectos, Eginhardo imita a *De Vita Caesarum*. Destaco especialmente a organização textual, o foco em aspectos pessoais e a ênfase em virtudes, como a erudição de Carlos Magno, bastante semelhantes às atribuídas aos imperadores na obra de Suetônio. Eginhardo percebeu, através dos escritos de Suetônio, que não são apenas as conquistas que definem um *imperator*, o que faz com que o Carlos de Eginhardo se destaque tanto pela espada quanto pela pena. Assim, recorrer a Suetônio para compreender a construção de Carlos Magno como um “César” torna-se fundamental. Suetônio buscava, em seus césares, virtudes e vícios, com uma análise mais pessoal, enfocando não apenas o príncipe, mas o homem. O Carlos Magno de Eginhardo é altamente virtuoso, possuindo qualidades análogas às de governantes como Júlio César, Augusto e Calígula, entre outros príncipes retratados pelo historiador romano.

São as virtudes eruditas atribuídas ao imperador Carlos Magno que levam Michelet a destacar a polidez dos francos. Para Michelet, essa polidez era evidente devido às atividades intelectuais presentes na corte. A polidez está intimamente ligada ao conceito de civilização: o homem polido é o homem civilizado. O conceito de civilização ganhou grande destaque entre a aristocracia francesa no século XVIII, perpetuando-se no debate e assumindo diferentes formas sem perder sua essência. A emergente burguesia oitocentista abraçou o conceito de civilização, tornando-o cada vez mais relevante no discurso público daquele século.

Em sua visão romântica, ainda que implícita, Michelet busca a "alma" da França, voltando-se para o passado com o intuito de construir a história da nação. Para isso, o historiador francês adota uma abordagem de continuidade, buscando decifrar as raízes de uma França cuja fundação se encontra no medievo. Essa "alma" carece de uma identidade que somente uma historiografia de continuidade pode assegurar, e essa construção atinge seu ápice na Revolução. A França, segundo Michelet, possui alma e identidade, características que a tornam civilizada. O conceito de civilização é eminentemente europeu, refletindo os valores de uma sociedade que floresceu principalmente entre os séculos XVIII e XIX. O bárbaro é visto como um inimigo natural da civilização. Ele surge como uma ameaça multifacetada, assumindo diferentes formas conforme o contexto histórico. O bárbaro pode se manifestar sob várias formas, como o infiel, o estrangeiro, o não-europeu ou o imigrante. Na obra de Michelet, Carlos Magno é apresentado como um grande adversário da barbárie, superando-a ao conduzir seus francos por um processo de romanização, que expurgaria a barbárie de seu império.

Michelet, em *Histoire de France*, reflete os anseios de seu tempo ao tentar construir a história da nação. Na obra, observamos uma narrativa de continuidade que busca apresentar a França como uma comunidade coesa, progredindo da Gália até seu apogeu, representado pela Revolução. O Carlos Magno retratado por Michelet revela mais sobre um século preocupado com ideais civilizatórios, refletidos no mesmo período pelo imperialismo europeu, do que sobre quem realmente foi Carlos Magno. A preocupação em combater a barbárie, típica do século XIX, se reflete no Carlos Magno de Michelet, visto que esse príncipe teria buscado civilizar seu império, ainda marcado pela barbárie pagã. O Carlos Magno presente em *Histoire de France* transporta os anseios civilizatórios do século XIX para os séculos VIII e IX.

Sob a perspectiva de Michelet, os francos passam por um processo de romanização, o que os torna mais civilizados do que os demais povos tidos como "bárbaros". Assim, os francos serviriam como um farol para dissipar as trevas que se instalaram com o declínio do império. A romanização dos francos, na visão de Jules Michelet, os civiliza, suscitando, assim, um sentimento de hostilidade entre os "bárbaros" em relação a eles. Carlos Magno, o "Salomão dos Francos", cumpre o papel de monarca refinado, sábio e competente, encarregado, junto de seu povo, de civilizar as tribos "bárbaras". Portanto, o imperador dos francos assume, em *Histoire de France*, um papel anacrônico ao difundir em seus domínios uma forma de civilização que só se consolidaria plenamente nos séculos XVIII e XIX.

François Guizot, em sua perspectiva sobre a civilização, foca-se na ordem e no progresso. Carlos Magno surge, em Guizot, como um propagador e um "grande homem". Embora, na visão de Guizot, Carlos Magno tenha falhado em estabelecer a civilização

plenamente, ele reconhece no imperador franco uma luta contra o estado bárbaro e em favor do "espírito da civilização". Guizot elogia Carlos Magno por seus esforços em tentar civilizar os povos de seu vasto império. O Carlos Magno de Guizot observa seu território, indigna-se diante da anarquia e da rudeza, e busca transformar essa situação por meio da civilização.

Guizot, assim como Michelet, participa dos esforços oitocentistas para construir a história da nação. Em suas palestras sobre a civilização europeia, o historiador francês adota uma abordagem continuista para elaborar a ideia de civilização europeia. Carlos Magno serve a esse propósito como um símbolo primitivo da tentativa de civilizar a Europa bárbara. O papel de estadista de Guizot contribui significativamente para sua concepção de civilização. Em meio a uma monarquia desgastada no período pós-Revolução, Guizot se destaca como um grande defensor da monarquia constitucional. Carlos Magno, nesse contexto, é apresentado como um monarca civilizado. Tendo enfrentado um período de grande instabilidade política, Guizot comprehende a importância dos "grandes homens" na restauração da ordem, sejam eles Carlos Magno, Napoleão ou mesmo Luís Filipe I.

O contexto da Monarquia de Julho revela a necessidade de construir figuras monárquicas que representem virtudes tanto do antigo quanto do novo regime, em consonância com a concepção de civilização de Guizot. Assim, o retorno à monarquia ocorre não apenas na política, mas também na historiografia, onde, por exemplo, Carlos Magno é retratado como uma figura civilizada e ordeira, encarregada de organizar uma Europa que, para Guizot, era bárbara. Nessa perspectiva, os "grandes homens" desempenham a função de civilizar, e civilizar, segundo Guizot, é também organizar, pois não há civilização plena que sucumba à desordem.

Nestes dois historiadores franceses, encontramos o conceito de civilização inserido na narrativa histórica. O grande problema da aplicação desse conceito a povos anteriores ao século XVIII é o anacronismo. A ideia de implementação da civilização é uma noção fortemente presente no século XIX; contudo, nos séculos VIII e IX, tal preocupação não existia. O conceito de civilização está vinculado à modernidade europeia, carregando consigo um sentimento de superioridade do chamado povo europeu em relação aos não europeus, ou seja, os bárbaros. Assim, quando o conceito de civilização é aplicado a povos da Idade Média e da Antiguidade, trata-se mais de uma tentativa de demonstrar uma evolução desse conceito, que teria alcançado seu auge na Europa oitocentista. Portanto, vemos um conceito criado por e para os europeus modernos, servindo como um parâmetro de qualidade para julgar um povo: aqueles que seguem os valores apreciados pela sociedade oitocentista são considerados civilizados, enquanto os que se afastam desses valores são tidos como bárbaros.

O conceito de civilização transcendeu a academia, transformando-se em um discurso civilizatório amplamente presente na retórica política. Lapidado no século XIX, o conceito de civilização alcançou os séculos XX e XXI. Assim, a civilização sempre tem um inimigo; no século XX, por exemplo, a URSS representava a ameaça comunista à civilização ocidental. O discurso a favor da civilização frequentemente se apresenta como exclusivo, sendo utilizado para atacar o "novo bárbaro", que no século XXI é o imigrante. Podemos observar esse discurso em figuras como Marine Le Pen, André Ventura e Matteo Salvini, que utilizam a retórica civilizatória para excluir o imigrante, alegando que ele representa uma ameaça à civilização. Tal discurso, ao alegar defender os valores da civilização ocidental, busca na história uma coesão para sustentar uma ideia de pureza étnica que define a nação, procurando, especialmente na Alta Idade Média, as origens e o desenvolvimento dos povos europeus, a fim de afirmar uma identidade já supostamente consolidada por essa longa trajetória. No entanto, sabemos que a formação da Europa não foi homogênea, sendo resultado de uma contribuição contínua que persiste até os dias atuais. Os nacionalistas europeus erram ao tentar encontrar uma formação coesa da Europa; o discurso civilizatório apenas serve para reforçar essa narrativa equivocada.

O discurso civilizatório não é empregado apenas por ultranacionalistas; também é utilizado por defensores de soluções transnacionais para a Europa, que se aproveitam desse conceito para definir o que é ou não civilizado, buscando símbolos no passado, mas com o objetivo de unir, em vez de separar. Angela Merkel e Emmanuel Macron são dois líderes relevantes que, ao apoiar a manutenção da União Europeia, também recorreram a argumentos favoráveis à civilização europeia em seus discursos. Com o intuito de unir a Europa, há uma tentativa de estabelecer uma unidade que remonta a muitos séculos. A historiografia, nesse contexto, desempenha um papel importante na construção dessa narrativa continuista, semelhante ao que ocorreu com Guizot, que olhou para a Europa e enxergou uma unidade de Estados.

Carlos Magno, no discurso civilizatório, surge como um grande símbolo de unidade europeia. Ele já foi considerado o "pai da Europa" ou o "primeiro europeu". Seu império é frequentemente visto como um esboço do que a Europa viria a ser. O Prêmio Carlos Magno é um exemplo claro de como ele continua a desempenhar um papel simbólico na busca pela unidade europeia. Este prêmio revela que a Europa incentivada a se unir é predominantemente a Ocidental, dado que os grandes premiados vêm majoritariamente dessa região. O supranacionalismo europeu comete um erro ao tentar construir uma narrativa continuista da Europa utilizando a figura de Carlos Magno. Essa tentativa revela um anacronismo ao posicionar Carlos Magno como símbolo de uma unidade europeia, uma ideia que ganha bastante

destaque no século XIX, com Guizot como um grande defensor da civilização europeia construída ao longo da história, e que se fortalece ainda mais no pós-guerra.

Portanto, aqueles que buscam uma narrativa continuísta devem retornar ao século XIX, em que está a gênese desse tipo de alegação, para encontrar respostas que não serão obtidas na Alta Idade Média carolíngia. Assim, enfatizo que conceitos que ganharam grande destaque na academia oitocentista, como o de civilização, podem servir como instrumentos para identificar novos grupos que supostamente ameaçam a Europa Ocidental, que busca fechar suas fronteiras para conter tais "invasores". Cabe ao historiador garantir que nem a civilização nem seus propagadores, especialmente no meio acadêmico, sejam esquecidos, pois precisam ser revisitados para que sua historiografia não seja utilizada para alimentar retóricas civilizatórias. Acredito que esta pesquisa tenha contribuído para o entendimento crítico desse tema e para a desconstrução de narrativas civilizatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

FONTES PRIMÁRIAS

ALCUÍNO DE YORK. **Diálogo entre Pepino e Alcuíno (c. 781-790).** Tradução de Jean Lauand. Disponível em: [<https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/dialogo-entre-pepino-e-alcuino-c-781-790>]. Acesso em: [2024]

BÍBLIA: A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2004.

CASTIELLA, Pablo J. Vida de Carlomagno, 2016.

GUIZOT, François Pierre Guillaume. *Histoire générale de la civilisation en Europe.* Lacrosse, 1838.

MICHELET, Jules. História da França. Tomo Primeiro - Livros I e II. 1. ed. Rio de Janeiro: [Editora], 2013.

SUETONIO, Caio Tranquilo. Vida dos doze césares, A.Senado Federal V. 171, 2012.

OBRAS CITADAS E CONSULTADAS

AGUILERA, Manuel Carabajosa. *La Libertad Según Guizot The Freedom According To Guizot.*

AIROLA, Leonardo Carrera. *Carlomagno y la construcción de su memoria a partir de la Vita Karoli de Eginhardo.* Historias del Orbis Terrarum, n. 13, p. 1-19, 2017.

BASTOS, Eloísa. *Estratégias Discursivas do Espírito Nacionalista: a Hungria «de» Viktor Orbán.* Redis: Revista de Estudos do discurso, v. 9, 2021.

BBC NEWS BRASIL. *3 gráficos que mostram o aumento histórico de refugiados no mundo.* BBC News Brasil, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj77m54lpj8o>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica.* In: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. (orgs). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRÜLL, Christoph. *Pater europae ou premier anticomuniste? Charlemagne, les pays du Benelux et l'Europe au regard des discours de remise du Prix*

Charlemagne (1950-2014). Revue Belge de Philologie et d'Histoire, v. 93, n. 3-4, 2015.

CLASSEN, Albrecht. The myth of Charlemagne: From the early Middle Ages to the late sixteenth century. online at Charlemagne: An European Icon: <https://cpb-eu-w2.wpmucdn.com/blogs.bristol.ac.uk/dist/c/332/files/2016/01/Classen-2016-The-Myth-of-Charlemagne.pdf>, 2016.

CNN Brasil. **Extrema-direita na França faz da imigração foco da campanha eleitoral. CNN Brasil, 2023.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/extrema-direita-na-franca-faz-da-imigracao-foco-da-campanha-eleitoral/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

CRAIUTU, Aurelian. **Introdução à Edição do Liberty Fund. GUIZOT, François. A história das origens do governo representativo na Europa.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CRUZ, Marcus. **Identidade e historiografia na Alta Idade Média.** Encontro Regional da ANPUH-RIO. Identidades, 2008.

DA SILVA GAMA, Carlos Frederico Pereira. **Tripolaridade Tricolor: A França De Emmanuel Macron Entre Extremos.** Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 10, n. 28, p. 129-134, 2022.

DA SILVA Sousa18, Jeferson; DA SILVA, Thiago Cedrez. **Dominação Imperialista No Século Xix: Breves Apontamentos Sobre Esse Processo Na África e a Ásia.** Licenciada Por Uma Licença Creative Commons Você É Livre Para, P. 65, 2023.

DA SILVA, Uiran Gebara. **A escrita biográfica na antiguidade: uma tradição incerta.** Politeia-História e Sociedade, v. 8, n. 1, 2008.

DE AZEVEDO, André Nunes. **A gênese e o desenvolvimento da idéia de civilização na Europa. Da Idade moderna ao século XIX.** Intellèctus, v. 3, n. 2, p. 1, 2004.

DE ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco. “**A voz do povo, o espírito da França**”: uma análise sobre a ascensão da nova líder da Frente Nacional, Marine Le Pen (2011-2014). estudos críticos sobre as direitas, p. 35, 2016.

DE ALBUQUERQUE ROCHA, Mauricio. **Não se pode reinar inocentemente.** 2023. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

DE CARVALHO, Patrícia Nasser. Determinantes do projeto de integração regional da Europa: o Eixo Franco-germânico e o Papel dos Estados Unidos. Revista da Escola de Guerra Naval, 2020.

DE MUÑOZ, Pedro Felipe Neves. **Autoritarismo e Nacionalismo na crise dos refugiados de 2015.** Cadernos do Tempo Presente, n. 28, 2017.

DE OLIVEIRA, Maria da Glória. **Quando será o decolonial?** Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. 2022.

DE RIQUER, Alejandra. Eginhardo. **Vida de Carlomagno**. Gredos, 1999.

DIAS, Marcelo Mangini. **A feiticeira de Michelet e o ideal romântico de heroísmo. Revista Cadernos de Clio**, p. 98-107, 2011.

DOS SANTOS, Afonso Carlos Marques. **Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX**. Revista de história, n. 144, p. 151-180, 2001.

DOS SANTOS, Márcia Pereira; DUARTE, Teresinha Maria. **A escrita hagiográfica medieval e a formação da memória dos santos e santas católicos**. In: Fazenda 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

DUSSEL, Enrique. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 24-32, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EL PAÍS. **Centenário da Guerra Civil: por que 1939 marca o início do século XX espanhol**. El País Brasil, 10 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/10/internacional/1557485729_129647.html. Acesso em: 22 jul. 2024.

EL PAÍS. **La alianza pragmática del odio**. El País, 21 maio 2024. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2024-05-21/la-alianza-pragmatica-del-odio.html>. Acesso em: 11 ago. 2024.

EL PAÍS. **Marine Le Pen: “Sou a candidata do povo”**. EL PAÍS, 5 fev. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/05/internacional/1486311781_647565.html. Acesso em: 27 jul. 2024.

EURONEWS. **Parlamento francês aprova nova lei de imigração mais restritiva**. Euronews, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/12/20/parlamento-frances-aprova-nova-lei-de-imigracao-mais-restritiva>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FAVIER, Jean. **Carlos Magno**. São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

FERREIRA, Filipe Albino. **Fascismo e Protofascismo: reflexões sobre a escalada atual**. Revista Contraponto, v. 10, n. 1, 2023.

FRELLE, Felipe. Guizot, **Tocqueville e os princípios de 1789**. Revista Estudos Políticos, v. 7, n. 14, p. 179-201, 2016.

FONSECA, Ana Mónica. **A sucessão de Angela Merkel**. Janus 2020-2021-As relações internacionais em contexto de pandemia, 2021.

- GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo.** Conrad Ed. do Brasil, 2005.
- GILSON, Etienne. **A filosofia na idade média.** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GORDON, Alexander Vladimirovich. **Historicismo de Jules Michelet. Diálogo com o tempo,** n. 72, pág. 49-63, 2020.
- GUINSBURG, Jacó. **Romantismo, historicismo e história.** O romantismo, p. 13-21, 1978.
- HALPHEN, Louis. **Carlomagno y el imperio carolingio.** Ediciones AKAL, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. **Ecos de Marselha.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IHL 1, Olivier. **Conspirations et science du pouvoir chez François Guizot. Revue française d'histoire des idées politiques,** n. 1, p. 125-150, 2004.
- KNAUSS, Paulo. **Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. História Unisinos,** vol. 12, n. 2, maio/agosto, 2008.
- LAFUENTE, José Luis Corral. **Olvido y reivindicación en Historia medieval: la biografía.** Edad Media: revista de historia, n. 5, p. 19-37, 2002.
- LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005.
- LAUAND, Luiz Jean. **Rábano Mauro e o significado místico dos números.** Videtur, n. 23, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval.** Tradução José Rivair de Macedo. -- Bauru, SP: Edusc, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média.** Tradução de Stephanía Matousek. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LEITE, Leni Ribeiro; DE ABREU CARVALHO, Luiza Helena Rodrigues. **O panegírico como proposta de redação e seu caráter argumentativo.** Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 40, n. 1, 2018.
- LEVI, Giovanni. **Usos da biografia.** In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral, Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na idade média.** São Paulo: Contexto, 1992.
- MACRON, Emmanuel. **Três objetivos para guiar a renovação da União Europeia. Project Syndicate,** 5 mar. 2019. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/article/the-three-objectives-for-renewing-the-eu>

syndicate.org/commentary/three-goals-to-guide-european-union-renewal-by-emmanuel-macron-2019-03/portuguese. Acesso em: 13 jul. 2024.

MAIA, Eduardo Silva. **Ficção e História em "De Vita Caesarum" de Caius Suetonius Tranquillus**. 2007.

MARCHI, Riccardo; BRUNO, Guido. **A extrema-direita europeia perante a crise dos refugiados. A extrema-direita europeia perante a crise dos refugiados**, n. 50, p. 39-56, 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A utopia amorosa de Jules Michelet. Sentimentos na História: linguagens, práticas, emoções**. Curitiba: Ed. da UFPR, p. 153-181, 2012.

MENDONÇA, Sônia Maria. **O mundo carolíngio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOORE, Michael E. Hoenicke. **Euro-medievalism: modern Europe and the medieval past**. Collegium: News from the College of Europe= nouvelles du Collège d'Europe, v. 24, p. 67-80, 2002.

NOBLE, Thomas FX (Ed.). **Charlemagne and Louis the Pious: Lives by Einhard, Notker, Ermoldus, Thegan, and the Astronomer**. Penn State Press, 2015.

NARCIZO, Makchwell Coimbra. **A extrema direita e o poder**. 2019.

NICOLAU, Zaida Cristina Bassetti de Leon. **A retórica de Einhard e a influência de oradores antigos na construção dos ethos presentes na Vita karoli Magni**. 2023.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. E.P.U, 1979.

OLIVEIRA, Terezinha. **Por que retomar François Guizot**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 20, p. 121-128, 1998.

PARLAMENTO EUROPEU. **Política ambiental: princípios gerais e quadro de base**. Parlamento Europeu, [s.d.]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/71/politica-ambiental-principios-gerais-e-quadro-de-base>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PARRANÇA, Adriana Isabel Marques. **O populismo de André Ventura: uma análise discursiva da campanha para as eleições presidenciais de 2021**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).

PEREIRA, Renato Fagundes. **Por uma nova leitura de Michelet no Brasil**. Antíteses, v. 11, n. 22, p. 849-851, 2018.

PEREIRA, Renato Fagundes. **L'histoire naturelle et l'histoire se fondirent sous mon regard: história e ciências da vida em Jules Michelet–da l'histoire de France à história natural (1830-1856)**. 2022.

PRIORE, Mary Del. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**. Topoi (Rio de Janeiro), 2009.

QUEIROZ, Tereza Aline; IOKOI, Zilda Marcia. **A história do historiador.** 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2003.

RFI. França: **eleição presidencial será escolha de civilização**, diz Marine Le Pen. RFI Brasil, 12 set. 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20210912-fran%C3%A7a-elei%C3%A7%C3%A3o-presidencial-ser%C3%A1-escolha-de-civiliza%C3%A7%C3%A3o-diz-marine-le-pen>. Acesso em: 03 ago. 2024.

RIBEIRO, Rita. **A nação na Europa—breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo.** Cadernos do Noroeste, v. 22, n. 1, p. 85-96, 2004.

RIBEIRO, Rita. **Identidade europeia: nem unidade, nem diversidade. Intersecções Identitárias.** Famalicão: Húmus, 2011.

ROMANI, Carlo. **Uma reflexão sobre biografia e subjetividade na História.** Fênix-Revista de História e Estudos Culturais, v. 13, n. 1, 2016.

RODRIGUES, Luciano. **Batotas de Ventura e a teoria da substituição.** Público, 21 maio 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/05/21/politica/opiniao/batotas-ventura-teoria-substituicao-2007097>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ROSENBERG, Daniel. **Two Visions of Europe: Nietzsche and Guizot. European/Supra-European:** Cultural Encounters in Nietzsche's Philosophy, p. 129, 2020.

ROUCHE, M. (2009). **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil** (Vol. 1). (P. Veyne, Ed., & H. Feist, Trad.) São Paulo, SP: Companhia das Letras.

RUOFF, Eeva. **Os jardins da Europa Central no século IX.** In: O Jardim Medieval, Coimbra, 1.-2.5. 2006. Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos, 2008. p. 89-95.

SOUZA, Heron Abdon. **A (Des) Construção De Uma Identidade Europeia e a Questão da Identidade Nacional: Contribuições Da História e da Sociologia. Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 30, p. 154-177, 2021.

SOUZA, Heron Abdon et al. **A Europa que repudia o Outro: o avanço da Voz da Extrema Direita e suas implicações na Tutela de Direitos Fundamentais e na Construção de uma Identidade Europeia.** Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença, v. 12, n. 1, 2015.

SU, Minjie. **Profile of an emperor: Reading 'Vita Karoli Magni' in light of its sources and composition.** Cerae: An Australasian Journal of Medieval and Early Modern Studies, v. 5, p. 61-94, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. **História e biografia. Novos domínios da história**, p. 187-205, 2011.

SCHREINER, Michelle. **Jules Michelet e a historia que ressuscita e da vida aos homens: uma leitura da emergencia do; povo; no cenario historiografico frances da primeira metade do seculo XIX**. 2005. Tese de Doutorado. [sn].

SEMPERENA, Guadalupe Lopetegui. **Teodulfo de Orléans y las artes liberales**. Veleia, n. 20, 2003.

SILVA, Luzia Gabriele Maia. **A biografia e a busca por uma dimensão individual da história. História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n. 12, p. 265-271, 2013.

SMITH, Julia MH. **Einhard: the sinner and the saints. Transactions of the Royal Historical Society**, v. 13, p. 55-77, 2003.

SCHMIDT, Pedro Baroni. Aetas Ovidiana: **Ovídio como modelo e o problema de gênero na poesia latina medieval**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TANSHINA, Nataliya P. **François Guizot: The Historian in Politics**. 2021.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **História ao pé da letra: uma introdução à obra de Jules Michelet**. Calígrama: Revista de Estudos Românicos, v. 16, n. 1, p. 29-44, 2011.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Michelet, teórico do romance**. Alea: estudos neolatinos, v. 19, n. 3, p. 618-635, 2017.

TOMASELLO, Federico et al. **Il governo della storia. La dottrina delle capacità politiche nel pensiero di François Guizot**. POLITICA STORIA PROGETTO, v. 7, p. 130-148, 2018.

TORREGARAY PAGOLA, María Elena. **Eginhardo, Suetonio y la " perfidia" de los vascones**. 2002.

ZUIN, João Carlos Soares. **A linguagem política na era digital: O populismo de Matteo Salvini na Itália**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, p. 143-162, 2021.